

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa	10

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	12
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	13
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	14

Demonstração do Valor Adicionado	15
----------------------------------	----

Relatório da Administração	17
----------------------------	----

Notas Explicativas	36
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	150
---	-----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	151
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	152
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	153
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	154

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	66.605
Preferenciais	100.739
Total	167.344
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2013	Dividendo	25/11/2013	Ordinária		0,00303
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2013	Dividendo	25/11/2013	Preferencial		0,00334
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2013	Juros sobre Capital Próprio	25/11/2013	Ordinária		0,30616
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	04/04/2013	Juros sobre Capital Próprio	25/11/2013	Preferencial		0,33677
Previsto no Estatuto da Empresa	25/02/2014	Dividendo		Ordinária		0,38898
Previsto no Estatuto da Empresa	25/02/2014	Dividendo		Preferencial		0,42787

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	10.694.051	11.303.378	11.024.810
1.01	Ativo Circulante	2.675.679	2.965.320	3.106.805
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	154.210	114.142	162.952
1.01.02	Aplicações Financeiras	819.951	699.899	1.227.520
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	819.951	699.899	1.227.520
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	819.951	699.899	1.227.520
1.01.03	Contas a Receber	1.284.849	1.542.157	1.428.876
1.01.03.01	Clientes	1.284.849	1.542.157	1.428.876
1.01.03.01.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.212.012	1.502.243	1.415.679
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	72.837	39.914	13.197
1.01.04	Estoques	54.822	63.936	52.553
1.01.04.01	Almoxarifado	54.822	63.936	52.553
1.01.06	Tributos a Recuperar	170.519	413.197	130.288
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	170.519	413.197	130.288
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição Social compensáveis	33.965	232.668	48.026
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	136.554	180.529	82.262
1.01.07	Despesas Antecipadas	28.312	1.019	773
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	163.016	130.970	103.843
1.01.08.03	Outros	163.016	130.970	103.843
1.01.08.03.02	Devedores diversos	444	1.708	1.669
1.01.08.03.03	Outros créditos	162.572	129.262	102.174
1.02	Ativo Não Circulante	8.018.372	8.338.058	7.918.005
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.271.364	2.565.247	2.025.727
1.02.01.03	Contas a Receber	42.561	15.163	40.811
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	42.561	15.163	40.811
1.02.01.06	Tributos Diferidos	278.878	804.160	258.829
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	278.878	804.160	258.829
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.949.925	1.745.924	1.726.087
1.02.01.09.04	Cauções e depósitos vinculados	475.337	461.485	475.991

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.01.09.06	Outros tributos compensáveis	49.500	52.303	104.010
1.02.01.09.08	Ativo financeiro de concessão	1.386.931	1.181.937	1.041.813
1.02.01.09.09	Outros créditos	38.157	50.199	104.273
1.02.02	Investimentos	9.500	9.500	9.500
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	9.500	9.500	9.500
1.02.03	Imobilizado	14.580	6.109	9.464
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	14.580	6.109	9.464
1.02.04	Intangível	5.722.928	5.757.202	5.873.314
1.02.04.01	Intangíveis	5.722.928	5.757.202	5.873.314
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.722.928	5.757.202	5.873.314

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	10.694.051	11.303.378	11.024.810
2.01	Passivo Circulante	2.220.725	2.454.298	2.650.861
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.456	4.088	3.131
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.456	4.088	3.131
2.01.02	Fornecedores	1.154.993	1.382.369	1.063.084
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.154.993	1.382.369	1.063.084
2.01.03	Obrigações Fiscais	283.720	337.342	454.269
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	79.076	80.280	95.866
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	26.415	2.313	4.398
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	52.661	77.967	91.468
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	203.710	255.696	357.341
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	934	1.366	1.062
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	120.715	85.161	340.158
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	68.740	33.859	88.872
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	68.740	33.829	88.843
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	30	29
2.01.04.02	Debêntures	47.909	46.808	243.309
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	4.066	4.494	7.977
2.01.05	Outras Obrigações	468.369	475.319	621.515
2.01.05.02	Outros	468.369	475.319	621.515
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	78.730	64.920	211.072
2.01.05.02.04	Subvenções Governamentais	1.408	760	0
2.01.05.02.05	Obrigações Estimadas	99.943	103.792	95.842
2.01.05.02.06	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	11.241	81.805	102.078
2.01.05.02.07	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	42.633	48.279	40.727
2.01.05.02.08	Outras Obrigações	234.414	175.763	171.796
2.01.06	Provisões	191.472	170.019	168.704
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	191.472	170.019	168.704
2.01.06.01.05	Provisões para processos judiciais e outros	191.472	170.019	168.704

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02	Passivo Não Circulante	5.643.864	7.140.120	5.160.131
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.627.100	2.717.058	2.155.827
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	499.406	554.678	715.012
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	499.406	554.678	715.012
2.02.01.02	Debêntures	2.116.453	2.159.784	1.436.739
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	11.241	2.596	4.076
2.02.02	Outras Obrigações	2.701.356	4.107.914	2.682.194
2.02.02.02	Outros	2.701.356	4.107.914	2.682.194
2.02.02.02.05	Subvenções Governamentais	3.669	2.738	0
2.02.02.02.07	Obrigações com Entidade de Previdência Privada	2.553.170	3.963.808	2.436.445
2.02.02.02.08	Encargos Tarifários e do Consumidor a Recolher	0	2.705	27.088
2.02.02.02.09	Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	14.004	25.649	76.702
2.02.02.02.10	Obrigações Estimadas	1.114	19.980	20.438
2.02.02.02.11	Reserva de Reversão	66.085	66.085	66.085
2.02.02.02.12	Outras Obrigações	63.314	26.949	55.436
2.02.04	Provisões	315.408	315.148	322.110
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	315.408	315.148	322.110
2.02.04.01.05	Provisão para processos judiciais e outros	315.408	315.148	322.110
2.03	Patrimônio Líquido	2.829.462	1.708.960	3.213.818
2.03.01	Capital Social Realizado	1.257.629	1.157.629	1.057.629
2.03.02	Reservas de Capital	18.210	17.297	16.452
2.03.02.04	Opções Outorgadas	18.210	17.297	16.452
2.03.04	Reservas de Lucros	1.145.804	1.024.614	1.395.536
2.03.04.01	Reserva Legal	235.573	221.418	211.526
2.03.04.02	Reserva Estatutária	910.231	803.196	764.994
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	419.016
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.292.388	1.377.304	1.540.094
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-884.569	-1.867.884	-795.893

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.012.207	9.959.198	9.835.578
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.718.588	-9.834.719	-7.491.065
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-5.045.555	-5.165.493	-4.305.026
3.02.02	Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	-251.096	-210.785	-159.045
3.02.03	Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	-517.026	-1.482.190	-1.225.077
3.02.04	Taxa de fiscalização	-19.795	-24.041	-22.884
3.02.07	Pessoal e administradores	-506.531	-537.858	-433.588
3.02.08	Entidade de previdência privada	-337.746	-246.909	-112.320
3.02.09	Serviço de terceiros	-456.759	-503.010	-461.022
3.02.10	Material	-46.209	-62.461	-51.676
3.02.11	Custo de construção	-809.069	-831.115	-738.745
3.02.12	Provisão / reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa - líquida	-16.925	-39.163	11.363
3.02.13	Provisão para processos judiciais e outros - líquida	-104.404	-73.577	-19.407
3.02.16	Depreciação e amortização	-435.631	-450.918	-503.340
3.02.17	Outros custos	-171.842	-207.199	-177.611
3.02.18	Outras receitas - alienação de investimentos	0	0	707.313
3.03	Resultado Bruto	293.619	124.479	2.344.513
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	293.619	124.479	2.344.513
3.06	Resultado Financeiro	15.999	-51.611	-21.290
3.06.01	Receitas Financeiras	196.578	238.706	318.336
3.06.02	Despesas Financeiras	-180.579	-290.317	-339.626
3.06.02.01	Despesas financeiras	-348.851	-399.635	-416.495
3.06.02.02	Variação monetária e cambiais líquidas	168.272	109.318	76.869
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	309.618	72.868	2.323.223
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-111.436	-17.854	-751.118
3.08.01	Corrente	-92.711	-661	-733.137
3.08.02	Diferido	-18.725	-17.193	-17.981
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	198.182	55.014	1.572.105
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	198.182	55.014	1.572.105

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	1,11700	0,31010	8,86100
3.99.01.02	PN	1,22870	0,34110	9,74710
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	1,11700	0,31010	8,86100
3.99.02.02	PN	1,22870	0,34110	9,74710

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	198.182	55.014	1.572.105
4.02	Outros Resultados Abrangentes	983.315	-1.091.959	-768.872
4.02.01	Atualização do ativo financeiro de concessão	0	-125.573	40.940
4.02.02	Reversão para o resultado do exercício da atualização do ativo financeiro de concessão	0	15.119	0
4.02.03	Ajuste de avaliação Atuarial	1.489.871	-1.544.029	-1.205.899
4.02.04	Imposto de renda e contribuição social	0	37.554	-13.919
4.02.05	Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	-506.556	524.970	410.006
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.181.497	-1.036.945	803.233

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	777.122	332.354	1.151.876
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.306.778	1.247.540	1.809.023
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	198.182	55.014	1.572.105
6.01.01.02	Depreciação e amortização	435.631	450.918	503.340
6.01.01.05	Variação monetária e cambial, líquida	-19.406	-22.729	-20.447
6.01.01.06	Atualização do ativo financeiro de concessão	-116.240	15.119	0
6.01.01.07	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	36.635	61.298	8.381
6.01.01.08	Provisão para processos judiciais e outros	142.275	130.167	54.058
6.01.01.09	Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	275.193	306.814	344.922
6.01.01.10	Fundo de pensão/plano de assistência - Deliberação CVM 695	319.207	246.088	114.511
6.01.01.11	Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	-71.690	-104.975	-121.079
6.01.01.12	Baixa de ativo financeiro, intangível de concessão e imobilizado	87.353	91.788	41.744
6.01.01.14	Tributos e contribuições sociais diferidos	18.725	17.193	17.981
6.01.01.15	Ações e opções de ações outogadas	913	845	820
6.01.01.17	Ganho de capital na alienação de investimento - Eletropaulo Telecom	0	0	-707.313
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-529.656	-915.186	-657.147
6.01.02.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	161.538	-189.198	-157.477
6.01.02.02	Contas a receber - acordos	31.277	38.243	32.950
6.01.02.03	Almoxarifado	9.114	-11.383	1.951
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	198.485	-185.376	7.143
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	47.312	-46.561	-19.413
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-27.293	-246	-57
6.01.02.07	Devedores diversos	1.264	-39	778
6.01.02.08	Outros créditos	-67.905	-8.330	-1.975
6.01.02.09	Obrigações sociais e trabalhistas	-2.632	957	832
6.01.02.10	Fornecedores	-227.376	319.285	84.771
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social a pagar	24.102	-2.085	533
6.01.02.12	Outros tributos a pagar	-71.132	-112.789	-12.720
6.01.02.13	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	74.592	99.996	131.920

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01.02.14	Juros pagos (encargos de dívida)	-251.902	-314.508	-342.140
6.01.02.15	Obrigações estimadas	-7.515	5.550	13.001
6.01.02.16	Encargos tarifários e do consumidor a recolher	-73.269	-44.656	12.902
6.01.02.17	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-22.535	-50.441	-60.616
6.01.02.18	Pagamento de processos judiciais e outros	-120.562	-135.814	-104.009
6.01.02.19	Outras obrigações	49.954	-16.980	9.033
6.01.02.20	Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-255.173	-260.811	-254.554
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-592.584	-80.224	164.155
6.02.01	Adições do Imobilizado e Intangível	-814.608	-871.867	-780.038
6.02.02	Consumidores - participação financeira	240.927	184.333	92.497
6.02.03	Aplicações em investimentos de curto prazo	-5.115.439	-7.816.599	-4.841.120
6.02.04	Resgate de investimento de curto prazo	5.011.033	8.356.801	4.965.628
6.02.05	Aplicações/resgates de cauções e depósitos vinculados	40.440	21.002	33.875
6.02.06	Alienação de investimento - Eletropaulo Telecom	0	0	693.313
6.02.07	Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	45.063	46.106	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-144.470	-300.940	-1.452.203
6.03.01	Ingresso de novos empréstimos e debêntures	17.020	1.371.091	4.029
6.03.02	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-48.097	-608.319	-1.192.050
6.03.03	Imposto de renda sobre JCP	-6.592	-8.645	-9.109
6.03.04	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-51.803	-1.030.880	-250.819
6.03.05	Custo de empréstimos (custos de transação e prêmios)	-49.550	-16.749	0
6.03.06	Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-5.448	-7.438	-4.254
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	40.068	-48.810	-136.172
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	114.142	162.951	299.124
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	154.210	114.141	162.952

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.157.629	17.297	1.024.614	0	-490.580	1.708.960
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.157.629	17.297	1.024.614	0	-490.580	1.708.960
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	913	0	-61.908	0	-60.995
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	913	0	0	0	913
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-69.012	0	-69.012
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos	0	0	0	7.104	0	7.104
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	198.182	983.315	1.181.497
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	198.182	0	198.182
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	983.315	983.315
5.05.02.08	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	1.489.871	1.489.871
5.05.02.09	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	-506.556	-506.556
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	100.000	0	121.190	-136.274	-84.916	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	128.661	-128.661	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-43.745	43.745	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	14.155	-14.155	0	0
5.06.05	Reserva Estatutária	0	0	207.035	-207.035	0	0
5.06.06	Aumento de Capital com parte de reserva estatutária	100.000	0	-100.000	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.257.629	18.210	1.145.804	0	407.819	2.829.462

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.057.629	16.452	1.395.536	0	744.201	3.213.818
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.057.629	16.452	1.395.536	0	744.201	3.213.818
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	845	-419.016	-49.742	0	-467.913
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	845	0	0	0	845
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-54.318	0	-54.318
5.04.08	Pagamento de dividendos adicionais propostos	0	0	-419.016	0	0	-419.016
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos	0	0	0	5.114	0	5.114
5.04.10	Dividendos mínimo obrigatório - Complemento	0	0	0	-538	0	-538
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	107.946	-1.144.891	-1.036.945
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.014	0	55.014
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	52.932	-1.144.891	-1.091.959
5.05.02.06	Ativo financeiro de concessão (atualização/reversão)	0	0	0	0	-110.454	-110.454
5.05.02.07	Tributos sobre o ativo financeiro de concessão (atualização/reversão)	0	0	0	0	37.554	37.554
5.05.02.08	Ajuste de avaliação atuarial	0	0	0	80.200	-1.624.229	-1.544.029
5.05.02.09	Imposto de renda e contribuição social sobre perda atuarial	0	0	0	-27.268	552.238	524.970
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	100.000	0	48.094	-58.204	-89.890	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	136.197	-136.197	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-46.307	46.307	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	9.892	-9.892	0	0
5.06.05	Constituição de reserva estatutária	0	0	138.202	-138.202	0	0
5.06.06	Aumento de capital com parte de reserva estatutária	100.000	0	-100.000	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.157.629	17.297	1.024.614	0	-490.580	1.708.960

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.057.629	15.632	1.055.140	0	1.608.956	3.737.357
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.057.629	15.632	1.055.140	0	1.608.956	3.737.357
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	820	-843.614	-483.978	0	-1.326.772
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	820	0	0	0	820
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-290.980	0	-290.980
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-73.039	0	-73.039
5.04.08	Pagamento de dividendos adicionais propostos	0	0	-843.614	0	0	-843.614
5.04.09	Dividendos mínimo obrigatório - complemento	0	0	0	-128.036	0	-128.036
5.04.10	Dividendos e Juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos	0	0	0	8.077	0	8.077
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.572.105	-768.872	803.233
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.572.105	0	1.572.105
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-768.872	-768.872
5.05.02.06	Atualização do Ativo financeiro de concessão	0	0	0	0	40.940	40.940
5.05.02.07	Tributos sobre a atualização do ativo financeiro de concessão	0	0	0	0	-13.919	-13.919
5.05.02.08	Ajuste de Avaliação Atuarial	0	0	0	0	-1.205.899	-1.205.899
5.05.02.09	Imposto de renda e contribuição social sobre perda atuarial	0	0	0	0	410.006	410.006
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.184.010	-1.088.127	-95.883	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	145.277	-145.277	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-49.394	49.394	0
5.06.04	Constituição de reserva estatutária	0	0	764.994	-764.994	0	0
5.06.05	Dividendos adicionais propostos excedentes ao mínimo obrigatório	0	0	419.016	-419.016	0	0
5.07	Saldos Finais	1.057.629	16.452	1.395.536	0	744.201	3.213.818

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	12.594.362	15.274.531	15.251.516
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	11.680.672	14.359.111	14.378.416
7.01.02	Outras Receitas	121.546	123.468	122.992
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	809.069	831.115	738.745
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-16.925	-39.163	11.363
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.951.656	-9.109.364	-6.979.661
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-6.400.835	-7.472.097	-6.271.983
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-517.985	-575.879	-519.032
7.02.04	Outros	-1.032.836	-1.061.388	-188.646
7.02.04.01	Outros custos operacionais	-223.767	-230.273	-157.214
7.02.04.02	Construção de ativos próprios	-809.069	-831.115	-738.745
7.02.04.03	Outras receitas - alienação de investimentos	0	0	707.313
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.642.706	6.165.167	8.271.855
7.04	Retenções	-435.631	-450.918	-503.340
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-435.631	-450.918	-503.340
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.207.075	5.714.249	7.768.515
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	196.578	238.706	318.336
7.06.02	Receitas Financeiras	196.578	238.706	318.336
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.403.653	5.952.955	8.086.851
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.403.653	5.952.955	8.086.851
7.08.01	Pessoal	754.401	696.093	475.307
7.08.01.01	Remuneração Direta	409.378	405.051	335.199
7.08.01.02	Benefícios	318.381	246.423	112.320
7.08.01.03	F.G.T.S.	26.642	44.619	27.788
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.244.978	4.889.669	5.687.593
7.08.02.01	Federais	981.343	2.074.673	2.914.289
7.08.02.02	Estaduais	2.236.162	2.787.268	2.744.882
7.08.02.03	Municipais	27.473	27.728	28.422
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	206.092	312.179	351.846

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.08.03.01	Juros	180.579	290.317	339.626
7.08.03.02	Aluguéis	25.513	21.862	12.220
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	198.182	55.014	1.572.105
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	0	0	73.039
7.08.04.02	Dividendos	69.012	0	838.032
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	129.170	55.014	661.034

Relatório da Administração

Relatório da Administração 2013 Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Prezados Acionistas,

A Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“AES Eletropaulo” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Perfil

A AES Eletropaulo é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BMF&Bovespa, responsável pelo fornecimento de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. Maior distribuidora de energia elétrica do Brasil em termos de volume distribuído¹, a Companhia detém uma área de concessão de 4.526 km², com alta densidade demográfica e que concentra o maior PIB do Brasil.

Para atender à demanda de 6,7 milhões de unidades consumidoras, a AES Eletropaulo, que conta com 6.208 colaboradores próprios, dispõe de uma estrutura formada por 151 subestações (sendo 139 estações transformadoras de distribuição, oito estações do sistema de distribuição e quatro estações transformadoras subterrâneas de distribuição) e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterrâneos, de mais de 46 mil quilômetros, dos quais 1.805 km são linhas de subtransmissão, 2.532 km são redes de distribuição subterrâneas e 41.497 km referem-se a redes de distribuição aérea primária e secundária. A Companhia também possui um total de 202.311 transformadores de distribuição aéreos e subterrâneos.

Contexto Setorial

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Aneel, tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (ONS), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da Aneel, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº. 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse de custos não-gerenciáveis (encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os custos gerenciáveis da concessionária (despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do seu reajuste, deduzidos do denominado “Fator X”.

No caso da AES Eletropaulo, a revisão tarifária ocorre a cada quatro anos, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro originalmente estabelecido em seu contrato de concessão. Dentre os principais pontos que são considerados pela Aneel na metodologia de revisão tarifária estão a avaliação da base de ativos, a estrutura de despesas operacionais repassadas às tarifas, as perdas regulatórias, a depreciação e o custo médio de capital (WACC) que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia.

¹ De acordo com a Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) de 2012.

Relatório da Administração

Revisão Tarifária Extraordinária de 2013

O governo federal anunciou por meio da Medida Provisória nº. 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº. 12.783/2013, um conjunto de regras para o setor elétrico visando a redução do custo de energia. Tais medidas foram efetivadas por meio da revisão extraordinária das tarifas de distribuição, homologada pela Aneel, com vigência a partir de 24 de janeiro de 2013, cujas principais alterações foram: alocação de cotas de energia por meio da renovação das concessões de geração que venceriam até 2017, redução dos custos de transmissão por meio da renovação das concessões de transmissão, redução dos encargos setoriais (exclusão da CCC e RGR e redução da CDE) e retirada de subsídios da estrutura da tarifa, os quais são custeados pelo governo.

Os resultados obtidos atingiram uma redução média de 18,3% nas tarifas da AES Eletropaulo, sem impacto para as margens da Companhia, tendo em vista que as alterações afetam tanto a receita como o custo de compra de energia e encargos setoriais (Parcela A), sendo estes totalmente repassados ao consumidor por meio da tarifa.

Reajuste Tarifário 2013

A Aneel, em 2 de julho de 2013, aprovou o reajuste tarifário de 2013 da Companhia de 1,10%, composto por reajuste econômico de +9,73% e componente financeiro de -8,62%, aplicado a partir de 4 de julho de 2013, e que descontado o componente financeiro considerado no processo tarifário anterior, resultou em um efeito médio de 0,00% percebido por seus clientes.

O índice de reajuste tarifário aprovado incluiu a amortização de 67,55% do total do passivo regulatório formado em função da postergação, pela Aneel, da data de aplicação da Terceira Revisão Tarifária Periódica (3RTP), de 4 de julho de 2011 para 4 de julho de 2012, no montante total de R\$ 1.130 milhões.

A Companhia recebeu, diretamente de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), cerca de R\$ 506 milhões referentes à diferença entre os custos de compra de energia e do Encargo do Serviço do Sistema (ESS), homologados no reajuste tarifário anterior, e os efetivamente incorridos no período de junho de 2012 a maio de 2013, a qual não fez parte, portanto, do cálculo do correspondente índice de reajuste tarifário.

São destacados abaixo os itens que compuseram o reajuste tarifário de 2013:

Reajuste Tarifário 2013		
Parcela A	Encargos Setoriais	-0,02%
	Energia Comprada	7,53%
	Encargos de Transmissão	0,64%
	Parcela A	8,16%
Parcela B		1,57%
Reajuste Econômico		9,73%
CVA Total		-0,13%
Outros Itens Financeiros da Parcela A		0,23%
Ajuste Financeiro da Revisão Tarifária de 2011		-8,72%
Reajuste Total		1,10%

Decisões da Aneel sobre o Pedido de Reconsideração e o Processo Específico

A Aneel, em reunião pública da sua Diretoria que ocorreu em 17 de dezembro de 2013, deliberou sobre:

(i) o pedido de reconsideração sobre a 3ª revisão tarifária da Companhia ("Pedido de Reconsideração"): houve o reconhecimento adicional na Base de remuneração regulatória (BRR) de cerca de R\$ 390 milhões e na BRR líquida de cerca de R\$ 230 milhões. Foi realizado também ajuste no recálculo do Fator Xe da Segunda Revisão Tarifária Periódica. O efeito líquido será positivo em R\$ 120 milhões de jul/14 a jul/15 e de R\$ 40 milhões no ano tarifário seguinte. Com relação à reconsideração da trajetória de perdas não técnicas requerida pela Companhia, a Diretoria decidiu por postergar sua decisão sobre o assunto para data futura.

(ii) o processo específico sobre análise da procedência do recálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua 3RTP (Processo nº 48500.006159/2012-75 - "Processo Específico"), para eventual desconto e restituição de parcelas de remuneração e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente: a Diretoria da Aneel determinou o recálculo das tarifas praticadas pela Companhia no período de julho de 2007 a julho de 2011, representando o valor de R\$626 milhões. Esse valor será corrigido por IGP-M a partir de 1º de dezembro de 2013 até a data de início da sua

Relatório da Administração

devolução, a qual será feita por meio de componente financeiro negativo, diferido em até 4 eventos tarifários, a partir de julho de 2014.

Com relação ao Pedido de Reconsideração sobre a 3ª revisão tarifária, não haverá recurso. Já em relação ao Processo Específico, a AES Eletropaulo não concorda com a decisão tomada pela Diretoria da Aneel e apresentou pedido de reconsideração administrativo à Aneel, requerendo ainda a suspensão dos efeitos da decisão até que este pedido de reconsideração seja julgado pela Aneel.

Em 28 de janeiro de 2014, o Diretor Geral da Aneel negou o pedido da Companhia para que fossem suspensos os efeitos da sua decisão. Contra esse ato, a Companhia interpôs, perante a Justiça Federal de Brasília, um mandado de segurança com pedido de liminar, requerendo a suspensão dos efeitos da decisão até que o pedido de reconsideração do processo específico seja julgado pela Aneel. A liminar foi concedida em favor da Companhia em 29 de janeiro de 2014 e contra ela cabe recurso da Aneel.

Desempenho Operacional

Suprimento de Energia

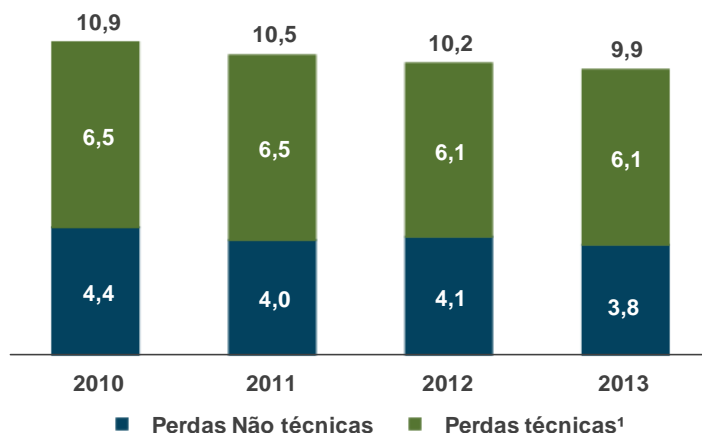
SUPRIMENTO (GWh)		FATURAMENTO (GWh)	
BILAT. TIETÊ	11.108	17.041	RESIDENCIAL
ITAIPU	9.836	11.960	COMERCIAL
BILAT. OUTROS	38	5.588	INDUSTRIAL
PROINFA	972	2.885	P. PÚBLICO E OUTROS
LEILÃO (hídrica)	3.464	41	CONS. PRÓPRIO
LEILÃO (térmica)	16.767	907	PERDA TRANSMISSÃO
CCEE	1.311	5.073	PERDA DISTRIBUIÇÃO
		Energia Requerida 43.496	

O balanço energético demonstrado acima reflete os números do fechamento de 2013, informados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em janeiro de 2014. Já os números demonstrados nas notas explicativas que constam nas Demonstrações Contábeis refletem os valores estimados pela Companhia à época do fechamento contábil e que são ajustados nos meses subsequentes quando da disponibilização dos números finais pela CCEE.

A AES Eletropaulo encerrou o ano de 2013 com um nível de contratação de 96,99%. A subcontratação de 2013 ocorreu devido ao cancelamento de contratos oriundos de leilões de energia nova (CCEARs), à insuficiência de cotas decorrente da Lei nº. 12.783/2013, ao cancelamento do Leilão A-1 de 2012 e à frustração do Leilão de A-1 de 2013. Em função dessa subcontratação a distribuidora adquire energia no mercado de curto prazo, aumentando o custo com compra de energia. Apesar disso, essa exposição contratual é reconhecida pelo órgão regulador como involuntária, o que exime a distribuidora de penalidades.

Relatório da Administração

Perdas (%) - (últimos 12 meses)



¹ Em janeiro de 2012, a AES Eletropaulo aprimorou a metodologia de apuração das perdas técnicas, que em 2013 foram de 6,1%.

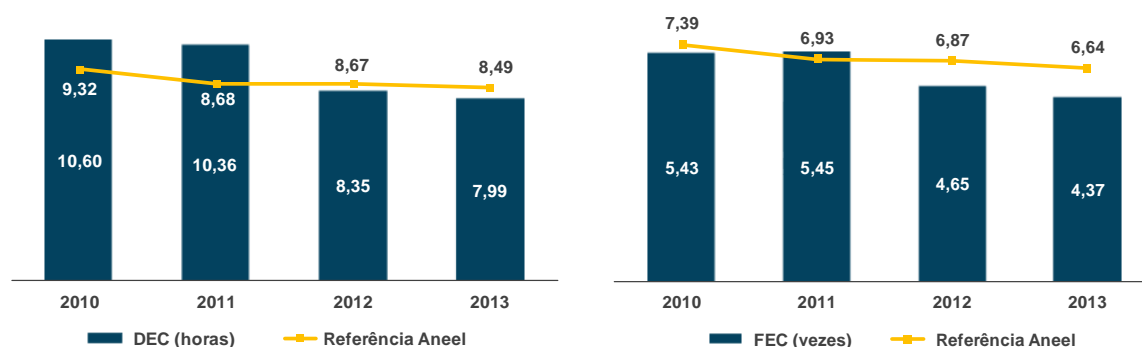
As perdas totais apuradas nos últimos 12 meses foram de 9,9%, sendo estas divididas entre perdas técnicas (6,1%) e não técnicas (3,8%). Em comparação ao mesmo período do ano anterior, as perdas totais apresentaram redução de 0,3 p.p. em função das ações da Companhia visando à redução da parcela não técnica.

Nesse cenário, a AES Eletropaulo passou a intensificar suas ações de redução de perdas não técnicas para os segmentos de baixa renda e iniciou, ao final de 2011, um programa de mapeamento e recadastramento na Tarifa Social de Energia Elétrica das famílias que possuem o perfil de renda previsto pela nova legislação.

Dentre as principais ações promovidas para a redução de perdas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) inspeções de fraude; (ii) programa de recuperação de instalações cortadas; (iii) substituição de medidores obsoletos por equipamentos mais modernos e (iv) regularização de ligações informais.

Em 2013 as iniciativas de combate a perdas acrescentaram ao mercado faturado 564 GWh, ante 537 GWh em 2012.

Indicadores de Qualidade



A AES Eletropaulo fechou 2013 com o melhor DEC de sua história. O indicador atingiu 7,99 horas nos últimos 12 meses, o que representa uma redução de 4,4% em relação a 2012 (8,35 horas). O índice FEC dos últimos 12 meses foi de 4,37 vezes, uma redução de 6,0% em comparação ao ano anterior (4,65 vezes). Ambos indicadores de qualidade estão abaixo dos limites definidos pelo regulador de 8,49 horas para o DEC e 6,64 vezes para o FEC.

Em 2013, as penalidades pagas pela Companhia aos seus clientes por transgressões dos indicadores de DIC, FIC e DMIC totalizaram R\$ 18,6 milhões, valor 25,2% inferior em comparação aos R\$ 24,9 milhões de 2012. A queda do valor pago pelas transgressões é resultado da intensificação das ações voltadas para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

Satisfação do Cliente e Excelência no Atendimento

Relatório da Administração

A combinação entre capacitação, modernização e processos gerou uma redução de 57% no número de reclamações nos últimos dois anos, 50% na reincidência das mesmas e 40% no número de termos de notificação do PROCON em relação ao ano de 2012. Em 2013, a Companhia atingiu 78,3% no Índice de Satisfação de Qualidade Percebida - ISQP medido pela ABRADEE.

O foco no cliente e a excelência no atendimento estão inseridos no planejamento estratégico da AES Eletropaulo. Em 2013 foram realizados investimentos na capacitação das equipes, na modernização dos canais de atendimento e, principalmente, na excelência dos nossos processos.

Para capacitar nossas equipes e estabelecer um padrão no relacionamento com os clientes foi lançado o programa “Jeito AES de Atender”. Esse programa tem como objetivo transformar a cultura da Companhia, padronizando a forma de atender e de se comunicar com os clientes em todos os canais. Para atingir tal objetivo foram definidos padrões de postura no atendimento, como a criação de regras de ouro do atendimento e definição de *dress code* dos atendentes, além de um atendimento consultivo com o objetivo de construir um relacionamento efetivo e duradouro com o cliente. Após a implementação do programa, houve uma redução de 60% das reclamações relacionadas à postura de nossos colaboradores.

Dentre as iniciativas para a modernização dos canais de atendimento destacam-se: o projeto de “Humanização do Atendimento Eletrônico (URA)”, que disponibiliza aos clientes mais serviços com uma interação mais sociável e gentil, e a reformulação do atendimento presencial com a melhoria da infraestrutura e disponibilização de 127 terminais de autoatendimento, além de 77 telefones com chamada direta para o call center. A Companhia também inovou com a implementação da Ouvidoria 24x7, para os casos de emergência, antes disponível apenas no horário comercial. Além disso, lançamos o novo website, elaborado após uma extensa pesquisa de navegabilidade e usabilidade, disponibilizando aos clientes mais serviços com rapidez e facilidade.

No que tange a excelência dos processos, uma nova metodologia de análise das reclamações foi implementada baseada em técnicas estatísticas do Six Sigma e focada na análise das causas raízes. O objetivo dessa iniciativa é evitar a reincidência de reclamação, revisando processos e sistemas, além de contribuir como um direcionador para o programa interno de treinamento dos atendentes, nos diversos canais.

Desempenho Comercial

A área de concessão da Companhia conta com as mais diversas atividades econômicas, as industriais, comerciais e de prestação de serviços. Além disso, a sua área de concessão possui a maior concentração populacional do país.

Atividade Comercial

Em 2013, o volume distribuído pela AES Eletropaulo atingiu 46.215,8 GWh, um crescimento de 1,4% em relação a 2012. O período apresentou um dia a menos de faturamento (-131 GWh) e, se esse efeito fosse excluído, o mercado total cresceria 1,8%. O crescimento reflete o desempenho do mercado comercial cativo e residencial, que apresentaram crescimento de 4,3% e de 2,4%, respectivamente, ajustados: (i) pelos efeitos de dias de faturamento; (ii) pela reclassificação de serviços de condomínios da classe comercial para a classe residencial (303 GWh); e (iii) pela migração de clientes ao Ambiente de Contratação Livre - ACL (630 GWh na classe comercial).

O mercado comercial cativo foi impulsionado pelo aumento de 4,3% no volume de vendas no comércio no Estado de São Paulo no acumulado até novembro de 2013². O desempenho da classe residencial reflete o incremento de 2,0% da renda real da Região Metropolitana de São Paulo em 2013.

O consumo da classe industrial (mercado cativo) apresentou evolução de 0,8%, excluídos os efeitos dos dias de faturamento e da migração de clientes ao ACL (-245 GWh), em função do crescimento de 1,4% na produção industrial do Estado de São Paulo no acumulado até novembro de 2013, segundo pesquisa do IBGE. As demais classes apresentaram redução no consumo cativo em função da queda de 2,2% no consumo da classe de iluminação pública, principalmente devido ao uso de lâmpadas mais eficientes.

O mercado livre registrou um consumo de 8.741,5 GWh em 2013, um aumento de 9,5% quando comparado a 2012, refletindo o movimento de migração de unidades consumidoras ao ACL. Se considerados os efeitos da migração entre o Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e o ACL, cujo efeito líquido foi um acréscimo de 868 GWh no período, o consumo do mercado livre apresentaria uma redução de 1,2% quando comparado a 2012.

² Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE.

Relatório da Administração

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 12.611,3 milhões em 2013, uma redução de 17,6% quando comparada a 2012. Esta redução é explicada, principalmente, pela: (i) receita R\$ 2.849,5 milhões inferior para cobrir custos com a Parcela A, aplicada pela Lei n°. 12.783/2013; (ii) redução de R\$ 365,0 milhões referente à amortização do passivo regulatório da postergação da 3RTP; (iii) menor receita com construção, em R\$ 22,0 milhões; compensando em parte pelo (iv) aumento de R\$ 240,0 milhões relativos ao efeito do reajuste tarifário e do crescimento de 1,4% do consumo no mercado total.

Como resultado das variações acima mencionadas, a receita operacional líquida da Companhia totalizou R\$ 9.012,2 milhões, uma redução de 9,5% comparado a 2012.

R\$ milhões	2012	2013	Var (%) 2012x 2013
Receita de Fornecimento	13.609,0	11.188,8	-17,8%
Outras Receitas	1.704,7	1.422,5	-16,6%
Total Receita Bruta	15.313,7	12.611,3	-17,6%
Deduções da Receita Bruta	(5.354,5)	(3.599,1)	-32,8%
Receita Líquida	9.959,2	9.012,2	-9,5%

Custos e Despesas Operacionais

Em 2013, as despesas operacionais apresentaram redução de 12,5%, totalizando R\$ 7.412,2 milhões. As principais variações estão detalhadas a seguir:

Despesas Operacionais - em R\$ milhões*	2012	2013	Var (%) 2012 x 2013
Parcela A	6.858,5	5.813,7	-15,2%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	5.376,3	5.296,7	-1,5%
Transmissão	1.482,2	517,0	-65,1%
PMSO	1.611,3	1.598,5	-0,8%
Pessoal	784,8	844,3	7,6%
Pessoal	537,9	506,5	-5,8%
Entidade de Previdência Privada	246,9	337,7	36,8%
Serviços de Terceiros	503,0	456,8	-9,2%
Materiais	62,5	46,2	-26,0%
Outros	261,0	251,3	-3,7%
Total	8.469,7	7.412,2	-12,5%

* Não inclui depreciação

Parcela A

A despesa com compra de energia elétrica foi reduzida em 1,5% em comparação ao mesmo período de 2012, em função do repasse de recursos por meio da CDE, no montante de R\$ 669,1 milhões, compensando pela redução de 2,7% no volume de compra de energia e de 9,8% no preço médio da energia comprada.

As despesas com encargos do uso da rede elétrica e de transmissão apresentaram redução de 65,1% em 2013, em função do repasse de recursos por meio da CDE, no montante de R\$ 420,3 milhões, além da redução de R\$ 622,1 milhões com encargos da Rede Básica e do ONS, em função do programa de redução dos custos de energia elétrica determinado pela Lei n°. 12.783/2013.

Despesas Operacionais

Relatório da Administração

Em 2012 e 2013, a Companhia intensificou suas ações de melhoria na gestão de custos, visando ganhos de produtividade e eficiência para reduzir o PMSO gerenciável de 2013 sobre o PMSO gerenciável de 2012, corrigido pelo IGP-M. O resultado atingido pela Companhia excedeu a meta de redução. Inicialmente, a meta era reduzir em R\$ 100 milhões o PMSO gerenciável, mas o compromisso da Administração com o controle dos custos levou a Companhia a revisar a meta para R\$ 140 milhões. Com isso, em 2013, a Companhia reduziu o PMSO gerenciável de 2012, corrigido pelo IGP-M em R\$ 178,1 milhões, o equivalente a 178,1% da meta inicial de redução do PMSO gerenciável prevista para o ano. Tal resultado só pode ser alcançado com compromisso e eficácia da Administração em efetivar ações que aprimoram a gestão de custos.

As despesas operacionais, excluindo o fundo de pensão da Companhia, totalizaram R\$ 1.260,8 milhões, uma redução de 7,6% em comparação a 2012. A redução resulta, principalmente, do programa de redução de custos da Companhia.

Pessoal

Em 2013, as despesas com pessoal e encargos apresentaram uma redução de 5,8% em comparação a 2012, totalizando R\$ 506,5 milhões. Essa variação se deve à reestruturação do quadro de colaboradores e ao programa de incentivo à aposentadoria, efetuados no segundo semestre de 2012, compensados pela internalização de colaboradores e pelo reajuste salarial.

Em 2013, a despesa com entidade de previdência privada foi de R\$ 337,7 milhões, 36,8% superior, como resultado da alteração contábil que modificou a taxa de desconto.

Pessoal - em R\$ milhões	2012	2013	Var (%) 2012 x 2013
Pessoal e Encargos	537,9	506,5	-5,8%
Entidade de Previdência	246,9	337,7	36,8%
Total	784,8	844,3	7,6%

Materiais e Serviços de Terceiros

Em 2013, as despesas com materiais e serviços de terceiros totalizaram R\$ 503,0 milhões, uma redução de 11,1% em comparação a 2012. Essa variação é resultado da redução de despesas relacionadas à frota em função do plano emergência, ocorrido até o final de 2012, e das turmas de emergência e combate à fraude, internalizadas no 1T13, parcialmente compensadas pelo aumento de despesas com serviços de corte e religa.

Outras Despesas Operacionais

Em 2013, as outras despesas operacionais apresentaram uma redução de 3,7%, totalizando R\$ 251,0 milhões, em função, principalmente, da reversão de PCLD realizada no período, no valor de R\$ 70,6 milhões, referentes aos Termos de Confissão de Dívida (TCD) de clientes adimplentes e que quitaram um montante superior a 30% do valor total negociado.

Outras Despesas Operacionais em R\$ milhões	2012	2013	Var (%) 2012 x 2013
PCLD e Baixas	39,2	16,9	-56,8%
Provisão (Reversão) para contingências	73,6	104,4	41,9%
Demais *	148,3	130,0	-12,4%
Total	261,0	251,3	-3,7%

* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc

Outras Receitas e Despesas

Em 2013, as outras receitas e despesas totalizaram uma despesa líquida de R\$ 870,8 milhões, uma redução de 4,7% em comparação a 2012, como resultado dos menores investimentos que totalizaram R\$ 809,1 milhões, 2,7% inferior à 2012. Os investimentos passaram a ser contabilizadas como “Outras Despesas” após a adoção do IFRS e do ICPC 01, e são compensadas em “Outras Receitas”, com valor correspondente e, portanto, sem efeito no resultado.

Ebitda

Relatório da Administração

Em 2013, o Ebitda da Companhia totalizou R\$ 729,2 milhões, um aumento de 26,7% em relação a 2012, quando o Ebitda foi de R\$ 575,4 milhões. Os seguintes fatores explicam esse desempenho:

- (i) R\$ 365,0 milhões referente a amortização do passivo regulatório formado em função da postergação, pela Aneel, da revisão tarifária;
- (ii) R\$ 240,0 milhões de desempenho positivo com crescimento do mercado, reajuste tarifário e eficiência com perdas;
- (iii) R\$ 239,7 milhões de efeito positivo com variações na Parcela A;
- (iv) R\$ 120,6 milhões de impacto positivo com menores despesas com PMSO, dado o programa de redução de custos; e
- (v) R\$ 90,8 milhões com despesas superiores com fundo de pensão.

Conforme IN CVM 527/2012, a divulgação do cálculo do EBITDA deve ser acompanhada da conciliação dos valores constantes das demonstrações contábeis e deve ser obtido da seguinte forma: resultado líquido do período (R\$ 198,2 milhões em 2013 e R\$ 55,0 milhões em 2012), acrescido dos tributos sobre o lucro (R\$ 111,4 milhões em 2013 e R\$ 17,8 milhões em 2012), das receitas financeiras líquidas em 2013 (R\$ 16,0 milhões) e despesas financeiras líquidas em 2012 (R\$ 51,6 milhões) e das depreciações e amortizações (R\$ 435,6 milhões em 2013 e R\$ 450,9 milhões em 2012) totalizando, conforme acima, R\$ 729,2 milhões em 2013 e R\$ 575,4 milhões em 2012, respectivamente.

Resultado Financeiro

Em 2013, o resultado financeiro líquido foi uma receita financeira de R\$ 16,0 milhões, ante uma despesa financeira de R\$ 51,6 milhões em 2012, explicada, sobretudo:

- (i) pelo impacto positivo de R\$ 101,1 milhões relativo à atualização do valor justo dos ativos de concessão; parcialmente compensado
- (ii) pela redução de R\$ 9,6 milhões na receita com acréscimo moratório sobre contas em atraso; e
- (iii) redução de R\$ 0,5 milhão em função da queda do CDI.

Lucro Líquido

Em 2013, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$ 198,2 milhões, um crescimento de 260,2% quando comparado ao montante de R\$ 55,0 milhões registrado em 2012. Esse crescimento é explicado, principalmente, pelo:

- (i) R\$ 158,4 milhões devido ao efeito combinado do crescimento do mercado, tarifa e eficiência com perdas;
- (ii) R\$ 158,2 milhões em função das variações da Parcela A principalmente em função da reversão da CVA no montante de R\$ 505,9 milhões, creditada à Companhia por meio do repasse de recursos da CDE, sendo R\$ 411,9 milhões relativos a custos incorridos em 2012;
- (iii) R\$ 79,6 milhões de redução do PMSO;
- (iv) R\$ 44,6 milhões de impacto positivo dado o melhor resultado financeiro; parcialmente compensados;
- (v) R\$ 240,9 milhões de impacto negativo principalmente em função da postergação, pela Aneel, da data de aplicação da 3RTP.

Remuneração aos Acionistas

A Administração da AES Eletropaulo propõe a distribuição de 25% da base para pagamento de dividendos do ano de 2013, totalizando R\$ 69,0 milhões. A Administração propõe ainda que o valor remanescente de R\$ 207,0 milhões seja destinado à Reserva Estatutária para reforço de capital de giro da Companhia dada a redução do caixa operacional decorrente do terceiro ciclo de revisão tarifária da Agência Nacional de Energia Elétrica, definido em julho de 2012. As destinações mencionadas acima serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) que está prevista para ocorrer até 30 de abril de 2014. Dessa forma, a proposta de distribuição de proventos da Companhia corresponde a R\$ 0,39 por ação ON e R\$ 0,43 por ação PN a serem pagos em data a ser deliberada em Assembleia Geral.

Relatório da Administração

Dividendos 2013 (R\$ milhões)	
Lucro Líquido do exercício - 31/12/2013	198,2
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	84,9
Dividendos e JSCP prescritos	7,1
Constituição de reserva legal (5%)	(14,2)
Base para distribuição de dividendos	276,0
Dividendos mínimo obrigatório	69,0
Reserva estatutária	207,0

Endividamento

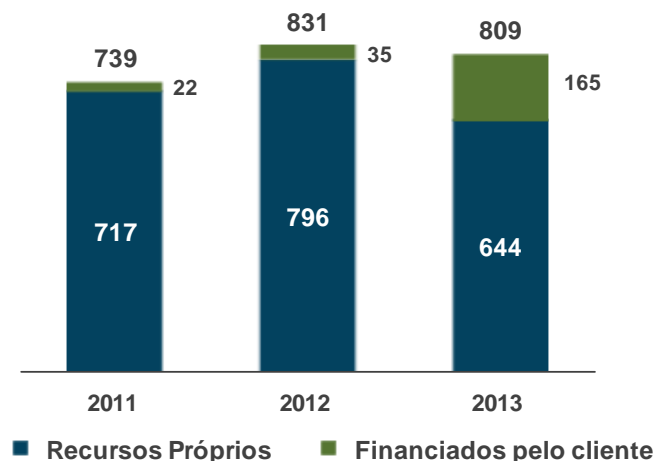
Em 31 de dezembro de 2013, a dívida bruta da Companhia totalizava R\$ 3.960,7 milhões, um aumento de 0,6% em relação aos R\$ 3.935,9 milhões registrados em 31 de dezembro de 2012.

As disponibilidades somavam R\$ 974,2 milhões no fechamento do ano, valor R\$ 160,1 milhões superior ao mesmo período de 2012. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia somou R\$ 2.986,6 milhões em 2013, uma redução de 4,3% quando comparada a 2012, em função, principalmente:

- (i) redução do saldo da dívida em R\$ 50 milhões (amortização da 13ª emissão de debêntures e do CCB);
- (ii) redução do saldo de juros a pagar de R\$ 31 milhões; e
- (iii) aumento de R\$ 160 milhões no saldo caixa.

O custo médio da dívida total da AES Eletropaulo apresentou variação passando de CDI + 1,21% a.a. em 31 de dezembro de 2012 para CDI + 1,19% a.a. em 31 de dezembro de 2013. O prazo médio da dívida em 31 de dezembro de 2012 era de 7 anos, patamar superior ao prazo de 6,1 anos, de 31 de dezembro de 2013.

Investimentos



Relatório da Administração

Em 2013 o volume de investimentos da Companhia atingiu R\$ 809,1 milhões, sendo que os investimentos com recursos próprios totalizaram R\$ 644,3 milhões, enquanto os projetos financiados pelos clientes somaram R\$ 164,7 milhões.

Investimentos - R\$ milhões	2012	2013	Var (%) 2013 x 2012
Serviço ao Cliente e Expansão do Sistema	412,0	379,9	-7,8%
Confiabilidade Operacional	213,0	174,9	-17,9%
Recuperação de Perdas	27,9	23,2	-16,9%
Tecnologia da Informação	35,6	29,9	-16,2%
Outros	107,7	36,6	-66,0%
Total (c/ recursos próprios)	796,2	644,3	-19,1%
Financiado pelo cliente	34,9	164,7	371,7%
Total	831,1	809,1	-2,7%

Principais Investimentos em 2013

Expansão do Sistema e Serviços ao Cliente

- Foram investidos R\$ 207,8 milhões na adição de 171,9 mil novos clientes, dos quais 75,8 mil estão relacionados às regularizações de ligações ilegais.
- Foram investidos R\$ 172,0 milhões em expansão do sistema, destacando-se um aumento de capacidade instalada de 236 MVA, como resultado da ampliação da ETD Butantã (40 MVA), Oratório (40 MVA), Jordanésia (20 MVA), Tamboré (20 MVA), Alvarenga (13 MVA), Ibirapuera (7 MVA), USP (6 MVA), Leopoldina (5 MVA) e São Bernardo (5 MVA) e energização da nova ETD Sertãozinho (80 MVA), beneficiando uma população de aproximadamente 1,6 milhões de habitantes.

Recuperação de Perdas

- Foram investidos R\$ 23,2 milhões, destinados à realização de 75,8 mil regularizações de ligações ilegais, correção de 62,2 mil irregularidades e substituição de 105,8 mil medidores obsoletos.

Confiabilidade Operacional

- Foram investidos R\$ 193,1 milhões, destinados principalmente à manutenção de 4.792 km da rede e modernização da subtransmissão e redes subterrâneas.

Financiado pelo Cliente

- Os investimentos realizados pelos clientes totalizaram R\$ 164,7 milhões e se referem principalmente às doações/incorporações de redes de condomínios e projetos de eficiência energética, entre outros.

Investimento Remunerável

O investimento remunerável, também denominado de Base de Remuneração, é constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial). Sobre ele foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória Aneel 1.317, de 02/07/2012.

A tabela a seguir apresenta os valores da Base de Remuneração aprovada pela Aneel para o 3º ciclo em 2012, retroativos a 2011:

Relatório da Administração

Componentes do Investimento Remunerável (R\$)	Revisão * Jul-11	Reajuste Jul-12	Reajuste Jul-13
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	16.189.530.212,21	17.021.672.065,12	18.096.420.439,31
b1) (-) Depreciação Acumulada	10.347.767.122,93	10.879.642.353,05	11.566.582.971,22
b2) (-) Depreciação Acumulada %	63,9%	63,9%	63,9%
c1) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Bruta	1.370.413.429,38	1.440.852.679,65	1.531.828.117,84
c2) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE Líquida	1.196.630.700,25	1.258.137.518,25	1.337.576.321,15
d) Bens 100% depreciados	3.364.292.878,86	3.537.217.532,84	3.760.557.447,86
e) Terrenos e Servidões	313.831.954,63	329.962.917,10	350.796.775,69
f) = Ativo Imobilizado em Serviço Bruto Depreciável	11.140.991.949,34	11.713.638.935,53	12.453.238.097,92
g) (+) Almoxxarifado	31.500.064,06	33.119.167,35	35.210.311,58
h) = Investimento Remunerável (Base Remuneração)	4.676.632.453,09	4.917.011.361,17	5.227.471.458,52
i) (+) Investimento previsto no Xe	-	-	-
j) Variação do IGPM (RH Aneel/Reajuste Tarifário n°)	1,0000	1,0514	1,0631
k) cota de Depreciação - Taxa média Anual %	3,82%	3,82%	3,82%

* 3° ciclo de RTP - Junho de 2011

Valores após reconhecimento pedido de reconsideração
Valores extraídos Voto André Pepitone

a) Valor deduzido dos valores de Bens Administrativos, Veículos, Moveis e Utensílios e índice de aproveitamento

Os valores REAJUSTE foram corrigidos pelo IGPM (h) sem considerar adições, baixas e depreciação entre períodos.

Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

Em 2013, a AES Eletropaulo investiu R\$ 23,4 milhões em inovação, pesquisa e desenvolvimento com foco na melhoria de processos técnicos e operacionais, na segurança de colaboradores e terceirizados, além da promoção de iniciativas sustentáveis para as comunidades.

Os principais projetos de 2013 tornaram-se parte do dia a dia da Companhia, como o de Sistema Semafórico, com investimentos de R\$ 2,7 milhões no desenvolvimento de funções de monitoramento e supervisão da rede elétrica, integrando os sistemas de informação e operação da Companhia com a operação e as necessidades da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET.

Programa de Eficiência Energética

O Programa de Eficiência Energética da AES Eletropaulo busca reduzir o consumo de energia elétrica nos clientes da Companhia por meio do acesso seguro e regular de energia em comunidades de baixa renda - no âmbito do programa Transformação de Consumidores em Clientes - e da eficácia de máquinas e equipamentos em clientes públicos e corporativos. Em 2013, foram investidos R\$ 58,3 milhões, dos quais R\$ 22,3 milhões no PEE e R\$ 36,0 milhões no programa Transformação de Consumidores em Clientes.

No programa Transformação de Consumidores em Clientes objetiva-se a regularização de ligações informais por meio do fornecimento seguro e confiável de energia em comunidades de baixa renda.

Desde o seu início, em 2004, mais de 500 mil famílias já foram beneficiadas pelo projeto. Só em 2013, aproximadamente 303.148 mil pessoas - 75.787 famílias - foram beneficiadas mediante substituição de 6.571 geladeiras e mais de 70.641 mil lâmpadas, além da reforma em 96 residências que possuíam instalações elétricas precárias e instalação de 4.001 sistemas de aquecimentos solar de água para banho.

Nos projetos do programa de eficiência energética, foram implementadas melhorias tecnológicas como a substituição de equipamentos nos sistemas de iluminação, climatização e refrigeração. Destaque para os projetos de iluminação de túneis com aplicação da tecnologia LED, muito mais moderna e eficiente, trazendo economia de energia e de manutenção e aumento da segurança dos usuários.

Segurança

Relatório da Administração

Os Programas de Segurança da Companhia são baseados nas diretrizes globais da The AES Corporation (“AES Corp”) e no Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO).

Os requisitos do SGSSO estão de acordo com as especificações da Norma OHSAS 18001 (Occupational Health and Safety Assessment Series), uma norma internacional com foco na saúde e segurança do trabalho, voltada à preservação da integridade física e saúde dos colaboradores e parceiros, por meio de práticas de mitigação de riscos em atividades e instalações. Como resultado da aderência do nosso Sistema de Gestão de Saúde e Segurança recebemos, em 2012, a Certificação OHSAS 18001.

Em 2013 foi realizada a auditoria de manutenção (de forma integrada com o Sistema de Gestão de Meio Ambiente) pela certificadora ABS Quality, cujo resultado foi o de “zero não conformidade”.

Em 2013, a AES Eletropaulo investiu R\$ 12,6 milhões e deu continuidade ao conjunto de ações para manter a melhoria contínua dos índices de saúde e segurança, colhendo resultados significativos. A continuidade das práticas previstas no Programa de Segurança foi efetiva, alcançando-se uma redução de 5% no número de acidentes com e sem afastamento com colaboradores próprios e colaboradores terceirizados. Não foram registradas fatalidades com colaboradores próprios ou contratados da companhia.

A Companhia também mantém quatro comitês formais de segurança: o Comitê de Segurança do Trabalho AES Brasil, o Comitê de Segurança do Trabalho da AES Eletropaulo, o Comitê Regional AES Eletropaulo e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), todos com representação dos interesses de 100% dos colaboradores.

Segurança com a População

Segurança é o valor número 1 do grupo AES Brasil. Isso significa que nada é mais importante do que garantir a integridade física dos colaboradores, fornecedores e das 20,1 milhões de pessoas que diariamente desfrutam do bem-estar proporcionado pela energia elétrica na área de concessão da AES Eletropaulo.

Em 2013, a AES Eletropaulo intensificou suas ações direcionadas para a conscientização da população com relação aos riscos da rede elétrica. Realizou 5.219 palestras de segurança em toda a área de concessão, 49.007 apresentações em caminhões interativos, 477 treinamentos na área de construção civil, abordando em suas *blitz* de segurança³ mais de 6.500 pessoas, números significativamente superiores aos do ano anterior. Além disso, a AES Eletropaulo apresentou uma nova abordagem do programa *Consumo Mais Inteligente*. Para isso, a Companhia exibiu, em rádios e emissoras de TV aberta, spots e vídeos com o slogan “Esse é o nosso jeito inteligente de consumir energia. Qual é seu?”, com o objetivo de identificar, compartilhar e reconhecer boas práticas relacionadas ao consumo inteligente de energia elétrica, além de contribuir para a redução dos acidentes com a população.

Em 2013 o número de acidentes fatais subiu para 18, ante 13 acidentes em 2012. Como ação, retomamos as campanhas de sensibilização em mídias televisivas, cujos resultados poderão ser observados em 2014.

Excelência na Gestão

A gestão das empresas do grupo AES Brasil é orientada pelo Planejamento Estratégico Sustentável - conjunto de diretrizes que alinha as práticas de gestão da Companhia aos compromissos apresentados em sua Plataforma de Sustentabilidade - e segue o Modelo de Excelência da Gestão (MEG), da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), constituído de 11 fundamentos de excelência, 4 que devem ser seguidos pela organização. Tais fundamentos são convertidos em critérios de excelência que, entre outras coisas, permitem aferir o grau de maturidade da gestão da empresa. Essa mensuração é feita por meio de uma avaliação independente e dentro do ciclo do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ), uma iniciativa da FNQ que reconhece as empresas de classe mundial, consideradas como detentoras das melhores práticas de gestão.

Em 2012, a AES Eletropaulo foi uma das seis empresas - dentre 41 candidatas - que conquistaram o Prêmio Nacional da Qualidade, considerado o maior reconhecimento para a excelência da gestão das organizações sediadas no Brasil. As organizações que participam do PNQ são avaliadas com base MEG e de acordo com uma escala de pontuação que vai de 0 a 1.000, divididas em faixas.

³ A *blitz* de segurança se dá em obras realizadas na área de concessão da Companhia para divulgar informações sobre procedimentos seguros e atitudes adequadas em trabalhos realizados na rede elétrica.

⁴ Pensamento sistêmico; aprendizado organizacional; cultura de inovação; liderança e constância de propósitos; orientação por processos e informações; visão de futuro; geração de valor; valorização de pessoas; conhecimento sobre o cliente e o mercado; desenvolvimento de parcerias e responsabilidade social.

Relatório da Administração

Como parte integrante do Modelo de Excelência da Gestão das empresas AES Brasil e um instrumento importante para direcionamento organizacional, o planejamento estratégico é revisado anualmente. Essa revisão conta com o envolvimento e a participação das lideranças e contempla todas as áreas da companhia. O processo é desenvolvido durante o primeiro semestre do ano, como uma forma de direcionar e fortalecer a cultura de performance organizacional e a posição competitiva, no curto (período de um ano) e no longo (período de cinco anos) prazos de acordo com o Ciclo de Planejamento Estratégico.

Os desdobramentos dessa estratégia foram convertidos em 38 compromissos para o período de 2012 a 2016 nos temas de segurança; geração de energia sustentável; eficiência no uso de recursos; inovação em excelência para satisfação do cliente; e desenvolvimento e valorização de colaboradores, fornecedores e comunidades. Tais compromissos são monitorados trimestralmente pelo Comitê de Sustentabilidade, sendo reportados semestralmente ao Conselho de Administração.

Relacionamento com o Público Interno

A Companhia tem o compromisso de atrair, desenvolver e reter talentos. Para isso, busca proporcionar um ambiente de trabalho ético e inclusivo, que valorize a diversidade e promova o desenvolvimento pessoal e profissional, por meio da educação para a sustentabilidade e da aplicação de critérios que valorizem seus compromissos.

Diariamente, a AES Eletropaulo mantém atenção especial voltada para seus colaboradores. A empresa busca criar mecanismos de incentivo e valorização que proporcionem eficiência, satisfação profissional e qualidade de vida.

Em 2013, teve continuidade o processo de integração e desenvolvimento dos mais de 6.200 colaboradores da AES Eletropaulo com o objetivo de fazer o profissional se sentir realizado com o que faz e ter a consciência de que seu trabalho traz benefícios para a sociedade. As políticas de desenvolvimento de carreira, que incluem os processos de educação continuada, estágio, reconhecimento, cursos de idiomas, participação em cursos e seminários, além do programa Siga Livre, que permite mobilidade de cargos e funções dentro da empresa, norteiam o enfoque desse trabalho.

O diálogo com a alta direção é garantido pelo Pé Na Estrada, programa que reúne integrantes da alta administração e demais colaboradores em uma discussão que tem como objetivo apresentar resultados do ano anterior, a estratégia para o próximo período, o plano de investimentos e as metas a serem perseguidas. Antes do evento, que em 2013 chegou à sexta edição, os colaboradores participam de mesas-redondas nas quais apresentam propostas de melhoria utilizadas no planejamento estratégico do grupo AES Brasil.

Gestão Ambiental

A AES Eletropaulo conta com o Sistema de Gestão Ambiental (“SGA”) certificado desde 2000 segundo os requisitos da Norma ISO 14001. Em 2013 foi realizada a auditoria de manutenção (de forma integrada com o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho) pela certificadora ABS Quality, cujo resultado foi o de “zero não conformidade”. O SGA tem como principal foco as ações de prevenção, correção, mitigação e controle de impactos ambientais, oferece uma sistemática de melhoria contínua por meio do desenvolvimento de objetivos, metas e programas de gestão, padronizando, assim, os processos e as atividades da Companhia, especialmente as que oferecem maiores riscos ao meio ambiente, de acordo com as premissas do seu planejamento estratégico sustentável.

O sistema também trata de temas que envolvem gestão de fornecedores de serviços e materiais, levando em consideração questões relacionadas ao atendimento da legislação ambiental e das políticas da Companhia, além de prevenção de impactos e acidentes. Outro ponto de atenção do SGA são os impactos que as atividades da AES Eletropaulo causam nas comunidades da sua área de concessão. Todas essas ações são direcionadas pela política de sustentabilidade do grupo AES Brasil, que promove uma atuação em consonância com a legislação ambiental vigente e em respeito aos recursos naturais.

A AES Eletropaulo destinou R\$ 85,7 milhões em 2013 em ações de meio ambiente, como treinamentos, melhoria na gestão ambiental de processos, novas tecnologias, licenciamentos e compensações ambientais, investigação de potenciais passivos, remediações ambientais e auditorias ambientais junto aos fornecedores.

Gestão social

Relatório da Administração

A relação e os compromissos da AES Eletropaulo com as comunidades são pautados pelo Sistema de Gestão de Responsabilidade Social Corporativa (“SGRSC”), que tem o objetivo de promover a melhoria contínua da atuação social e garantir o máximo alinhamento com a estratégia da Companhia estabelecida pela política de sustentabilidade e com normas e padrões externos aplicáveis aos negócios do grupo AES no Brasil, como a ISO 26000 e AA 1000.

Em 2013, a AES Eletropaulo deu um importante passo para a consolidação estratégica do SGRSC por meio da definição de um sistema de avaliação de projetos sociais focado em medir efetivamente o processo e os impactos causados por cada projeto. O sistema de avaliação é composto por indicadores de gestão das atividades, de medição de impacto sobre o público atingido e de investimento por projeto, além da realização de pesquisas de opinião junto aos beneficiados quanto à satisfação e ao atendimento às expectativas de cada público. Essa metodologia, já aplicada em projetos como a Casa de Cultura e Cidadania, foi revisada em 2013 e sua aplicação será ampliada para todos os projetos sociais no âmbito do projeto Consumo Mais Inteligente em 2014.

Para garantir o alinhamento dos projetos sociais ao posicionamento do grupo AES Brasil, as iniciativas da Companhia estão agrupadas em quatro pilares: educação, cultura e esporte; capacitação profissional inclusiva; acesso à energia e eficiência energética; e inclusão social.

Em 2013 o investimento social privado da Companhia totalizou R\$ 104,9 milhões, dos quais R\$ 41,5 milhões em recursos próprios e R\$ 63,4 milhões em recursos incentivados, beneficiando 1,8 milhão de pessoas.

Reconhecimentos

- **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) - BM&FBovespa:** a AES Eletropaulo integrará em 2014, por mais um ano, a carteira do índice que reúne as empresas com práticas mais sustentáveis da Bolsa. A AES Eletropaulo faz parte do índice desde 2005, quando foi criado;
- **Prêmio Abradee 2013:** a AES Eletropaulo foi a vencedora na categoria “Qualidade de Gestão” na premiação da Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), que reconhece as melhores distribuidoras de energia do país. No ranking nacional a Companhia se manteve entre as dez melhores, ocupando a 9ª posição;
- **Prêmio Eco 2013:** promovido pela Câmara Americana do Comércio de São Paulo (Amcham), a premiação reconhece práticas empresariais inovadoras que geram resultado financeiro e impactos positivos na sociedade e no meio ambiente. Foram contempladas dez empresas dentre as 68 inscritas e a AES Eletropaulo foi premiada pelo programa “Transformação de Consumidores em Clientes”.
- **Troféu Transparência:** a Companhia recebeu o reconhecimento da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) pela qualidade e transparência de suas demonstrações financeiras. A AES Eletropaulo foi premiada na categoria empresas de capital aberto com faturamento superior a R\$ 5 bilhões.
- **Empresa que mais respeita o consumidor:** concedido pela revista Consumidor Moderno, reconhece as empresas que mais respeitam o consumidor e a AES Eletropaulo foi a vencedora na categoria “Fornecedor de Energia”.
- **Marcas mais valiosas do Brasil:** a AES Eletropaulo é a 31ª marca mais valiosa do Brasil, segundo estudo da *Brand Finance Brasil* produzido com base em um levantamento financeiro sobre as empresas e em questionários com clientes e especialistas.
- **Excelência da URA:** a nova URA (Unidade de Resposta Audível) rendeu dois prêmios de primeiro lugar e uma menção honrosa em Excelência de Processo, em premiação realizada em Londres. A premiação engloba uma comunidade de mais de 70 mil profissionais de processos, líderes empresariais e executivos empenhados em garantir a excelência operacional.
- **Prêmio Empresa que Melhor se Comunica com Jornalistas:** concedido pela revista Negócios da Comunicação, o prêmio é resultado de uma pesquisa realizada com 25 mil jornalistas do país e avalia questões como: conteúdo divulgado, atendimento da área de comunicação/ assessoria de imprensa e o cumprimento de prazos para respostas. A empresa possui a melhor Assessoria de Imprensa entre 32 grupos econômicos do setor de energia.
- **ISO14001 e OHSAS18001:** a AES Eletropaulo manteve por mais um ano as certificações ISO 14001 e OHSAS 18001, que garantem a excelência no cumprimento das normas internacionais relacionadas à saúde, segurança do trabalho e meio ambiente, com zero não conformidade. Esse processo envolveu auditoria de procedimentos, processos, práticas de trabalho, tanto dos colaboradores próprios como dos contratados.

Relatório da Administração

Além dos reconhecimentos individuais, a AES Eletropaulo contribuiu significativamente para dois importantes reconhecimentos para o grupo AES Brasil focados em inovação e sustentabilidade:

- **Best Innovator 2013:** o grupo foi considerado o 12º mais inovador do Brasil, de acordo com a pesquisa *Best Innovator 2013*. Foram avaliados critérios como estratégia, organização e cultura, processos, estrutura e resultados. Feito pela consultoria A.T. Kearney em 15 países, o estudo avaliou 120 companhias no Brasil e listou as 20 mais inovadoras. Foi a primeira vez que o grupo AES Brasil participou no prêmio;
- **Guia Exame de sustentabilidade:** o grupo AES Brasil está novamente no Guia Exame de Sustentabilidade, que lista as empresas/ grupos mais sustentáveis do Brasil. A partir de 2013 (14ª edição), o levantamento tem nova metodologia e reúne as 61 empresas com as melhores práticas no País. Foram ressaltadas a governança da sustentabilidade na Companhia, a atuação em direitos humanos e a relação com a comunidade e com os fornecedores. A pesquisa foi elaborada pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e avaliou 184 companhias.

Governança Corporativa

A AES Eletropaulo integra o Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa desde 2004 e foi a sétima Companhia a se comprometer com o seu regulamento. Seguindo as regras do Nível 2, a Companhia disponibiliza suas demonstrações contábeis em inglês e concede tag along de 100% para os acionistas detentores de ações ordinárias (ON) e ações preferenciais (PN). Além disso, as ações preferenciais possuem direito a voto em algumas matérias, é prevista adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado para resolução de conflitos societários e a obrigatoriedade de possuir pelo menos 20% de membros independentes no seu Conselho de Administração.

Desde 2005 a Companhia integra a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. Por ser subsidiária da The AES Corporation, companhia de capital aberto com ações na Bolsa de Nova York, a AES Eletropaulo adequou seus controles à Lei Sarbanes-Oxley (SOX), cujo objetivo é assegurar a confiabilidade das demonstrações contábeis de companhias que negociam ações no mercado norte-americano.

Estrutura Societária

Em dezembro de 2013, o capital social da AES Eletropaulo era de R\$ 1.257,6 milhões representado por 66.604.817 ações ordinárias (39,8% do total) e 100.739.070 ações preferenciais (60,2% do total), com um *free float* total de 94.172.060 ações (56,3% do total). Ao final do exercício, a Companhia contava com aproximadamente 68 mil acionistas.

AES Eletropaulo						
Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
AES ELPA	51.825.798	77,8%	0	0,0%	51.825.798	31,0%
União Federal	13.342.384	20,0%	258	0,0%	13.342.642	8,0%
Cia Brasileira de Energia	0	0,0%	7.434.410	7,4%	7.434.410	4,4%
BNDES	1	0,0%	568.976	0,6%	568.977	0,3%
Outros (Free Float)	1.436.634	2,2%	92.735.426	92,1%	94.172.060	56,3%
Total	66.604.817	100,0%	100.739.070	100,0%	167.343.887	100,0%

Data base: 31/Dez/13

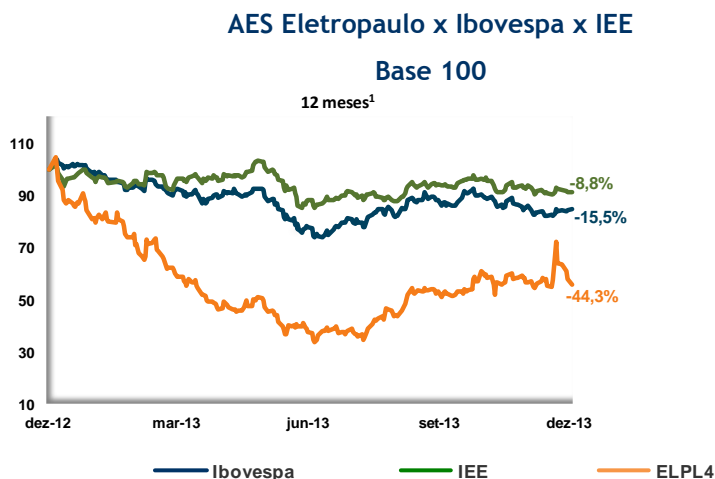
Mercado de Capitais

As ações da AES Eletropaulo estão listadas no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa sob os códigos ELPL3 (ordinárias) e ELPL4 (preferenciais). A Companhia também possui ADRs negociadas no Nível I do mercado de balcão norte-americano (OTC), sob o código EPUMY.

Em 2013, a ação ELPL4 foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa. Os dados de liquidez mostram a realização de aproximadamente 1,3 milhão de negócios, envolvendo cerca de 519,0 milhões de ações preferenciais e com volume

Relatório da Administração

médio diário de R\$ 19,3 milhões no mercado à vista. No ano, as ações preferenciais da AES Eletropaulo sofreram queda de 44,3% explicada principalmente pela reação do mercado à Lei nº. 12.783/2013 e ao reajuste tarifário ocorrido em julho de 2013, parcialmente compensados pela reação positiva do mercado após a divulgação dos resultados do 2T13 e 3T13. No mesmo período, o índice Bovespa caiu 15,5% e o IEE apresentou queda de 8,8%.



Serviços de Auditoria Independente

Ao longo do exercício de 2013, a AES Eletropaulo utilizou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes ("KPMG") para a realização de outros trabalhos de auditoria, em adição à auditoria das demonstrações contábeis e revisão especial das Informações Trimestrais (ITRs) relativas a 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro daquele mesmo exercício (conjuntamente denominados serviços de auditoria externa). Os detalhes dos contratos desses serviços encontram-se abaixo:

(i) Natureza do serviço: Auditoria de procedimentos previamente acordados dos Custos Variáveis da Parcela A (CVA) de acordo com a NBC-TSC-4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis e procedimentos estabelecidos pela Aneel. Data da contratação: 26 de abril de 2013.

(ii) Natureza do serviço: Auditoria de procedimentos previamente acordados das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) de acordo com a NBC-TSC-4400 - Trabalhos de Procedimentos Previamente Acordados sobre Informações Contábeis e procedimentos estabelecidos pela Aneel. Data da contratação: 26 de abril de 2013.

(iii) Natureza do serviço: Auditoria dos Projetos concluídos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE, elaborados segundo as normas das Resoluções Aneel Nº 300/2008 e 316/2008. Data da contratação: 26 de abril de 2013.

(iv) Natureza do serviço: asseguarção limitada (verificação independente) sobre as informações de sustentabilidade da Companhia, referentes ao ano calendário de 2013, segundo as diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI). Data da contratação: 17 de outubro de 2013.

(v) Natureza do serviço: Verificação independente sobre as informações financeiras do Formulário de Referência da Companhia, referente ao ano calendário de 2013, segundo as diretrizes estabelecidas pela CVM. Data da contratação: 16 de julho de 2013.

O valor total dos serviços descritos acima somam R\$ 320.265,00 (trezentos e vinte mil, duzentos e sessenta e cinco reais) e equivale a 76,3% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Todos os serviços descritos acima possuem prazo de contratação inferior a um ano.

A Administração da Companhia, assim como seus auditores independentes, entende que os serviços mencionados acima são caracterizados como serviços relacionados à auditoria e, por consequência, não afetam a independência e objetividade da KPMG, necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria de acordo com as regras vigentes no Brasil.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio

Relatório da Administração

trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Barueri, 25 de fevereiro de 2014.

Relatório da Administração

Balanço Social

Relatório da Administração



1 - Base de Cálculo	2013 Valor (Mil reais)			2012 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	9.012.207			9.959.198		
Resultado operacional (RO)	293.619			124.479		
Folha de pagamento bruta (FPB)	506.531			537.858		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	55.663	10,99%	0,62%	49.005	9,11%	0,49%
Encargos sociais compulsórios ¹	116.517	23,00%	1,29%	133.292	24,78%	1,34%
Previdência privada ¹	337.746	66,68%	3,75%	246.909	45,91%	2,48%
Saúde ¹	53.082	10,48%	0,59%	45.986	8,55%	0,46%
Segurança e saúde no trabalho	12.640	2,50%	0,14%	23.799	4,42%	0,24%
Educação	0	0,00%	0,00%	737	0,14%	0,01%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional ¹	3.973	0,78%	0,04%	8.523	1,58%	0,09%
Creches ou auxílio-creche ¹	1.322	0,26%	0,01%	1.168	0,22%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	65.745	12,98%	0,73%	71.671	13,33%	0,72%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos¹	646.688	127,67%	7,18%	581.090	108,04%	5,83%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	20.099	6,85%	0,22%	8.191	6,58%	0,08%
Cultura	3.565	1,21%	0,04%	2.107	1,69%	0,02%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	1.885	0,64%	0,02%	168	0,13%	0,00%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	87.639	29,85%	0,97%	116.132	93,29%	1,17%
Total das contribuições para a sociedade	113.188	38,55%	1,26%	126.598	101,70%	1,27%
Tributos (excluídos encargos sociais) ¹	2.375.071	808,90%	26,35%	2.832.850	2275,77%	28,44%
Total - Indicadores sociais externos¹	2.488.259	847,44%	27,61%	2.959.448	2377,47%	29,72%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	28.430	9,68%	0,32%	20.104	16,15%	0,20%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	57.260	19,50%	0,64%	36.977	29,71%	0,37%
Total dos investimentos em meio ambiente	85.690	29,18%	0,95%	57.080	45,86%	0,57%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2013			2012		
Nº de empregados(as) ao final do período	6.208			5.872		
Nº de admissões durante o período	953			1.071		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	9.293			10.251		
Nº de estagiários(as)	35			51		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	980			1.023		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.092			1.034		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	17,29%			26,13%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.363			1.298		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	6,11%			5,00%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	66			61		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013 Valor (Mil reais)			2012 Valor (Mil reais)		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	96,25			81,79		
Número total de acidentes de trabalho	52			36		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(x) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): ²	na empresa 27.778	no Procon 3.592	na Justiça 3.138	na empresa 21.059	no Procon 3.935	na Justiça 2.376
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: ³	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça -	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 22%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: 4.403.653			Em 2012: 5.952.955		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	73,69% go verno 4,50% acio nistas	17,13% co labo radores(as) 4,68% terceiros		82,14% go verno 0,92% acio nistas	11,69% co labo radores(as) 5,24% terceiros	
7 - Outras Informações						

1Reapresentação dos números de 2012 nas DFs

2 O número das reclamações são referentes ao canal Ouvidoria

3 Valores de 2012 foram reapresentados devido a revisões e mudanças no critério

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Elpa S.A. e indiretamente pela Companhia Brasileira de Energia S.A. (“Brasileira”). A Brasileira por sua vez é uma controlada indireta da The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América). A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Sua sede está localizada no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040.

A Companhia, conforme mencionado na nota explicativa nº 27, faturou com fornecimento de energia 37.474 GWh no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 37.570 GWh no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, atendendo a aproximadamente 6,7 milhões de unidades consumidoras no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 6,5 milhões de unidades consumidoras no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos e por processo de Reajuste Tarifário anualmente (vide nota explicativa 34.4).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 12 de fevereiro de 2014, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal. Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos Acionistas da Companhia.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting*

Notas Explicativas

Standards – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido ao uso de arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente os totais apresentados.

2.3 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

Notas Explicativas

3. Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Ativos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual de receber caixa ou outro instrumento financeiro, direito contratual de troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade sob determinadas condições.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, a qual é determinada no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo, com impacto no resultado do exercício.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possui ativos financeiros classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não

Notas Explicativas

estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, usando o método dos juros efetivos.

- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

(a) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização. Em 31 de dezembro de 2013, não houve nenhuma alteração no valor justo.

(b) Consumidores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber (incluindo contas a receber de acordos)

A Companhia classifica os saldos de consumidores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber, como instrumentos financeiros “empréstimos e recebíveis”. Estes recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva (“custo amortizado”). Os recebíveis podem ser reduzidos por ajuste por créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica. Incluem ainda os saldos referentes ao uso do sistema de distribuição por clientes livres e de energia vendida no mercado de curto prazo na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Notas Explicativas

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, demonstrada na nota explicativa nº 10, está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos e os saldos estão deduzindo as rubricas do ativo que as originaram – vide notas explicativas nºs 5, 6, 8 e 9. O critério utilizado atualmente pela Companhia para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é o seguinte:

Consumidores

- Classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
- Classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;
- Classe industrial e rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, com contas vencidas há mais de 360 dias.

Serviços Prestados/Acordos/Outros Créditos

- Faturas vencidas há mais de 360 dias.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui também, análise individual de contas julgadas de difícil recebimento pela Administração.

Os acordos de parcelamento de consumidores inadimplentes “Termo de Confissão de Dívida - TCD” são provisionados pelo seu valor total, independente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos, e revertidos (i) proporcionalmente ao valor recebido de cada parcela negociada e (ii) quando o montante amortizado for superior a 30% do total da dívida negociada e estiver adimplente, inclusive com os demais débitos.

As baixas de créditos para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos na Lei nº 9.430/1996: faturas e créditos com valores de até R\$ 5, vencidos há mais de 180 dias; valores de R\$ 5 a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias; valores superiores a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias desde que tomadas e mantidas medidas judiciais de cobranças.

Os recebimentos de créditos referentes a contas a receber que foram baixados, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados a crédito na rubrica de “Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa”.

(d) Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são analisados, em bases anuais, para identificar eventuais mudanças que possam indicar redução no seu provável valor de recuperação

Notas Explicativas

(impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento de maneira significativa ou prolongada.

(e) **Baixa de ativos financeiros**

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, a Companhia mantém esse ativo financeiro e reconhece um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

3.2 Almoxarifado

Está valorizado ao custo médio de aquisição ou produção. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Estes estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas distribuição.

Os materiais destinados às construções de itens do ativo intangível da concessão da Companhia são classificados como intangíveis em curso.

3.3 Contrato de concessão (ativo financeiro e intangível da concessão)

Os ativos relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros e ativos intangíveis.

Os ativos da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível da concessão) são remunerados por meio do WACC regulatório, que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da Companhia e seu montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão são classificados como disponíveis para venda e nos exercícios apresentados, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras.

De acordo, ainda, com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia

Notas Explicativas

mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a Companhia verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor. Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não há saldo registrado em outros resultados abrangentes uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não havia diferença entre essas taxas.

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

Os ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois o menor. De acordo com o pronunciamento CPC 04 (IAS 38) - Ativo Intangível, a vida útil da concessão é finita e o ativo é completamente amortizado ao término da concessão.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção do ativo intangível da concessão em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo intangível da concessão em curso; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros capitalizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão apresentados na nota explicativa nº 30.

3.4 Imobilizado – arrendamento mercantil financeiro

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não-circulante, conforme o caso. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados ou amortizados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor.

Notas Explicativas

O resultado na alienação é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo líquido da respectiva depreciação acumulada e é reconhecido no resultado do exercício.

3.5 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração (ativos não financeiros)

A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se existe um indicador de perda de valor recuperável, a Companhia efetua um teste de recuperação do valor contábil. A Companhia não possui ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas para os quais seriam requeridos testes de recuperação anual dos valores registrados.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios da Companhia considera uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável.

3.6 Provisões

A Companhia registra provisões quando possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cujo desembolso de caixa futuro seja considerado como mais provável que não, e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As despesas relativas a qualquer provisão são apresentadas na demonstração do resultado ou ao item qualificável do ativo ao qual esteja relacionada.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando-se em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para os processos em que seja provável uma saída de recursos para liquidá-los e sobre as quais seja possível realizar uma estimativa razoável do valor a ser desembolsado. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos

Notas Explicativas

tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

3.7 Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros pelo custo amortizado. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, são deduzidos os custos de transação diretamente relacionados. Posteriormente são valorizados ao custo amortizado.

A Companhia não tem registrado em 31 de dezembro de 2013 e 2012 nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

(a) Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

(b) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.8 Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou contratos, quando existentes, são tratados como um derivativo quando seus riscos e características não forem estritamente relacionados aos dos contratos principais e esses contratos não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não identificou nenhum derivativo embutido em seus contratos.

Notas Explicativas

3.9 Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - 2% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá ser aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

3.10 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto devido é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Notas Explicativas

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os efeitos do imposto de renda e da contribuição social diferidos relacionados a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias estão registrados nas demonstrações contábeis de acordo com o pronunciamento CPC 32 (IAS 12) - Tributos sobre o Lucro.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e bases fiscais de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requerem uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico aprovado pelos órgãos de Administração da Companhia.

Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia reconhece um acréscimo no imposto diferido ativo proporcionalmente a esses lucros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão de os impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma

Notas Explicativas

autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

3.11 Benefícios a empregados

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício, ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma nova avaliação atuarial.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

O ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

Durante o exercício, a Companhia adotou o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados, aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro.

Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. Para a Companhia, a aplicação desta norma requer a descontinuação do método do

Notas Explicativas

corredor e consequente registro da perda atuarial não registrada em contrapartida a outros resultados abrangentes.

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 – Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, a Companhia deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Os efeitos desta mudança na política contábil sobre os saldos anteriormente divulgados de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, estão apresentados abaixo. Vale ressaltar que os impactos são meramente para fins de comparabilidade, não havendo efeitos nos atos societários já aprovados referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Reconciliação do balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e dos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2012, após adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

	31.12.2012			01.01.2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO						
<u>CIRCULANTE</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	114.142	-	114.142	162.952	-	162.952
Investimentos de curto prazo	699.899	-	699.899	1.227.520	-	1.227.520
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.502.243	-	1.502.243	1.415.679	-	1.415.679
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	232.668	-	232.668	48.026	-	48.026
Outros tributos compensáveis	180.529	-	180.529	82.262	-	82.262
Devedores diversos	1.708	-	1.708	1.669	-	1.669
Contas a receber - acordos	39.914	-	39.914	13.197	-	13.197
Outros créditos	129.262	-	129.262	102.174	-	102.174
Almoxarifado	63.936	-	63.936	52.553	-	52.553
Despesas pagas antecipadamente	1.019	-	1.019	773	-	773
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	2.965.320	-	2.965.320	3.106.805	-	3.106.805
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
Outros tributos compensáveis	52.303	-	52.303	104.010	-	104.010
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	804.160	804.160	-	258.829	258.829
Cauções e depósitos vinculados	461.485	-	461.485	475.991	-	475.991
Contas a receber - acordos	15.163	-	15.163	40.811	-	40.811
Outros créditos	50.199	-	50.199	104.273	-	104.273
Ativo financeiro da concessão	1.181.937	-	1.181.937	1.041.813	-	1.041.813
Investimento	9.500	-	9.500	9.500	-	9.500
Imobilizado, líquido	6.109	-	6.109	9.464	-	9.464
Intangível	5.757.202	-	5.757.202	5.873.314	-	5.873.314
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.533.898	804.160	8.338.058	7.659.176	258.829	7.918.005
TOTAL DO ATIVO	10.499.218	804.160	11.303.378	10.765.981	258.829	11.024.810

Notas Explicativas**PASSIVO****CIRCULANTE**

	31.12.2012			01.01.2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
Fornecedores	1.382.369	-	1.382.369	1.063.084	-	1.063.084
Empréstimos e financiamentos	33.859	-	33.859	88.872	-	88.872
Debêntures	46.808	-	46.808	243.309	-	243.309
Arrendamento financeiro	4.494	-	4.494	7.977	-	7.977
Subvenções governamentais	760	-	760	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.313	-	2.313	4.398	-	4.398
Outros tributos a pagar	335.029	-	335.029	449.871	-	449.871
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	64.920	-	64.920	211.072	-	211.072
Obrigações estimadas	103.792	-	103.792	95.842	-	95.842
Obrigações sociais e trabalhistas	4.088	-	4.088	3.131	-	3.131
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	81.805	-	81.805	102.078	-	102.078
Provisão para processos judiciais e outros	170.019	-	170.019	168.704	-	168.704
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	48.279	-	48.279	40.727	-	40.727
Outras obrigações	175.763	-	175.763	171.796	-	171.796
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	2.454.298	-	2.454.298	2.650.861	-	2.650.861

NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos	554.678	-	554.678	715.012	-	715.012
Debêntures	2.159.784	-	2.159.784	1.436.739	-	1.436.739
Arrendamento financeiro	2.596	-	2.596	4.076	-	4.076
Subvenções Governamentais	2.738	-	2.738	-	-	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	158.084	(158.084)	-	151.177	(151.177)	-
Obrigações com entidade de previdência privada	1.133.680	2.830.128	3.963.808	1.230.546	1.205.899	2.436.445
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	2.705	-	2.705	27.088	-	27.088
Provisão para processos judiciais e outros	315.148	-	315.148	322.110	-	322.110
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	25.649	-	25.649	76.702	-	76.702
Obrigações estimadas	19.980	-	19.980	20.438	-	20.438
Reserva de reversão	66.085	-	66.085	66.085	-	66.085
Outras obrigações	26.949	-	26.949	55.436	-	55.436
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.468.076	2.672.044	7.140.120	4.105.409	1.054.722	5.160.131

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social	1.157.629	-	1.157.629	1.057.629	-	1.057.629
Reserva de capital	17.297	-	17.297	16.452	-	16.452
Outros resultados abrangentes/ajustes de avaliação patrimonial	1.377.304	(1.867.884)	(490.580)	1.540.094	(795.893)	744.201
Reserva de lucros						
Reserva legal	221.418	-	221.418	211.526	-	211.526
Reserva estatutária	803.196	-	803.196	764.994	-	764.994
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	419.016	-	419.016
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.576.844	(1.867.884)	1.708.960	4.009.711	(795.893)	3.213.818

TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.499.218	804.160	11.303.378	10.765.981	258.829	11.024.810
-------------------	----------------	-------------------	-------------------	----------------	-------------------

Notas ExplicativasReconciliação da demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

	2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.959.198	-	9.959.198
CUSTO OPERACIONAIS			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(5.165.493)	-	(5.165.493)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	(210.785)	-	(210.785)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(1.482.190)	-	(1.482.190)
Taxa de fiscalização	(24.041)	-	(24.041)
Custo de operação			
Pessoal e administradores	(537.858)	-	(537.858)
Entidade de previdência privada	(166.709)	(80.200)	(246.909)
Serviços de terceiros	(503.010)	-	(503.010)
Material	(62.461)	-	(62.461)
Custo de construção	(831.115)	-	(831.115)
Provisão/Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(39.163)	-	(39.163)
Provisão/Reversão para processos judiciais e outros	(73.577)	-	(73.577)
Depreciação e amortização	(450.918)	-	(450.918)
Outros custos	(207.199)	-	(207.199)
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	(9.754.519)	(80.200)	(9.834.719)
RESULTADO DO SERVIÇO	204.679	(80.200)	124.479
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	238.706	-	238.706
Despesas financeiras	(399.635)	-	(399.635)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	109.318	-	109.318
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(51.611)	-	(51.611)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	153.068	(80.200)	72.868
Contribuição social	417	-	417
Imposto de renda	(1.078)	-	(1.078)
Contribuição social diferida	(11.769)	7.218	(4.551)
Imposto de renda diferido	(32.692)	20.050	(12.642)
TOTAL DOS TRIBUTOS	(45.122)	27.268	(17.854)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	107.946	(52.932)	55.014

Notas Explicativas**Reconciliação da demonstração dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados**

	2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	107.946	(55.932)	55.014
Outros resultados abrangentes			
Atualização do ativo financeiro da concessão	(110.454)	-	(110.454)
Efeito de imposto de renda e contribuição social	37.554	-	37.554
Ajuste de Avaliação Atuarial	-	(1.544.029)	(1.544.029)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	-	524.970	524.970
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	35.046	(1.074.991)	(1.036.945)

Reconciliação dos saldos iniciais e finais da demonstração das mutações do patrimônio líquido após adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados

	31.12.2012	01.01.2012
Patrimônio líquido originalmente emitido	3.576.844	4.009.711
<u>Ajustes de acordo com o CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados</u>		
Registro da perda atuarial	(2.830.128)	(1.205.899)
Impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos	962.244	410.006
Despesa com entidade de previdência privada	-	-
Patrimônio líquido reapresentado	1.708.960	3.213.818

Notas Explicativas**Reconciliação da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados**

	2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
<u>Atividades operacionais:</u>			
Lucro líquido do exercício	107.946	(52.932)	55.014
Depreciação e amortização	450.918	-	450.918
Variação monetária/cambial	(22.729)	-	(22.729)
Atualização do ativo financeiro da concessão	15.119	-	15.119
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	61.298	-	61.298
Provisão para processos judiciais e outros	130.167	-	130.167
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	306.812	-	306.812
Fundo de pensão/plano de assistência - Deliberação CVM 695	165.888	80.200	246.088
Receita de aplicação financeira em investimento curto prazo	(104.974)	-	(104.974)
Baixa de ativo financeiro, intangível de concessão e imobilizado	91.788	-	91.788
Tributos e contribuições sociais diferidos	44.461	(27.268)	17.193
Ações e opções de ações outorgadas	845	-	845
<u>Variações nos ativos e passivos:</u>			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(189.198)	-	(189.198)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(185.376)	-	(185.376)
Outros tributos compensáveis	(46.560)	-	(46.560)
Devedores diversos	(39)	-	(39)
Almoxarifado	(11.383)	-	(11.383)
Contas a receber - acordos	38.243	-	38.243
Despesas pagas antecipadamente	(246)	-	(246)
Outros créditos	(8.330)	-	(8.330)
Fornecedores	319.285	-	319.285
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(2.085)	-	(2.085)
Outros tributos a pagar	(112.789)	-	(112.789)
Pagamento de processos judiciais e outros	(135.814)	-	(135.814)
Obrigações sociais e trabalhistas	957	-	957
Obrigações estimadas	5.550	-	5.550
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	(44.656)	-	(44.656)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(50.441)	-	(50.441)
Outras obrigações	(16.980)	-	(16.980)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	99.995	-	99.995
Juros pagos (encargos de dívida)	(314.507)	-	(314.507)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	(260.811)	-	(260.811)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	332.354	-	332.354
<u>Atividades de investimentos:</u>			
Adições para ativos financeiros e intangíveis de concessão	(871.867)	-	(871.867)
Consumidores participação financeira	184.333	-	184.333
Aplicações em investimento de curto prazo	(7.816.599)	-	(7.816.599)
Resgate de investimento de curto prazo	8.356.801	-	8.356.801
Aplicações/resgates de cauções e depósitos vinculados	21.002	-	21.002
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	46.106	-	46.106
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(80.224)	-	(126.330)
<u>Atividades de financiamentos:</u>			
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	1.371.091	-	1.371.091
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(608.319)	-	(608.319)
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	(8.645)	-	(8.645)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(1.030.880)	-	(1.030.880)
Custo de empréstimos (custos de transação e prêmios)	(16.749)	-	(16.749)
Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	(7.438)	-	(7.438)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(300.940)	-	(300.940)
Variação no caixa líquido da Companhia	(48.810)	-	(48.810)
Saldo no início do exercício	162.952	-	162.952
Saldo no final do exercício	114.142	-	114.142

Notas Explicativas**Reconciliação da demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 após adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados**

	2012		
	Originalmente emitido	Ajustes do CPC 33 (R1)	Reapresentado
<u>1. RECEITAS</u>	15.274.531	-	15.274.531
Receita bruta de venda de energia e serviços	14.359.111	-	14.359.111
Receita relativa à construção de ativos próprios	831.115	-	831.115
Outras receitas operacionais	123.468	-	123.468
(Provisão) Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(39.163)	-	(39.163)
<u>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</u>	(9.109.364)	-	(9.109.364)
Materiais	(64.046)	-	(64.046)
Outros custos operacionais	(230.273)	-	(230.273)
Custo da energia comprada e transmissão	(7.472.097)	-	(7.472.097)
Serviços de terceiros	(511.833)	-	(511.833)
Construção de ativos próprios	(831.115)	-	(831.115)
<u>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</u>	6.165.167	-	6.165.167
<u>4. RETENÇÕES</u>	(450.918)	-	(450.918)
Depreciação e amortização	(450.918)	-	(450.918)
<u>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</u>	5.714.249	-	5.714.249
<u>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</u>	238.706	-	238.706
Receitas financeiras	238.706	-	238.706
<u>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</u>	5.952.955	-	5.952.955
<u>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</u>	5.952.955	-	5.952.955
<u>Empregados (Colaboradores)</u>	615.893	80.200	696.093
Salários e encargos	333.380	-	333.380
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	71.671	-	71.671
Benefícios	166.223	80.200	246.423
FGTS	44.619	-	44.619
<u>Tributos (Governo)</u>	4.916.937	(27.268)	4.889.669
<u>Federais</u>	2.101.941	(27.268)	2.074.673
<u>Estaduais</u>	2.787.268	-	2.787.268
<u>Municipais</u>	27.728	-	27.728
<u>Remuneração do capital de terceiros</u>	312.179	-	312.179
Juros	290.317	-	290.317
Aluguéis	21.862	-	21.862
<u>Destinação de resultados</u>	107.946	(52.932)	55.014
Dividendos e juros sobre capital próprio	54.856	-	54.856
Lucros retidos	53.090	(52.932)	158

3.12 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

3.13 Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado como não circulante.

3.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

Notas Explicativas

As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas base de elaboração das demonstrações contábeis da Companhia não havia ajustes significativos decorrentes de ajustes a valor presente de ativos ou passivos.

3.15 Distribuição de dividendos

Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação reconhecida em exercícios anteriores, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra no passivo circulante o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido.

A administração da Companhia, suportada por pareceres legais externos, entende que não há obrigatoriedade da tributação de eventual excesso do lucro líquido ajustado, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em relação aos resultados fiscais (Medida Provisória 627/2013). Desta forma, o pagamento de dividendos está baseado nas regras contábeis e societárias vigentes, não havendo tributação quando da sua distribuição.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de “lucros (prejuízos) acumulados” para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

3.16 Pagamento baseado em ações

Notas Explicativas

A The AES Corporation mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições preestabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela The AES Corporation são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.

De acordo com o CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações, o custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridas pelos funcionários da Companhia. Ainda de acordo com o CPC 10 (R1), a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da The AES Corporation.

3.17 Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada à medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal aplicado, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(c) Contratos de construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS11) Contratos de Construção. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente

Notas Explicativas

mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando o modelo regulatório vigente, o qual não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada a construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

3.18 Contratos de arrendamento

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado, de forma linear, ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Notas Explicativas

3.19 Encargos setoriais

(a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, promovendo a universalização do serviço de energia elétrica. O valor anual homologado pela ANEEL não está concatenado ao reajuste da distribuidora e é pago pela distribuidora em duodécimos.

(b) P&D (Pesquisa e Desenvolvimento) e Eficiência Energética

De acordo com a Lei nº 9.991/2000 e posteriores atualizações, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição, transmissão ou geração de energia elétrica devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo sobre a sua receita operacional líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

As concessionárias de distribuição de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 0,5% da ROL em projetos de pesquisa e desenvolvimento e 0,5% em programas de eficiência energética voltados ao setor elétrico.

(c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

O encargo TFSEE é um valor anual estabelecido pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita destinada à cobertura do custeio de suas atividades. Equivale a 0,5% do benefício econômico anual auferido pela concessionária, calculado e homologado pela ANEEL, concatenado ao reajuste da distribuidora e recolhido em duodécimos.

(d) Encargo do Serviço do Sistema (ESS)

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

(e) Encargo de Energia de Reserva (EER)

Encargo específico destinado a cobrir os custos decorrentes da contratação de energia de reserva, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, a ser rateado entre os Usuários de Energia de Reserva, ou seja, agentes de distribuição, consumidores livres, consumidores especiais, autoprodutores na parcela da energia adquirida, agentes de geração com perfil de consumo ou agentes de exportação que seja agente da CCEE. O valor é apurado mensalmente pela CCEE e é recolhido pela distribuidora e outros agentes.

Notas Explicativas

(f) Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

Encargo criado com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica (energia eólica, biomassa e pequena central hidrelétrica). O custeio do PROINFA é estabelecido em conformidade com o Plano Anual do PROINFA – PAP, elaborado pela Eletrobrás, sendo suas quotas determinadas em função do mercado relativo aos consumidores cativos, livres e autoprodutores (caso o consumo seja maior que a geração própria) de cada distribuidora. O valor anual atribuído à concessionária é recolhido em duodécimos.

(g) Operador Nacional do Sistema (ONS)

Encargo recolhido pelas distribuidoras mensalmente, relativo ao custeio das atividades de coordenação e controle da operação dos sistemas elétricos interligados, da administração e coordenação da prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica por parte das transmissoras aos usuários que tem acesso a rede básica, dentre outras atividades.

3.20 Ativos e passivos regulatórios

A partir da adoção do IFRS, as variações entre os valores recebidos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pela Companhia (denominados ativos e passivos regulatórios) deixaram de ser diferidos, gerando assim volatilidade nos resultados da Companhia.

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis denominados de “Parcela A”.

Não há previsão de reconhecimento de ativos e/ou passivos regulatórios no IFRS, tendo em vista que os mesmos não atendem ao conceito de ativo do Framework.

3.21 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento CPC 41 (IAS 33) Resultado por ação.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade total de ações em circulação.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

Notas Explicativas

3.22 Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

3.23 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa a determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros a medida que novas informações estejam disponíveis. Um evento que requeira modificação em uma estimativa é tratado prospectivamente.

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

(a) Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

O plano de contribuição definida não gera para a Companhia obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar os benefícios. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando incorridas.

Em relação ao plano de benefício definido, a Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria através de avaliação atuarial realizada em bases anuais e quando necessário, em períodos intermediários, com a ajuda de consultores especializados em serviços atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas,

Notas Explicativas

aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

Taxa de desconto

De acordo com o pronunciamento CPC 33(R1) – Benefícios a Empregados, a taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado para títulos ou obrigações corporativas de alta qualidade. Se não houver mercado ativo desses títulos, devem ser usados os rendimentos de mercado relativos aos títulos do Tesouro Nacional.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido. Conforme descrito na nota explicativa nº 18, a Companhia utilizou a taxa real de 6,40% a.a para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Taxa de mortalidade

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A Fundação CESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

Taxa esperada de retorno de ativos

De acordo com o pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, a taxa esperada de retorno de ativos do plano será a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

(b) Amortização do ativo intangível da concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois o menor.

Notas Explicativas

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia utilizou as vidas úteis regulatórias definidas na Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

(c) Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.4, os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor entre a sua vida útil econômica estimada ou o prazo contratual do arrendamento mercantil.

(d) Provisão para processos judiciais e outros

De acordo com a nota explicativa nº 3.6, a Companhia constitui provisão para processos judiciais e outros com base na avaliação da probabilidade de perda.

As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para processos judiciais e outros da Companhia são revisadas, no mínimo, trimestralmente.

(e) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo, em bases anuais a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração (vide nota explicativa nº 3.5). O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC regulatório. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2013, a Administração estima que os valores contábeis serão recuperados através de suas operações futuras.

(f) Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das

Notas Explicativas

respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

(g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente à análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está descrito na nota explicativa nº 3.1 (c).

(h) Ativo financeiro da concessão

Conforme descrito na nota explicativa nº 3.3, o ativo financeiro representa a parcela estimada dos investimentos realizados que não serão amortizados até o final da concessão, ou seja, não serão recuperados via tarifa durante o período da concessão. Sobre esse ativo a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. É importante ressaltar que este não é um ativo financeiro como os demais ativos comparáveis e disponíveis no mercado, mas um ativo que é derivado e intrinsecamente vinculado à infraestrutura existente da Companhia, suscetível a variações decorrentes de mudanças no ambiente regulatório e no preço das *commodities* relacionadas à infraestrutura.

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do VNR depreciado. Dessa forma nos períodos entre as datas de Revisão Tarifária, a Administração atualiza o ativo financeiro, utilizando o critério determinado pela ANEEL para atualização da Base de Remuneração entre os períodos de revisão, ou seja, aplica o IGP-M como fator de atualização do valor justo da Base de Remuneração. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, ou seja, atribui valor ao ativo imobilizado, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela desse ativo imobilizado que não deve estar depreciado/amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL tempestivamente.

(i) Valor justo de instrumentos financeiros

Notas Explicativas

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota explicativa nº 34.

Notas Explicativas

(j) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações, requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

3.24 Demonstração do resultado

A demonstração do resultado está apresentada pela natureza das despesas e receitas operacionais.

3.25 Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis:

- Alteração do IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Compensação de ativos e passivos financeiros.
- Alteração ao IFRS 10 - Entidades para Investimentos — Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 – Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas: Entidades de Investimentos.
- IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - Divulgação dos valores recuperáveis para ativos não financeiros.

Os possíveis impactos decorrentes dessa adoção serão avaliados quando da emissão dos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Notas Explicativas**4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo**

<u>Caixa e equivalentes de caixa:</u>	2013	2012
Numerário disponível	7.132	80.587
Numerário em trânsito	55.897	33.555
Operação compromissada (i)	91.181	-
Subtotal	154.210	114.142

<u>Investimentos de curto prazo:</u>	2013	2012
CDB-DI (i)	84.422	83.509
Operação compromissada (i)	695.979	593.438
Títulos públicos (ii)	39.360	22.931
Fundo de investimento (i)	190	21
Subtotal	819.951	699.899
Total	974.161	814.041

(i) Certificados de depósitos bancários, fundo de investimentos e operações compromissadas ^(*) foram remunerados em média, a 101,64% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (102,41% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

(ii) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC.

^(*) Operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

Notas Explicativas

5. Consumidores, concessionárias e permissionárias

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

2013						
Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido	
	até 90 dias	mais de 90 dias				
CIRCULANTE						
Consumidores - fornecimento:						
Residencial	228.394	189.188	24.684	442.266	(34.380)	407.886
Industrial	72.816	19.421	11.387	103.624	(9.317)	94.307
Comercial	197.311	27.308	14.393	239.012	(16.168)	222.844
Rural	125	35	8	168	-	168
Poder público:						
Federal	3.423	786	122	4.331	(284)	4.047
Estadual	10.422	170	113	10.705	(17)	10.688
Municipal	11.519	2.387	1.368	15.274	(283)	14.991
Iluminação pública	12.816	1.774	289	14.879	(62)	14.817
Serviço público	16.946	81	9.487	26.514	(940)	25.574
Total - Faturado	553.772	241.150	61.851	856.773	(61.451)	795.322
Não faturado	408.930	-	-	408.930	-	408.930
Total	962.702	241.150	61.851	1.265.703	(61.451)	1.204.252
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	3.272	-	-	3.272	-	3.272
Encargos de uso da rede	61	-	-	61	-	61
Ressarcimento - leilões de energia	4.427	-	-	4.427	-	4.427
Total	7.760	-	-	7.760	-	7.760
Total - CIRCULANTE	970.462	241.150	61.851	1.273.463	(61.451)	1.212.012

2012						
Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	Saldo líquido	
	até 90 dias	mais de 90 dias				
CIRCULANTE						
Consumidores - fornecimento:						
Residencial	278.769	245.420	34.977	559.166	(47.661)	511.505
Industrial	65.818	34.066	24.980	124.864	(21.941)	102.923
Comercial	188.218	66.099	21.142	275.459	(12.348)	263.111
Rural	140	76	7	223	(1)	222
Poder público:						
Federal	3.086	867	243	4.196	(352)	3.844
Estadual	11.508	3.208	2.395	17.111	(2.132)	14.979
Municipal	13.695	4.015	6.198	23.908	(4.639)	19.269
Iluminação pública	15.040	3.463	1.276	19.779	(446)	19.333
Serviço público	11.032	12.272	2.373	25.677	(2.253)	23.424
Total - Faturado	587.306	369.486	93.591	1.050.383	(91.773)	958.610
Não faturado	528.631	-	-	528.631	-	528.631
Total	1.115.937	369.486	93.591	1.579.014	(91.773)	1.487.241
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	12.064	-	-	12.064	-	12.064
Encargos de uso da rede	140	-	-	140	-	140
Ressarcimento - leilões de energia	2.798	-	-	2.798	-	2.798
Total	15.002	-	-	15.002	-	15.002
Total - CIRCULANTE	1.130.939	369.486	93.591	1.594.016	(91.773)	1.502.243

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – vide nota explicativa nº 10.

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Notas Explicativas

Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infraestrutura da concessão.

6. Tributos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição social	6.048	63.584
Imposto de renda	17.939	159.204
Imposto de renda retido na fonte	9.978	9.880
Total	33.965	232.668
Outros tributos compensáveis	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	1.509	2.081
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	64.392	68.166
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS - Diferença alíquota - Condomínios - nota explicativa nº 23	44.634	-
ICMS - transferência de créditos (*)	11.400	2.403
Cofins	13.054	19.464
Pis	2.830	5.432
Pis - crédito tributário (**)	-	84.782
Outros	164	164
Subtotal	137.983	182.492
INSS - auxílio doença - nota explicativa nº 10	(1.429)	(1.963)
Saldo líquido de PCLD	136.554	180.529
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	49.500	52.303
Subtotal	49.500	52.303
Total	187.483	234.795

(*) Transferência de créditos acumulados de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, em favor da Companhia, em consonância com o Artigo 84 do Decreto nº 45.490/2000 e autorização concedida pela Secretaria Estadual da Fazenda – SEFAZ, para compensação de ICMS que a Companhia recolherá para a SEFAZ-SP.

(**) PIS Compensação: ação judicial que busca o reconhecimento dos créditos de PIS originados pelas alterações contidas nos Decretos nºs 2.445 e 2.449 de 1988, na medida em que a cobrança de tais quantias foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Houve decisão favorável definitiva em maio de 2012. O crédito de PIS foi totalmente compensado com saldos de tributos federais a pagar durante o ano de 2013.

Notas Explicativas

7. Tributos e contribuições sociais diferidos

	Balanco Patrimonial		Resultado	
	2013	2012	2013	2012
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se				
Provisão de benefício a empregados	282.205	255.444	26.761	(8.328)
Provisão para processos judiciais e outros	165.080	155.178	9.902	397
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	78.842	119.535	(40.693)	(18.525)
Reversão dos ativos e passivos regulatórios para fins de CPC	(219.439)	(245.073)	25.634	(199.306)
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(665.775)	(709.520)	43.745	46.307
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)	455.687	962.244	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	126.939	167.541	(40.602)	167.541
Atualização do ativo financeiro da concessão	(34.381)	5.140	(39.521)	5.140
Diferença na taxa de depreciação/amortização	113.249	102.313	10.936	13.390
Outros	(23.529)	(8.642)	(14.887)	(23.809)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos			(18.725)	(17.193)
Ativo fiscal diferido, líquido	278.878	804.160		
	2013	2012		
Tributos diferidos ativos	1.250.051	1.875.645		
Tributos diferidos passivos	(971.173)	(1.071.485)		
	278.878	804.160		

Movimentação dos tributos diferidos

Saldo em 1º de janeiro de 2012 (Reapresentado)	258.829
Impacto no resultado	(17.193)
Impacto no patrimônio líquido	562.525
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	804.160
Impacto no resultado	(18.725)
Impacto no patrimônio líquido	(506.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	278.878

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo de 31 de dezembro de 2013, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2013		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos:			
2014	198.238	71.366	269.604
2015	105.769	38.077	143.846
2016	113.231	40.763	153.994
2017	98.165	35.339	133.504
2018	106.219	38.239	144.458
2019 - 2021	257.383	92.659	350.042
2022 - 2024	17.943	6.460	24.403
2025 - 2027	16.654	5.996	22.650
2028	5.551	1.999	7.550
	919.153	330.898	1.250.051

Notas Explicativas

A Companhia submeteu para aprovação do Conselho de Administração e exame do Conselho fiscal, o estudo técnico de viabilidade de realização dos créditos tributários em 22 de janeiro de 2014.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos, e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação aos exercícios anteriores.

Notas Explicativas

8. Contas a receber – acordos e outras contas a receber

A composição do saldo do contas a receber - acordos é como segue:

	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	23.112	24.115
Consumidores	192.675	209.449
Outros	751	751
Subtotal	216.538	234.315
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - consumidores - nota explicativa nº 10	(143.701)	(175.258)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 10	-	(19.143)
Saldo Líquido de PCLD	72.837	39.914
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeituras municipais diversas	30.844	50.314
Consumidores	35.396	29.426
Subtotal	66.240	79.740
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - consumidores - nota explicativa nº 10	(23.679)	(27.527)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 10	-	(37.050)
Saldo Líquido de PCLD	42.561	15.163

9. Outros créditos

	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	47.111	35.777
Financiamento à Cesp	127	222
Cauções e depósitos vinculados (*)	21.633	67.531
Alienação de bens e direitos	11.175	1.096
Serviços prestados	2.536	2.367
Repasse CDE - Descontos na tarifa - nota explicativa nº 27	13.142	-
Repasse CDE - Custos energia - nota explicativa nº 28	53.557	-
Outros	14.919	23.823
Subtotal	164.200	130.816
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Serviços prestados - nota explicativa nº 10	(1.628)	(1.554)
Total	162.572	129.262
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda. - nota explicativa nº 32	193	15.112
Programa Reluz - PMSBC	3.728	3.728
Bens e direitos destinados a alienação	26.795	26.795
Financiamento à Cesp	5.072	4.536
Outros	2.369	28
Total	38.157	50.199

(*) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia ofereceu como garantia para Leilões de Energia parte de seus investimentos no montante de R\$ 17.396, para cumprir exigências de compra de energia elétrica. Não há saldos de aportes para Câmara de Comercialização de Energia – CCEE em 31 de dezembro de 2013, visto que o valor aportado e a liquidação financeira ocorreram dentro do referido mês.

Notas Explicativas

10. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Rubricas de origem	Saldo inicial 31.12.2012	Provisões	Reversões	Transferências	Baixa para perdas	Saldo final 31.12.2013
<u>CIRCULANTE</u>						
Consumidores - nota explicativa nº 5	91.773	102.690	(22.778)	-	(110.234)	61.451
Outros créditos - Serviços prestados - nota explicativa nº 9	1.554	4.593	-	-	(4.519)	1.628
Contas a receber - acordos - consumidores - nota explicativa nº 8	175.258	115.468	(102.763)	-	(44.262)	143.701
Contas a receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	19.143	3.112	(27.771)	5.516	-	-
INSS - auxílio doença - nota explicativa nº 6	1.963	-	(534)	-	-	1.429
Total	289.691	225.863	(153.846)	5.516	(159.015)	208.209
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
Contas a receber - acordos - consumidores - nota explicativa nº 8	27.527	4.251	(8.099)	-	-	23.679
Contas a receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	37.050	1.762	(33.296)	(5.516)	-	-
Total	64.577	6.013	(41.395)	(5.516)	-	23.679
Total Geral	354.268	231.876	(195.241)	-	(159.015)	231.888

Rubricas de origem	Saldo inicial 31.12.2011	Provisões	Reversões	Transferências	Baixa para perdas	Saldo final 31.12.2012
<u>CIRCULANTE</u>						
Consumidores - nota explicativa nº 5	104.921	104.805	(3.720)	-	(114.233)	91.773
Outros créditos - Serviços prestados - nota explicativa nº 9	3.505	-	(632)	-	(1.319)	1.554
Contas a receber - acordos - consumidores - nota explicativa nº 8	148.454	132.065	(77.208)	(27.522)	(531)	175.258
Contas a receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	20.414	758	(20.162)	18.133	-	19.143
Contas a receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota explicativa nº 8	75.453	-	(75.453)	-	-	-
INSS - auxílio doença - nota explicativa nº 6	1.963	-	-	-	-	1.963
Outros créditos - nota explicativa nº 9	74	-	(74)	-	-	-
Total	354.784	237.628	(177.249)	(9.389)	(116.083)	289.691
<u>NÃO CIRCULANTE</u>						
Contas a receber - acordos - consumidores - nota explicativa nº 8	5	-	-	27.522	-	27.527
Contas a receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota explicativa nº 8	53.948	1.235	-	(18.133)	-	37.050
Contas a receber - acordos - outros - nota explicativa nº 8	16	-	(16)	-	-	-
Total	53.969	1.235	(16)	9.389	-	64.577
Total Geral	408.753	238.863	(177.265)	-	(116.083)	354.268

A fim de promover uma melhoria nos critérios adotados para reconhecimento da PCLD, a Companhia efetuou uma análise do histórico do comportamento dos TCDs -Termos de Confissão de Dívida, firmados com seus clientes. A finalidade dessa análise foi assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da PCLD sobre as contas a receber da Companhia, levando em consideração, entre outros, o histórico de recebimento, atual situação financeira e garantias prestadas pelos clientes. Desta forma, a Companhia, além de reverter a PCLD sobre valores renegociados proporcionalmente ao valor recebido de cada parcela negociada, passou a reverter o total provisionado quando o montante amortizado do TCD for superior a 30% do total da dívida negociada e estiver adimplente, inclusive com os demais débitos. Com a adoção de tal política, o resultado do exercício de 2013 foi impactado por reversões no montante de R\$ 70.605.

Notas Explicativas

A Companhia apresenta a seguir a movimentação e o efeito no resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	2013	2012
Provisão	(231.876)	(238.863)
Reversão	195.241	177.265
Receita com recuperação de perdas (*)	19.710	22.135
Outras	-	300
Resultado com PCLD no exercício	(16.925)	(39.163)

(*) Referem-se a recebimentos de valores de contas a receber já baixados como perda.

11. Contratos de concessão público - privado

	2013	2012
<u>Ativo financeiro</u>		
Ativo financeiro da concessão	1.386.931	1.181.937
<u>Intangível</u>		
Ativo intangível da concessão - nota explicativa nº 13	5.722.928	5.757.202
Total contratos de concessão público - privado	7.109.859	6.939.139

	Ativo financeiro de concessão	Atualização do ativo financeiro de concessão	Total do ativo financeiro de concessão
Saldo em 31 de dezembro de 2011	931.359	110.454	1.041.813
Adições provenientes do ativo intangível em curso	140.016	-	140.016
Baixas	(8.326)	-	(8.326)
Atualização monetária - nota explicativa nº 30 (*)	-	(125.573)	(125.573)
Transferência proveniente do intangível da concessão - nota explicativa nº13	134.007	-	134.007
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.197.056	(15.119)	1.181.937
Adições provenientes do ativo intangível em curso	97.287	-	97.287
Baixas	(8.533)	-	(8.533)
Atualização monetária - nota explicativa nº 30 (*)	-	116.240	116.240
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.285.810	101.121	1.386.931

(*) A Companhia com base no laudo de avaliação referente ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária, registrou em 2012 redução do ativo financeiro da concessão, o qual foi parcialmente compensado pelo registro da variação do IGP-M para os meses posteriores à revisão tarifária. Em 2013, a Companhia registrou além da atualização monetária do ativo financeiro da concessão, complemento positivo do valor referente ao 3º Ciclo de Revisão Tarifária. O efeito dos ajustes está demonstrado na nota explicativa nº 30.

Notas Explicativas

Características do contrato de concessão da Companhia

Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre a cada 4 anos.

Bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

Notas Explicativas**12. Imobilizado – arrendamento mercantil financeiro**

No grupo do ativo imobilizado são apresentados os bens que não estão no escopo do ICPC 01, sendo eles:

	Taxa média anual de depreciação	2013	2012
<u>Em Serviço</u>			
<u>Custo histórico</u>			
Arrendamento financeiro		33.342	21.149
<u>Depreciação e amortização</u>			
Arrendamento financeiro	25%	(18.762)	(15.040)
Total do imobilizado		14.580	6.109

Os bens do ativo imobilizado classificados como arrendamento mercantil financeiro referem-se basicamente a veículos e equipamentos de informática.

13. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	2013	2012
<u>Ativo intangível da concessão</u>		
Ativo intangível - custo	7.262.325	6.995.342
Amortização acumulada	(1.539.397)	(1.238.140)
Total do ativo intangível de concessão	5.722.928	5.757.202

O saldo do intangível refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos.

Notas Explicativas

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Em curso		Em serviço		Ativo intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	647.963	(68.142)	7.017.259	(643.841)	6.953.239	(1.079.925)	5.873.314
Adições	863.488	(184.333)	8.379	-	687.534	(480.945)	206.589
Baixas	-	-	(307.602)	4.463	(303.139)	219.964	(83.175)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	34.497	34.497
Transferência	(589.556)	62.989	425.311	(38.760)	(140.016)	-	(140.016)
Transferência para ativo financeiro da concessão	-	-	(202.276)	-	(202.276)	68.269	(134.007)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	921.895	(189.486)	6.941.071	(678.138)	6.995.342	(1.238.140)	5.757.202
Adições	808.190	(240.927)	6.418	-	573.681	(469.761)	103.920
Baixas	-	-	(209.591)	180	(209.411)	130.652	(78.759)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	37.852	37.852
Transferência	(501.955)	141.057	343.601	(79.990)	(97.287)	-	(97.287)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.228.130	(289.356)	7.081.499	(757.948)	7.262.325	(1.539.397)	5.722.928

14. Fornecedores

	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Itaipu	212.179	179.280
Contratos bilaterais - AES Tietê - nota explicativa nº 31	228.354	204.847
Contratos bilaterais - outros	146	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (*)	107.885	19.445
Energia livre - outros	67.297	62.265
Uso de rede básica	50.048	116.896
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER (*)	42.985	143.657
Conexão à rede básica	3.333	9.856
Transmissão	3.532	10.164
Uso do sistema de distribuição	1.337	1.394
Operador Nacional do Sistema - ONS	2.854	4.011
Leilão - CCEAR	254.188	394.725
Subtotal	974.138	1.146.540
Materiais e serviços	180.855	235.829
Total	1.154.993	1.382.369

(*) Do total a pagar em 31 de dezembro de 2013 referente às contabilizações operadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a Companhia estima que aproximadamente R\$ 53.557 serão repassados diretamente pela Eletrobrás com recursos da CDE, sendo que R\$ 32.466 já foram homologados pela ANEEL e foram compensados na liquidação financeira referente a competência novembro de 2013, que ocorreu em 7 de janeiro de 2014.

Notas Explicativas**15. Tributos a pagar**

Imposto de renda e contribuição social a pagar	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Imposto de renda	18.698	1.701
Contribuição social	7.717	612
Total	26.415	2.313
Outros tributos a pagar	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Tributos Federais		
PIS	7.064	10.714
Cofins	32.536	49.349
INSS	11.182	7.735
IRRF	635	7.377
Outros	1.244	2.792
Subtotal - Federais	52.661	77.967
Tributos Estaduais		
ICMS	197.544	252.065
ICMS - perdas comerciais	6.166	3.631
Subtotal - Estaduais	203.710	255.696
Tributos Municipais		
ISS	934	1.366
Subtotal - Municipais	934	1.366
Total - Outros tributos a pagar	257.305	335.029

Notas Explicativas

16. Empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro

16.1 Os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures não conversíveis e arrendamento financeiro são compostos da seguinte forma:

		2013						
		Circulante				Não Circulante		
Vencimento	Taxa efetiva (**)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Empréstimos e financiamentos								
Moeda nacional:								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.6	2015	5,00	-	881	881	440	-	440
BNDES Finaim - a.7	2016	8,70	13	1.528	1.541	2.164	-	2.164
FINEP (*) - a.8	2020	4,00	65	4.182	4.247	27.838	-	27.838
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.9	2019	CDI+2,41	5.562	60.000	(3.766)	480.000	(11.036)	468.964
Outros			275	-	275	-	-	-
Total			5.915	66.591	(3.766)	510.442	(11.036)	499.406
Debêntures								
Debêntures - 9ª Emissão - a.1	2018	CDI+2,98	9.166	-	(3.706)	250.000	(8.482)	241.518
Debêntures - 11ª Emissão - a.2	2018	CDI+2,24	3.388	-	(739)	200.000	(2.504)	197.496
Debêntures - 13ª Emissão - a.3	2020	CDI+2,28	4.863	20.000	(2.163)	360.000	(7.417)	352.583
Debêntures - 14ª Emissão - a.4	2021	CDI+1,90	5.433	-	(1.431)	600.000	(10.885)	589.115
Debêntures - 15ª Emissão - a.5	2018	CDI+1,98	17.338	-	(4.240)	750.000	(14.259)	735.741
Total			40.188	20.000	(12.279)	2.160.000	(43.547)	2.116.453
Arrendamento financeiro								
Arrendamento financeiro - a.10	8,40 a 13,90	-	4.066	-	4.066	11.241	-	11.241
Total			-	4.066	-	11.241	-	11.241
Total da dívida			46.103	90.657	(16.045)	2.681.683	(54.583)	2.627.100

		2012						
		Circulante				Não Circulante		
Vencimento	Taxa efetiva (**)	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total
Empréstimos e financiamentos								
Moeda estrangeira:								
STN - Resolução nº 96/1993	2013	6,00	1	30	-	31	-	-
Moeda nacional:								
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.6	2015	5,00	-	881	881	1.321	-	1.321
BNDES - Finaim - a.7	2016	8,70	48	891	939	3.692	-	3.692
FINEP (*) - a.8	2020	4,00	35	(760)	(725)	17.344	-	17.344
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.9	2019	CDI+2,00	4.301	30.000	(1.843)	540.000	(7.679)	532.321
Outros			275	-	275	-	-	-
Total			4.660	31.042	(1.843)	562.357	(7.679)	554.678
Debêntures								
Debêntures - 9ª Emissão - a.1	2018	CDI+2,33	7.387	-	(2.053)	250.000	(7.441)	242.559
Debêntures - 11ª Emissão - a.2	2018	CDI+1,86	2.586	-	(126)	200.000	(660)	199.340
Debêntures - 13ª Emissão - a.3	2020	CDI+1,90	3.949	20.000	(949)	380.000	(4.468)	375.532
Debêntures - 14ª Emissão - a.4	2021	CDI+1,66	4.126	-	(374)	600.000	(4.027)	595.973
Debêntures - 15ª Emissão - a.5	2018	CDI+1,40	13.037	-	(775)	750.000	(3.620)	746.380
Total			31.085	20.000	(4.277)	2.180.000	(20.216)	2.159.784
Arrendamento financeiro								
Arrendamento financeiro - a.10	8,51 a 13,90	-	4.494	-	4.494	2.596	-	2.596
Total			-	4.494	-	2.596	-	2.596
Total da dívida			35.745	55.536	(6.120)	2.744.953	(27.895)	2.717.058

(*) O saldo de FINEP está apresentado líquido das Subvenções Governamentais.

(**) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos na emissão da dívida.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Não há valores pendentes de utilização advindos de financiamentos já contratados.

Notas Explicativas

Os empréstimos e financiamentos referente a RELUZ – Eletrobrás possuem como garantia a receita da Companhia, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores. FINAME e FINEP possuem como garantia cartas fiança contratadas pela Companhia, conforme detalhado abaixo:

	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
FINAME	1	4.584	1,10%
FINEP	4	38.657	1,00% a 1,50%

Os demais empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem garantia.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

16.2 As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro estão descritas a seguir:

- a.1) Debêntures – 9ª Emissão – R\$ 250.000 em debêntures, ocorrida em 20 de dezembro de 2005, no mercado local, com vencimento final em agosto de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros Semestrais	Amortização		Vencimento
			Anual		
9ª Emissão	CDI + 1,12%			R\$ 75.000	Agosto de 2015
				R\$ 75.000	Agosto de 2016
				R\$ 25.000	Agosto de 2017
				R\$ 75.000	Agosto de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos por meio da 9ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário Sindicalizada foram destinados integralmente ao pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a Companhia e bancos credores em 2004.

- a.2) Debêntures – 11ª Emissão – R\$ 200.000 em debêntures, ocorrida em 23 de outubro de 2007, com data de emissão em 1º de novembro de 2007, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2018.

	Taxa contratual	Pagamentos juros Semestrais	Amortização		Vencimento
			Anual		
11ª Emissão	CDI + 1,75%			R\$ 100.000	Novembro de 2016
				R\$ 100.000	Novembro de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Notas Explicativas

Os recursos obtidos com a 11ª Emissão de Debêntures foram utilizados na realização de investimentos no sistema de distribuição da Companhia, no curso regular de seus negócios.

- a.3) Debêntures – 13ª Emissão – R\$ 400.000 em debêntures, ocorrida em 14 de maio de 2010, no mercado local, com vencimento final em maio de 2020.

	Taxa contratual	Pagamentos juros Semestrais	Amortização		Vencimento
			Anual	R\$	
13ª Emissão	CDI + 1,50%			R\$ 20.000	Maio de 2013
				R\$ 20.000	Maio de 2014
				R\$ 40.000	Maio de 2015
				R\$ 40.000	Maio de 2016
				R\$ 80.000	Maio de 2017
				R\$ 80.000	Maio de 2018
				R\$ 80.000	Maio de 2019
				R\$ 40.000	Maio de 2020

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie subordinadas, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados com a 13ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos Bonds denominados em reais, emitidos pela Companhia em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010.

- a.4) Debêntures – 14ª Emissão – R\$ 600.000 em debêntures, ocorrida em 28 de novembro de 2011, no mercado local, com vencimento final em novembro de 2021.

	Taxa contratual	Pagamentos juros Semestrais	Amortização		Vencimento
			Anual	R\$	
14ª Emissão	CDI + 1,50%			R\$ 60.000	Novembro de 2018
				R\$ 180.000	Novembro de 2019
				R\$ 180.000	Novembro de 2020
				R\$ 180.000	Novembro de 2021

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos captados com a 14ª Emissão de Debêntures foram utilizados para recomposição do caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012.

- a.5) Debêntures – 15ª Emissão – R\$ 750.000 em debêntures, ocorrida em 9 de outubro de 2012, no mercado local, com vencimento em outubro de 2018.

Notas Explicativas

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
		Semestrais	Anual	
15ª Emissão	CDI + 1,24%		R\$ 250.000	Outubro de 2016
			R\$ 250.000	Outubro de 2017
			R\$ 250.000	Outubro de 2018

As emissões de debêntures não são conversíveis em ações, de espécie quirografária, não sendo cobertas por garantia obedecendo à legislação vigente. Estas debêntures não possuem cláusulas de repactuação.

Os recursos obtidos com a 15ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado da 10ª Emissão de Debêntures, 12ª Emissão de Debêntures e Cédulas de Crédito Bancário (CCB's), lideradas pelo Banco Citibank S.A.

- a.6) RELUZ – Eletrobrás – financiamento caracterizado pelo Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, instituído pelo Governo Federal e coordenado pelos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça, por intermédio da Eletrobrás. O RELUZ tem o objetivo de promover o desenvolvimento de sistemas eficientes de Iluminação Pública, bem como a valorização dos espaços públicos urbanos, melhorando a segurança da população.

O Programa é viabilizado através de contratos de financiamento firmados entre a Companhia e a Eletrobrás e entre a Companhia e os Municípios. A Eletrobrás financia a concessionária até o limite de 75% do valor do Projeto.

Em 11 de março de 2008, a Eletrobrás concedeu crédito à Companhia, para financiamento de projeto de melhoria do sistema de iluminação pública do Município de São Bernardo do Campo – SBC, no valor de R\$ 5.352.

	Taxa contratual	Pagamentos juros	Amortização	Vencimento
RELUZ - SBC	5%	Mensal	Mensal	Junho de 2015

A Eletrobrás, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, concedeu à Companhia, créditos nos valores e datas demonstrados na tabela abaixo:

Data	Contrato	Liberações
26/05/2009	CFC - 2666	535
01/06/2010	CFC - 2666	2.600
25/06/2010	CFC - 2666	594
15/12/2011	CFC - 2666	455
	Total	4.184

- a.7) BNDES – Finame – Banco Itaú – em maio de 2011, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú um financiamento no montante de R\$ 4.583 para a compra de medidores, com carência de 24 meses para pagamento de principal.

Notas Explicativas

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
FINAME	8,7%	Trimestral até maio de 2013. A partir desta data mensal	Mensal (a partir de junho de 2013)	Maio de 2016

- a.8) Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP – em 8 de fevereiro de 2012, a Companhia obteve junto a FINEP recursos no montante de R\$ 37.096 para o financiamento de projetos de inovação. O montante total aprovado é liberado de acordo com cronograma de realizações previsto em contrato. O total liberado até 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 37.096.

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
FINEP	4,0%	Mensal	Mensal (a partir de fevereiro de 2014	Fevereiro de 2020

Esse contrato de financiamento obtido junto à instituição FINEP possui como principal característica as taxas de juros contratuais inferiores com relação às taxas de mercado e está relacionado diretamente ao financiamento de projetos de inovação. Desse modo, o subsídio concedido nas taxas de juros desse financiamento é qualificado como uma subvenção governamental (vide nota explicativa nº 17).

- a.9) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) – empréstimo formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Bradesco S.A., ocorrido em 25 de novembro de 2009, no montante principal de R\$ 600.000

	<u>Taxa contratual</u>	<u>Pagamentos juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
		Semestrais	Anual	
			R\$ 30.000	Novembro de 2012
			R\$ 30.000	Novembro de 2013
			R\$ 60.000	Novembro de 2014
			R\$ 60.000	Novembro de 2015
			R\$ 120.000	Novembro de 2016
			R\$ 120.000	Novembro de 2017
			R\$ 120.000	Novembro de 2018
			R\$ 60.000	Novembro de 2019
Bradesco (CCB's)	CDI + 1,50%			

Com relação às Cédulas de Crédito Bancário emitidas pelo Banco Bradesco, os recursos foram utilizados pela Companhia para liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009.

- a.10) Arrendamento financeiro – Os contratos de arrendamentos financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática, veículos e aluguel de edificações e não contêm cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que imponham restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

Notas Explicativas

O saldo de arrendamento mercantil financeiro, em 31 de dezembro de 2013, registrado pela Companhia era de R\$ 15.307 (R\$ 7.090 em 31 de dezembro de 2012) no passivo, e R\$ 14.580 (R\$ 6.109 em 31 de dezembro de 2012) no ativo.

A garantia do arrendamento financeiro é o valor residual dos ativos, no montante de R\$ 14.580 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 6.109 em 31 de dezembro de 2012).

16.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

	2013			2012		
	US\$	R\$	%	US\$	R\$	%
Moeda estrangeira						
Taxa fixa	-	-	-	15	30	100,00
Total	-	-	-	15	30	100,00
Moeda nacional						
CDI	-	2.649.372	98,06	-	2.735.985	98,90
Taxa fixa	-	52.340	1,94	-	30.459	1,10
Total	-	2.701.712	100,00	-	2.766.444	100,00

Notas Explicativas

16.4 Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda nacional			
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Custos a amortizar
2015	66.854	115.000	2.774	(16.025)
2016	125.738	465.000	2.047	(15.065)
2017	125.342	355.000	1.415	(11.101)
2018	125.604	565.000	1.165	(7.383)
2019	65.892	260.000	1.001	(2.947)
2020	1.012	220.000	880	(1.422)
após 2020	-	180.000	1.959	(640)
	510.442	2.160.000	11.241	(54.583)

16.5 As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
	R\$	R\$	%	%
US\$ (Ptax)	2,3426	2,0435	14,64	8,94
CDI (*)	-	-	9,77	6,90

(*) Índice do último dia do exercício

16.6 A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é como segue:

Moeda nacional e estrangeira Instituições financeiras / credores	Saldo inicial 31.12.2012	Ingressos	Provisão	Pagamentos	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Subvenções governamentais (*)	Saldo final 31.12.2013
STN - Resolução nº 96/1993	31	-	1	(32)	-	-	-	-
BNDES - Fime	4.631	-	368	(1.294)	-	-	-	3.705
FINEP	16.619	17.020	1.129	(1.104)	-	-	(1.579)	32.085
RELUZ - Eletrobrás - SBC	2.202	-	118	(999)	-	-	-	1.321
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	564.779	-	53.484	(82.223)	(8.550)	3.270	-	530.760
Arrendamento financeiro	7.090	12.255	1.410	(5.448)	-	-	-	15.307
Outros	275	-	3.304	(3.304)	-	-	-	275
Total	595.627	29.275	59.814	(94.404)	(8.550)	3.270	(1.579)	583.453
Debêntures - 9ª	247.893	-	22.611	(20.832)	(5.750)	3.056	-	246.978
Debêntures - 11ª	201.800	-	19.388	(18.586)	(3.000)	543	-	200.145
Debêntures - 13ª	398.532	-	36.484	(55.570)	(6.000)	1.837	-	375.283
Debêntures - 14ª	599.725	-	56.639	(55.332)	(9.000)	1.085	-	593.117
Debêntures - 15ª	758.642	-	68.730	(64.429)	(17.250)	3.146	-	748.839
Total	2.206.592	-	203.852	(214.749)	(41.000)	9.667	-	2.164.362
Total Geral	2.802.219	29.275	263.666	(309.153)	(49.550)	12.937	(1.579)	2.747.815

Moeda nacional e estrangeira Instituições financeiras / credores	Saldo inicial 31.12.2011	Ingressos	Provisão	Pagamentos	Diferimento custos de transação	Amortização custos de transação	Subvenções governamentais (*)	Saldo final 31.12.2012
STN - Resolução nº 96/1993	57	-	6	(32)	-	-	-	31
BNDES - Fime	4.059	554	393	(375)	-	-	-	4.631
FINEP	-	20.082	343	(308)	-	-	(3.498)	16.619
RELUZ - Eletrobrás - SBC	2.639	455	175	(1.067)	-	-	-	2.202
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's)	200.786	-	14.593	(217.766)	-	2.387	-	-
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	596.068	-	58.166	(91.259)	-	1.804	-	564.779
Arrendamento financeiro	12.053	1402	1.073	(7.438)	-	-	-	7.090
Outros	275	-	3.304	(3.304)	-	-	-	275
Total	815.937	22.493	78.053	(321.549)	-	4.191	(3.498)	595.627
Debêntures - 9ª	256.040	-	24.563	(28.854)	(5.047)	1.191	-	247.893
Debêntures - 10ª	410.597	-	30.605	(443.513)	(1.009)	3.320	-	-
Debêntures - 11ª	203.233	-	19.989	(21.535)	-	113	-	201.800
Debêntures - 12ª	409.985	-	34.696	(445.217)	(1.407)	1.943	-	-
Debêntures - 13ª	400.193	-	38.945	(41.503)	-	897	-	398.532
Debêntures - 14ª	-	600.000	57.202	(53.075)	(4.728)	326	-	599.725
Debêntures - 15ª	-	750.000	10.615	2.421	(4.559)	165	-	758.642
Total	1.680.048	1.350.000	216.615	(1.031.276)	(16.750)	7.955	-	2.206.592
Total Geral	2.495.985	1.372.493	294.668	(1.352.825)	(16.750)	12.146	(3.498)	2.802.219

Notas Explicativas

(*) Movimentação conforme nota explicativa nº 17.

16.7 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizados *covenants* financeiros em alguns contratos de dívida.

Em 26 de março de 2013, a Companhia celebrou o aditamento de contratos de dívidas, para alteração dos limites dos índices financeiros que devem ser atingidos conforme descritos abaixo, e alteração das definições de dívidas e despesas financeiras excluindo do cálculo os empréstimos concedidos por entidades governamentais, com exclusivo objetivo de recompor o caixa da distribuidora já afetado pelas variações nos ativos e passivos regulatórios não reconhecidos na tarifa. A taxa de aditamento foi em média 1,8% sobre o principal das dívidas, e o pagamento aos debenturistas foi efetuado em abril de 2013. De acordo com o CPC 38 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, os custos para aditamento no montante de R\$ 49.550, dos referidos contratos, foram diferidos e estão sendo amortizados de acordo com o prazo de realização de suas respectivas dívidas.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- (i) Capacidade de endividamento: mede o nível de endividamento líquido em relação ao EBITDA ajustado^(*) dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice deve ser inferior a 3,5 vezes.:
- (ii) Capacidade de pagamento de juros: mede o EBITDA ajustado^(*) sobre despesa financeira dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice deve ser superior a 1,75 vezes.

Em 31 de dezembro de 2013, estes índices eram de:

- (i) Dívida líquida/EBITDA ajustado = 2,5 vezes
- (ii) EBITDA ajustado/despesa financeira = 4,8 vezes

Conforme descrito nos contratos de dívida, o não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Sendo assim, em 31 de dezembro de 2013, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants*.

A Companhia também acompanha outros *covenants* qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2013 foram atendidos.

(*) EBITDA ajustado – corresponde ao resultado do serviço da Companhia dos últimos doze meses, conforme demonstrativo de resultado, excluindo todos os

Notas Explicativas

montantes de depreciação e amortização e despesas com a Fundação CESP. Adicionalmente, é ajustado com o impacto dos ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), conforme as regras regulatórias determinadas pela ANEEL, desde que não tenham sido incluídos no resultado do serviço mencionado anteriormente.

17. Subvenções governamentais

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a Companhia possui atualmente uma linha de empréstimos e financiamentos caracterizados como subvenções governamentais, o FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. A realização dessa subvenção governamental ocorrerá no mesmo período da realização dos projetos e dos ativos adquiridos com estes recursos.

Essas subvenções governamentais foram recebidas para financiamento de projetos de inovação através do “FINEP”. Não existem condições ou contingências não cumpridas pela Companhia atreladas a essas subvenções.

A movimentação das subvenções governamentais no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é como segue:

	2013	2012
Saldo inicial	3.498	-
Recebidas	2.626	3.827
Baixas	(1.047)	(329)
Saldo final	5.077	3.498
Circulante	1.408	760
Não circulante	3.669	2.738
Total	5.077	3.498

Em 31 de dezembro de 2013, as parcelas relativas às subvenções governamentais, atualmente classificadas no passivo não circulante, terão os seguintes prazos de realização:

	Subvenção governamental
2015	1.212
2016	997
2017	756
2018	494
2019	206
2020	4
	3.669

Notas Explicativas

18. Obrigações com entidade de previdência privada

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano para as parcelas de benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados, sendo as taxas reavaliadas anualmente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (de 1% a 100% sobre 30% do salário real de contribuição), com contrapartida da Companhia até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração de contribuição.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits / (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012.

Conforme previsto no CPC 33 (R1) e IAS 19 (R), a avaliação atuarial é permitida em períodos intermediários, para refletir a ocorrência de mudanças significativas em condições de mercado, especificamente um aumento nas taxas de juros. Conforme julgamento da Administração, a Companhia procedeu a uma avaliação atuarial para a data base de 30 de junho de 2013.

Ao final do exercício de 2013 a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizado por atuários independentes, no qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

Ativos e Passivos atuariais:

Notas Explicativas

	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais	9.789.505	12.489.418
Valor justo dos ativos do plano	(7.236.335)	(8.525.610)
Total registrado	2.553.170	3.963.808

Notas Explicativas

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são demonstradas a seguir:

	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício	12.489.418	9.796.162
Custo dos serviços correntes	25.079	16.350
Custo dos juros	1.027.181	916.615
Benefícios pagos	(812.155)	(775.655)
Contribuições dos empregados	6.028	5.875
Perda (Ganho) atuarial	(2.946.046)	2.530.071
Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício	9.789.505	12.489.418

As movimentações do valor justo dos ativos do plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são demonstradas a seguir:

	2013	2012
Valor dos ativos do plano no início do exercício	8.525.610	7.355.487
Contribuição do empregador	255.173	260.811
Contribuições dos empregados	6.028	5.875
Ganhos/(Perdas) atuariais	(1.456.175)	986.041
Rendimento esperado dos ativos do plano	717.854	693.051
Benefícios pagos	(812.155)	(775.655)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	7.236.335	8.525.610

As despesas reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram as seguintes:

	2013	2012
Custo dos serviços correntes	25.079	16.350
Custo dos juros	1.027.181	916.615
Rendimento esperado dos ativos do plano	(717.854)	(693.051)
Total das despesas benefício definido	334.406	239.914
Outras contribuições	3.340	6.995
Total das despesas no exercício	337.746	246.909

A movimentação das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como seguem:

	2013	2012
Saldo no início do exercício (Reapresentado)	(2.830.128)	(1.205.899)
Ganho (Perda) gerado pela taxa de desconto	2.944.716	(2.087.166)
Ganho (Perda) atuarial gerado pela experiência demográfica	1.330	(442.904)
Ganho (Perda) atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano	(1.456.175)	986.041
Ajuste de reapresentação	-	(80.200)
Saldo no final do exercício	(1.340.257)	(2.830.128)

A composição dos investimentos do plano por segmento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

Notas Explicativas

	Distribuição dos investimentos		Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	2013	2012	
Renda fixa	76,56%	77,19%	até 100%
Renda variável	18,20%	18,53%	até 70%
Empréstimos a participantes	1,76%	1,49%	até 15%
Imóveis	3,48%	2,79%	até 8%
Total	100%	100%	

As premissas atuariais utilizadas pela Companhia são as seguintes:

	2014	2013	2012
<u>a1) Determinação do passivo atuarial:</u>			
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	N/A	11,19% a.a.	8,42% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	N/A	6,59% a.a.	6,59% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	N/A	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	N/A	4,50% a.a.	4,50% a.a.
<u>a2) Determinação da despesa atuarial:</u>			
Taxa de desconto nominal	11,19% a.a.	10,04% a.a.	9,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,59% a.a.	6,59% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,00% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,50% a.a.	4,50% a.a.	4,00% a.a.
<u>b) Premissas demográficas:</u>			
Tábua biométrica de mortalidade		AT-83	
Tábua biométrica de entrada em invalidez		Tábua Mercer	
Taxa de rotatividade esperada		0,30 / (tempo de serviço + 1)	
<u>c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos</u>	N/A	18,60	

A estimativa da despesa para o exercício de 2014 está demonstrada a seguir:

	2014
Custo dos serviços correntes	15.066
Custo dos juros	1.049.524
Rendimento esperado dos ativos do plano	(782.073)
Total da despesa projetada para o exercício	282.517

O valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2014 é de R\$ 320.150.

Notas Explicativas

Os pagamentos esperados do plano para exercícios futuros da obrigação de benefício definido são os seguintes:

1 ano	820.769
Entre 2 e 5 anos	3.576.652
Após 5 anos	5.164.578
Total de pagamentos esperados do plano	9.561.999

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ R\$9.789.505, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,25%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2013 está demonstrado abaixo.

Hipóteses	Índice estimado de aumento nominal dos salários	Taxa nominal de reajuste de benefícios	Tábua de mortalidade	Taxa estimada de inflação de longo prazo		Taxa de desconto	
Nível de sensibilidade	(+0,25%)	(+0,25%)	AT2000	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Impacto na obrigação de benefício definido	2.230	233.045	137.591	-	-	(214.366)	223.364
Total da obrigação de benefício definido	9.791.735	10.022.550	9.927.096	9.789.505	9.789.505	9.575.139	10.012.869

18.1 Contratos com a Fundação CESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação CESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos:

	2013	2012
		Reapresentado
Confissão de dívida IIa (i)	395.596	397.285
Confissão de dívida IIb (ii)	205.340	206.217
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)	1.839.250	1.801.840
Total do Contrato	2.440.186	2.405.342
Diferença entre premissas (*)	112.984	1.558.466
Total Registrado	2.553.170	3.963.808

(*) A parcela do contrato de ajuste de reserva no montante de R\$ 112.984 é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela Fundação CESP (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar. Por ter o referido contrato um montante variável e ser ajustado anualmente pelos

Notas Explicativas

efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação CESP, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.

- (i) Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 01 de janeiro de 2009. Esse contrato é corrigido, conforme definido cláusula contratual, pelo custo atuarial do plano, que na presente data, refere-se ao IGP-DI acrescido de 5,50% ao ano.
- (ii) (Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela Fundação CESP à Companhia, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 01 de janeiro de 2009. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou pelo custo atuarial do plano, que na presente data, refere-se ao IGP-DI acrescido de 5,50% ao ano, deles o que for maior.
- (iii) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BSPS, aditado pela segunda vez em 12 de agosto de 2008, para pagamento em 244 parcelas mensais, a partir de 1º de janeiro de 2008. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial do plano e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.

A movimentação contábil do passivo registrado (não circulante) é como segue:

	2013	2012
Saldo no início do exercício (Reapresentado)	3.963.808	2.436.445
Despesa do exercício conforme laudo atuarial	334.406	239.914
Pagamento de contribuições	(255.173)	(260.811)
Ajuste de avaliação atuarial	(1.489.871)	1.544.029
Outras despesas do exercício	-	4.231
Saldo no final do exercício	2.553.170	3.963.808

19. Obrigações estimadas

Notas Explicativas

	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Férias	33.778	31.055
Programa de incentivo a aposentadoria	3.090	11.679
Participação nos lucros e resultados	47.052	45.694
Encargos sociais sobre férias e gratificações	12.862	12.648
Bônus	3.161	2.716
Total	99.943	103.792
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Assistência saúde pós-emprego - Lei nº 9.656 (*)	-	19.364
Bônus	1.114	616
Total	1.114	19.980

(*) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reverteu o passivo atuarial referente a Lei nº 9.656/98, artigos 30 e 31 referente a assistência médica pós emprego, oferecida a colaboradores desligados/aposentados. A Companhia adotou um novo modelo de custeio de benefício de saúde, no qual as despesas assistenciais de aposentados, demitidos e seus beneficiários serão integralmente cobertas pelas suas contribuições, como previsto na lei e regulamentações da ANS, eliminando subsídio futuro por parte da Companhia. A reversão foi realizada com base em parecer atuarial, efetuado por atuários independentes.

20. Provisões para processos judiciais e outros

20.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros estão compostas da seguinte forma:

	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	2013	2012	2013	2012
Trabalhista (a)	270.865	280.693	232.964	213.503
Plano cruzado - reajuste de tarifa (b)	16.191	16.049	4.502	4.215
Processos cíveis (c)	55.749	40.487	23.465	2.582
Processos regulatórios (d)	54.294	68.935	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	472	725	-	-
Processos fiscais (f)	60.489	49.716	27.548	26.265
Meio ambiente (g)	25.024	5.477	-	-
Outros	23.796	23.085	-	-
Total geral	506.880	485.167	288.479	246.565
Circulante	191.472	170.019		
Não circulante	315.408	315.148		
Total geral	506.880	485.167		

O total de cauções e depósitos vinculados no montante de R\$ 475.337 (R\$461.485 em 31 de dezembro de 2012), de acordo com a classificação de probabilidade de perda do processo ao qual está vinculado, está demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Cauções e depósitos vinculados		
	2013	2012
Processos prováveis	288.479	246.565
Processos possíveis	74.411	70.120
Processos remotos	112.447	144.800
Total	475.337	461.485

A movimentação dos processos judiciais e outros é como segue:

	Passivo					
	Saldo inicial 31.12.2012	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2013
Trabalhista	280.693	91.057	11.180	(60.288)	(51.777)	270.865
Plano cruzado - reajuste de tarifa	16.049	343	1.876	(800)	(1.277)	16.191
Processos cíveis	40.487	30.525	6.820	(17.091)	(4.992)	55.749
Processos regulatórios	68.935	13.400	5.390	(28.146)	(5.285)	54.294
Processos administrativos - prefeituras	725	-	21	(260)	(14)	472
Processos fiscais	49.716	10.802	2.163	(202)	(1.990)	60.489
Meio ambiente	5.477	33.322	-	(13.775)	-	25.024
Outros	23.085	871	-	-	(160)	23.796
Total geral	485.167	180.320	27.450	(120.562)	(65.495)	506.880
Circulante	170.019					191.472
Não circulante	315.148					315.408
Total geral	485.167					506.880

	Passivo					Saldo final 31.12.2012
	Saldo inicial 31.12.2011	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	
Trabalhista	313.343	143.002	14.399	(91.853)	(98.198)	280.693
Plano cruzado - reajuste de tarifa	23.661	5.448	1.654	(10.297)	(4.417)	16.049
Processos cíveis	43.031	16.657	6.175	(20.322)	(5.054)	40.487
Processos regulatórios	26.916	38.783	4.724	(1.488)	-	68.935
Processos administrativos - prefeituras	725	-	-	-	-	725
Processos fiscais	49.427	181	2.937	(466)	(2.363)	49.716
Meio ambiente	11.577	7.788	-	(11.388)	(2.500)	5.477
Outros	22.134	978	-	-	(27)	23.085
Total geral	490.814	212.837	29.889	(135.814)	(112.559)	485.167
Circulante	168.704					170.019
Não circulante	322.110					315.148
Total geral	490.814					485.167

As provisões para processos judiciais e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é considerada como provável na opinião dos assessores legais e da Administração da Companhia. A Administração da Companhia está fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e entende não ser possível precisar a data de encerramento das discussões judiciais mencionadas abaixo.

- a) **Trabalhista:** A Companhia é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em cerca de 5.011 processos (5.048 processos em 31 de dezembro de 2012) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. Os valores dos depósitos recursais relativos às reclamações trabalhistas decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário montam em R\$ 29.390 (R\$ 24.126 em 31 de dezembro de 2012), e os depósitos judiciais

Notas Explicativas

consignados para garantia do pleito montam em R\$ 225.333 (R\$ 241.695 em 31 de dezembro de 2012).

- b) Plano cruzado – reajuste de tarifa: Refere-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Atualmente os processos dessa natureza sem trânsito em julgado prosseguem com relação à parcela controversa da matéria, resultante da diferença de cálculo apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$ 16.191 (R\$ 16.049 em 31 de dezembro de 2012).
- c) Processos cíveis: A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação e tem suas chances de perda classificadas como provável. Em 31 de dezembro de 2013 tais demandas respondem pela provisão de R\$ 55.749 (R\$ 40.487 em 31 de dezembro de 2012).

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a Companhia figura no polo passivo envolvem ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente tais demandas respondem pela provisão de R\$ 26.999 (R\$ 32.400 em 31 de dezembro de 2012).

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 28.750 (R\$ 8.087 em 31 de dezembro de 2012).

Dentre os casos que compõe os denominados cíveis de natureza especial, merecem destaque as demandas:

(c.1) Represa Guarapiranga

Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer, visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada.

A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012.

Notas Explicativas

(c.2) AIT Central

Em 2 de fevereiro de 2000, a AIT – Automação Industrial Informática e Telecomunicação Ltda. (“AIT”) ajuizou ação de rescisão contratual cumulada com pedido de indenização contra a Companhia, onde alega o descumprimento contratual por parte da mesma, que teria abandonado a relação contratual, pelo que requereu a rescisão do contrato, pagamento de multa, bem como o pagamento de indenização pelos danos sofridos (lucros cessantes e danos emergentes). Em 14 de agosto de 2000, foi proferida sentença em 1ª instância julgando a ação procedente. Em 26 de setembro de 2006, proferida decisão de 2ª instância, mantendo a condenação da Companhia no pagamento da multa contratual e danos emergentes, porém, excluindo os lucros cessantes. Em 2 de junho de 2011, o Superior Tribunal de Justiça, julgando recurso da Autora, proferiu decisão restabelecendo a condenação dos lucros cessantes. Em março de 2013, a AIT deu início a execução dos danos emergentes. Os valores da condenação relativos à multa contratual já foram pagos, permanecendo a discussão relativamente aos danos emergentes, em fase de execução, e dos lucros cessantes, em fase de liquidação para apuração do valor.

d) Processos regulatórios

- d.1) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0337/TN 2060/2010, em 14 de julho de 2011, da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 26.761 é decorrente de ação fiscalizadora que ocorreu no período de 21 de junho de 2010 a 2 de julho de 2010. Tratou-se de fiscalização técnica periódica realizada com o objetivo de verificar os processos de qualidade técnica no fornecimento de energia elétrica, do planejamento, da engenharia, operação e manutenção de redes, das linhas e subestações nos anos de 2008, 2009 e parte do ano de 2010. Em 7 de novembro de 2013, em juízo de reconsideração, a ARSESP decidiu reduzir parcialmente o montante da penalidade aplicada para R\$ 16.939. A Companhia aguarda decisão de recurso ainda pendente de julgamento na ANEEL. Baseada em análises dos assessores legais, a Companhia decidiu ajustar o montante provisionado para R\$ 16.939, que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 20.888 (R\$ 24.367 em 31 de dezembro de 2012).
- d.2) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0339/TN 2186/2011, em 26 de julho de 2011, da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, é de R\$ 4.842. A ação fiscalizadora teve como objetivo verificar os fatos ocorridos na área de concessão da Companhia no período de 7 a 9 de junho de 2011 que resultaram em interrupções no fornecimento de energia elétrica. A Administração da Companhia, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 5.944 (R\$ 5.493 em 31 de dezembro de 2012).
- d.3) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0373/TN 1899/2009, em 15 de fevereiro de 2012, da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia

Notas Explicativas

do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 2.612 é decorrente de fiscalização comercial. Após análise do recurso apresentado, a ARSESP decidiu reduzir a penalidade para R\$ 790. Com base nessa decisão, a Companhia decidiu reverter R\$ 1.821 da provisão anteriormente realizada. A Administração da Companhia, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em agosto de 2013, que montava R\$ 829 (R\$ 2.787 em 31 de dezembro de 2012).

- d.4) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 008/2012-SFF, em 2 de abril de 2012, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica no montante de R\$ 136.773. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora no Ativo Imobilizado, ocorrida no período de 7 de dezembro de 2010 a 4 de fevereiro de 2011, que impacta a Base de Remuneração Regulatória a qual é utilizada pela ANEEL para calcular a tarifa cobrada de clientes. A Administração da Companhia, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 16.463 (R\$ 15.214 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia em 18 de abril de 2012 apresentou recurso e aguarda o julgamento da ANEEL.
- d.5) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0389/TN 2240/2011, em 10 de julho de 2012, da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 1.378, posteriormente reduzida em decisão da ANEEL, de 25 de setembro de 2013, para R\$ 1.368, foi decorrente de fiscalização nas “Medições Amostras de Nível de Tensão”. A Administração da Companhia, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em outubro de 2013, que montava R\$ 1.500 (R\$ 1.418 em 31 de dezembro de 2012).
- d.6) A Companhia recebeu os Termos de Notificações 245, 246 e 247/2010, em 9 de abril de 2010, da CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. A penalidade aplicada é decorrente de fiscalização no sistema de medição para faturamento da ETT Ramon Reberte Filho. A Administração da Companhia, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 266 (R\$ 245 em 31 de dezembro de 2012).
- d.7) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 122/2012-SFF, em 19 de dezembro de 2012, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora na Base de Remuneração Regulatória – Ativo Imobilizado em Serviço, no montante de R\$ 126.379. A Administração da Companhia, baseada em análises preliminares, decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 9.394 (R\$ 8.681 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia em 2 de janeiro de 2013 apresentou recurso.
- d.8) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 402/2012-SFE, em 4 de janeiro de 2013, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora nos indicadores de continuidade

Notas Explicativas

(DEC e FEC) referente ao ano de 2009. A Administração da Companhia, optou pelo pagamento parcelado em 12 vezes deste débito, sendo que até 31 de dezembro de 2013 foram liquidadas as doze parcelas. Em 6 de dezembro de 2013 foi efetivado o pagamento da última parcela da multa no montante de R\$ 897.

- d.9) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0396/TN 2233/2011, em 9 de outubro de 2012, da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. As penalidades aplicadas são decorrentes de ação fiscalizadora nos procedimentos adotados pela Companhia em ocorrência prioritária no município de Diadema referente a fio partido energizado, desde a comunicação do rompimento até o momento do acidente fatal. A Administração da Companhia, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em maio de 2013, que montava R\$ 568 (R\$ 771 em 31 de dezembro de 2012).
- d.10) A Companhia recebeu Auto de Infração nº 0416/TN238/2012, em 9 de fevereiro de 2013, da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, referente a não conformidades referentes ao procedimento de coleta de dados, registro e apuração dos indicadores de continuidade individuais e coletivos, no montante de R\$ 14.423, sendo que após recurso administrativo o valor foi reduzido para R\$ 4.631. A Administração da Companhia, baseada em análises preliminares decidiu provisionar o montante que atualizado até 31 de dezembro de 2013 corresponde a R\$ 1.339.
- d.11) A Companhia recebeu Auto de Infração nº 136/2012-SFF, em 3 de janeiro de 2013, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, referente a contratação com partes relacionadas sem anuência prévia do regulador. A Administração da Companhia, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em abril de 2013, que montava R\$ 6.385.
- d.12) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0002/TN 0004/2012, em 8 de março de 2013, da ARSESP ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, corresponde ao montante de R\$ 873, e é decorrente de fiscalização nas “Medições Amostrais de Nível de Tensão do 2º a 4º Trimestre de 2011”. A Administração da Companhia, após análises dos assessores legais, decidiu pela quitação integral da referida infração em julho de 2013, que montava R\$ 898 (R\$ 2.787 em 31 de dezembro de 2012).
- d.13) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0421/2013-SFE, em 8 de março de 2013, da ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. As penalidades aplicadas no montante de R\$ 6.050, são decorrentes de ação fiscalizadora com foco no planejamento, operação e manutenção de linhas, redes e subestações. Após análise do recurso apresentado, a ARSESP decidiu manter a penalidade. Em 22 de outubro de 2013, em julgamento pela Diretoria da ANEEL do recurso apresentado pela Companhia a agência entendeu por não conhecer do mesmo, mantendo a penalidade na íntegra. Com base nessa decisão a Administração da Companhia decidiu pela quitação integral da referida infração em 7 de novembro de 2013, que montava R\$ 7.609.

Notas Explicativas

- e) Processos Administrativos – prefeituras: existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável. A Companhia mantém provisão de R\$ 472 (R\$ 725 em 31 de dezembro de 2012).
- f) Processos fiscais: existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável, os quais em 31 de dezembro de 2013 montam R\$ 60.489 (R\$ 49.716 em 31 de dezembro de 2012).
- g) Processos ambientais: Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Em 31 de dezembro de 2013, tais demandas respondem pela provisão R\$25.024 (R\$5.477 em 31 de dezembro de 2012). Dentre os casos provisionados, merecem destaque as demandas relacionadas à contaminação de solo e água subterrânea:
 - g.1) Complexo Cambuci: Estudos ambientais foram iniciados em 2005 para avaliação de qualidade do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos e às ações de remediação. Em 2012, o imóvel foi vendido, com o compromisso contratual de entrega da área remediada. Em 2013, foram elaborados novos estudos considerando o uso futuro da área, que apontaram as ações de intervenção necessárias para encerramento da remediação, que deverá ser concluída em 2016.
 - g.2) Depósito de Postes – Miguel Yunes: Estudos ambientais foram iniciados em 2009 para avaliação do solo e água subterrânea. Após confirmação da contaminação, foi dada continuidade aos estudos para identificação e foi constatada a presença de resíduos domésticos enterrados e entulho (dispostos clandestinamente em data anterior à concessão), exigindo o detalhamento dos estudos visando a quantificação, o qual foi realizado em dezembro de 2013 e confirmou a necessidade de remoção do lixo enterrado. A Companhia deverá remover e destinar adequadamente os resíduos depositados na área com previsão de término em 2014.
 - g.3) Estações Transformadoras de Distribuição - ETD's: A Companhia iniciou, em 2007, processos de regularização ambiental de obras para melhoria e ampliação de subestações. Estes processos exigem uma investigação ambiental das condições do solo e água subterrânea acompanhados pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SMA, conforme procedimentos estabelecidos pela CETESB. Durante as atividades de investigação, foram identificados, em parte dos imóveis, contaminantes no solo e água subterrânea, sendo necessária a adoção de ações de remediação ambiental. Em 2013 novos processos foram abertos devido a

Notas Explicativas

necessidade de ampliação das subestações, gerando a necessidade de remediação e/ou monitoramentos que deverão ter continuidade em 2014.

20.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia apresenta a seguir um resumo das principais contingências passivas cuja probabilidade de perda foi classificada como possível pela Administração. A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, os quais não foram divulgados em função de ter sido estabelecido o montante mínimo de R\$ 10.000 para fins de divulgação.

A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da Companhia.

Notas	Descrição das contingências	Valor estimado da contingência	
		2013	2012
(a)	Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.434.214	1.315.974
(b)	Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado	Não determinado
(c)	Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado	Não determinado
(d)	Revisão Tarifária - Inclusão Benefício Fiscal	Não determinado	Não determinado
(e)	Autuação PCLD - Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	56.154	52.654
(f)	Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE e ANDEC	Não determinado	Não determinado
(g)	Ação Popular - Maruzan Conrado	25.112	21.894
(h)	Ecovias - Remanejamento de Postes	2.000	2.000
(i)	Ecovias - Uso do solo	Não determinado	Não determinado
(j)	AIT - Santo Amaro	114.480	98.569
(k)	Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado	Não determinado
(l)	Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado	Não determinado
(m)	Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecimento	10.147	Não determinado
(n)	Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
(o)	Recolhimento do FGTS	105.247	93.938
(p)	PASEP - Suspensão de Exigibilidade	39.183	38.779
(q)	NFLDs - Execuções Fiscais	38.224	35.366
(r)	CSLL - Base Negativa	116.894	112.277
(s)	Execuções Fiscais Municipais - Diversas	53.460	8.490
(t)	PIS - Decretos nº. 2445/88 e 2449/88	49.394	38.969
(u)	PIS - Estatuto da Decadência	208.679	204.092
(v)	Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica	Não determinado	Não determinado
(w)	Finsocial	160.737	129.471
(x)	Cofins - Anistia	141.272	138.600
(y)	Ações Anulatórias - Multas de Trânsito	41.666	-

(a) Eletrobrás – Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual

Notas Explicativas

seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 4 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Companhia), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato.

Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da Companhia (90,11%) e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da Companhia de valor estimado de R\$ 1.434.214 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.315.974 em 31 de dezembro de 2012), quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da Companhia e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela Companhia, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da

Notas Explicativas

Eletropaulo Estatal, que a Companhia não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável a Eletrobrás em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas a reformar a decisão do TJRJ.

Sem adentrar nos méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006 o STJ reverteu a decisão que eximia a Companhia de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer ampla dilação probatória e a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (Companhia, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006, “Embargos de Declaração” e, em abril de 2007, “Embargos de Divergência” e “Recurso Extraordinário”, sendo que todos os recursos foram decididos contra a Companhia.

Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível).

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a Companhia e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa à obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986. Em setembro de 2008, a Companhia apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de “Liquidação de Sentença por Arbitramento” perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Em 26 de maio de 2009, a Companhia apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressaltando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de

Notas Explicativas

Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas cindidas (Companhia e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.

Em 25 de fevereiro de 2010 a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a Companhia apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível em 4 de março de 2010.

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a Companhia apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, conforme requerido pela Companhia.

Em 28 de abril de 2010, a Eletrobrás apresentou recurso perante TJRJ objetivando o reconhecimento da suspeição do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela Companhia. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser reiniciado perante a 5ª Vara Cível.

Em março de 2011 a Companhia tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível.

Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a Companhia e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido pela Companhia em 10 de agosto 2011 e pela CTEEP em 26 de julho de 2011.

Em dezembro de 2012, foi proferida decisão de 1ª instância julgando antecipadamente a liquidação por artigos, atribuindo à Companhia a responsabilidade pelo pagamento do saldo de correção monetária, referente ao contrato de financiamento ECF 1.046/1986, firmado com a Eletrobrás. Tal decisão não considerou a ordem para que fosse realizado o procedimento de liquidação da sentença com ampla produção de provas, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), bem como desconsiderou o pedido de produção de provas apresentado pelas partes.

Contra a decisão acima referida, em 7 de janeiro de 2013, a Companhia apresentou recurso ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, pedindo a imediata suspensão da execução, bem como a posterior anulação da decisão, para que seja determinada a realização de ampla produção de provas, inclusive pericial.

Notas Explicativas

Em 21 de janeiro de 2013, tornou-se pública a liminar concedida pelo Desembargador Carlos Santos de Oliveira, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (“Liminar”), acatando pedido preliminar do recurso interposto pela Companhia contra a decisão proferida em 12 de dezembro de 2012, pela 5ª Vara da Comarca do Rio de Janeiro no processo nº 0010021-19.1989.8.19.0001. Com a concessão da Liminar, o procedimento de primeira instância ficou suspenso, aguardando o julgamento do recurso apresentado pela Companhia.

Em 7 de fevereiro de 2013, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro deu provimento integral ao recurso da Companhia, anulando integralmente a decisão de 1ª instância que atribuiu à Companhia a responsabilidade pelo pagamento do débito, confirmando sua decisão anterior que suspendeu os procedimentos da execução. Não houve a interposição de recursos pela Eletrobrás e pela CTEEP contra esta decisão.

Dessa forma, o processo deverá ser retomado em 1ª instância para que se prossiga com a análise das questões técnicas e jurídicas, assim como realização de perícia contábil. Com a reversão da decisão desfavorável à Companhia, a estimativa é que os trabalhos periciais não se encerrem em um prazo inferior a seis meses a ser contado do início dos trabalhos periciais. Ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o responsável pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e se forem apurados valores a serem pagos pela Companhia, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a Companhia, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a Companhia possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a Companhia poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado, uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 1.434.214, atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.315.974 em 31 de dezembro de 2012).

(b) Enquadramento de consumidores – ação civil pública

O Ministério Público Federal e a Pro-Teste ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL requerendo o enquadramento na sub-classe baixa renda as unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada para determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na sub-classe baixa renda foi indeferido e esta decisão foi objeto de recurso da Pro-

Notas Explicativas

Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo mantida a decisão de indeferimento. Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e em sendo alterada o teor da decisão que foi favorável à Companhia, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(c) **Revisão tarifária – exclusão de valores – contratos bilaterais**

O Ministério Público Federal, em 5 de dezembro de 2003, instaurou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre as Companhia e Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de R\$ 553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Em março de 2012, o recurso apresentado pelo Ministério Público Federal foi acolhido para determinar que o processo passe por uma perícia para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia, sendo que contra tal decisão, foi apresentado pedido de esclarecimento, rejeitado em junho de 2012. Em 3 de julho de 2012 a Companhia apresentou recurso ao STJ e STF contra a decisão que reformou a sentença de improcedência da ação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

Notas Explicativas

(d) Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal

Em 16 de novembro de 2004 foi distribuída Ação por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à Companhia, fazendo constar em seu acórdão que a Companhia teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, visando o reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à Companhia, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma. Aguarda-se julgamento de recurso apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(e) Autuações PCLD – provisão de créditos de liquidação duvidosa

Pela ANEEL foram lavrados dois autos de infração (em 4 de maio de 2000 – AI nº 015/TN170 e em 5 de abril de 2001 – AI 027/TN0336/1) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. A Companhia propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações, sendo ambas julgadas improcedentes. Contra tais decisões de primeira instância foram apresentados os Recursos cabíveis e com base no critério de cálculo adotado pela ANEEL o valor dessas autuações monta em R\$ 56.154 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 52.654 em 31 de dezembro de 2012).

AI nº 015/TN170 – Em 4 de julho de 2012 sobreveio decisão desfavorável ao recurso interposto pela Companhia no mandado de segurança, sendo proposto um novo recurso de agravo em 6 de julho de 2012, o qual teve provimento negado. Em 23 de agosto de 2013, a Companhia apresentou Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em 10 de setembro de 2013, a Companhia ajuizou duas Medidas Cautelares, com pedido de liminar, perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), visando suspender o processo e a exigibilidade da multa imposta pela ANEEL até julgamento final dos recursos pelo STJ e pelo STF. Em 17 de setembro de 2013, o TRF1 concedeu o efeito suspensivo requerido pela Companhia. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 12.602 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 11.816 em 31 de dezembro de 2012). Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor mencionado.

Notas Explicativas

AI 027/TN0336/1 – Em 27 de agosto de 2013, o recurso da Companhia, apresentado contra a sentença desfavorável de 1ª instância de fevereiro de 2002, foi provido, cancelando a multa imposta pela ANEEL. Com base nas atualizações feitas a partir do critério de atualização adotado pela ANEEL o valor de tal autuação monta em R\$ 43.552 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 40.838 em 31 de dezembro de 2012). Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor mencionado.

(f) Ação civil pública – plano cruzado – ASSOBRABAE e ANDEC

A ASSOBRABAE alega que a Companhia teria se beneficiado do aumento, supostamente ilegal, de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nº.s 38/1986 e 45/1986 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”) durante a vigência do Plano Cruzado. Em 14 de março de 2011 sobreveio decisão de 1ª Instância favorável à Companhia, ao que a ASSOBRABAE apresentou recurso. Aguarda-se julgamento do recurso apresentado pela ASSOBRABAE e caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, em função de depender de ações individuais dos consumidores.

(g) Ação popular – Maruzan Conrado

Em 26 de janeiro de 2006, o Sr. Maruzan Conrado Oliveira, propôs ação popular contra a Companhia, a SABESP, o Município de Taboão da Serra e o Sr. Fernando Fernandes Filho visando a desconstituição do acordo de Reconhecimento, Confissão e Parcelamento de dívida celebrado entre os co-réus, bem como o ressarcimento dos danos que supostamente teriam sido causados ao erário público. O processo encontra-se em fase de instrução. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 25.112 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 21.894 em 31 de dezembro de 2012).

(h) Ecovias – remanejamento de postes

Em 28 de julho de 2004, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A. ajuizou demanda judicial visando obrigar a Companhia a remanejar os postes nas rodovias por ela administradas ou colocar defensas metálicas, sem qualquer ônus para a autora. No momento, aguarda-se a conclusão de trabalhos periciais e posterior sentença. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 2.000 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 2.000 em 31 de dezembro de 2012).

(i) Ecovias – uso do solo

Em 28 de agosto de 2003, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S/A. ajuizou demanda judicial contra a Companhia visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir

Notas Explicativas

autorização para fixação de postes. A Ecovias teve seu pleito provido parcialmente no STJ em 16 de março de 2012, e contra tal decisão a Companhia já apresentou seu recurso em 22 de março de 2012. Em abril de 2012 a ABRADÉE requereu seu ingresso no processo como parte interessada. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(j) AIT – Santo Amaro

Em 25 de junho de 2002, a AIT – Automação Industrial Informática e Telecomunicação Ltda. (“AIT”) ajuizou ação indenizatória contra a Companhia, por meio da qual requereu o pagamento de indenização em razão de suposta perda de participação no mercado de informática que teria sido ocasionada pelo descumprimento e posterior rompimento do contrato firmado com a Eletropaulo Estatal. Proferida decisão pela 1ª instância, com base em um dos cenários apresentados pelo perito judicial, decidindo que a AIT deveria receber R\$ 51.000 pelos danos sofridos. Em 25 de julho de 2013, foi publicada decisão proferida em 2ª instância dando parcial provimento ao recurso da Companhia, excluindo da condenação imposta em 1ª instância os lucros cessantes, mantendo somente os danos emergentes, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 27 de setembro de 2013, a Companhia apresentou Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF), para reformar a decisão na parte que manteve a condenação no pagamento dos danos emergentes. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente o valor de R\$ 114.480, atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 98.569 em 31 de dezembro de 2012).

(k) Ação civil pública – City Boaçava

A Sociedade Amigos do Bairro City Boaçava moveu ação civil pública que visa impedir o reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida linha produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. Foi proferida sentença parcialmente procedente. Contra a mencionada decisão, foi interposto recurso de apelação, o qual foi julgado em desfavor da Companhia. Em vista das questões constitucionais contidas na decisão, foi interposto recurso extraordinário, o qual aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Em 3 de março de 2011, por conta de um requerimento apresentado pela Companhia, o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo até o julgamento do mérito do recurso apresentado. Em junho de 2011 a ANEEL requereu seu ingresso no processo na qualidade de “*amicus curiae*”. Em setembro de 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a matéria discutida no recurso apresentado pela Companhia é de “Repercussão Geral”, pelo que o ministro relator do caso no STF convocou audiência pública para ouvir o depoimento de pessoas com autoridade e experiência sobre o tema relativo ao campo eletromagnético de linhas de transmissão de energia elétrica. A Audiência Pública foi realizada nos dias 6, 7 e 8 de março de 2013, sendo que 21 participantes prestaram esclarecimentos ao STF sobre diversos assuntos relacionados ao caso. Aguarda-se o julgamento do recurso

Notas Explicativas

pelo Supremo Tribunal Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(l) Ação civil pública – ETD Panorama

A Sociedade Amigos da Cidade Jardim moveu uma ação civil pública que visa impedir a construção da ETD Panorama. A ação foi julgada improcedente e foram opostos embargos de declaração pela parte contrária, que foram rejeitados. Foi interposta apelação pela Sociedade. Aguarda-se julgamento do recurso interposto pela Sociedade perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

(m) Ação civil pública – suspensão no fornecimento

O Departamento de Assistência Judiciária e Defesa do Consumidor de Santo André, em 6 de janeiro de 2006, ajuizou ação civil pública contra a Companhia objetivando (1) impedir a suspensão do fornecimento de energia elétrica dos usuários do Município de Santo André em virtude da apuração de fraude nas instalações de medição, (2) a declaração de nulidade dos termos de confissão de dívida firmados com os munícipes de Santo André, com a consequente devolução em dobro dos valores eventualmente recebidos indevidamente e, ainda, (3) que no caso de apuração de fraudes, seja a Companhia obrigada a demonstrar a autoria e materialidade das eventuais fraudes apuradas bem como estipular critérios objetivos para sua apuração. Em 22 de setembro de 2010 foi publicada a sentença julgando parcialmente procedente a ação em 1ª instância. Após a interposição de recurso pelas partes, em novembro de 2012 foi proferida decisão pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, dando parcial provimento ao recurso da Companhia, e negando provimento ao recurso do Autor. A Companhia apresentou Recurso Especial e Recurso Extraordinário contra a referida decisão em 4 de abril de 2013. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$ 10.147, atualizado até 31 de dezembro de 2013. O referido montante foi estimado após conclusão do levantamento em setembro de 2013.

(n) Ação civil pública – contas vencidas – 90 dias

Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a Companhia objetivando (1) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), (2) também de acordo com o CDC, a restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (ex-proprietários, inquilinos ou ocupantes), e, por fim, (3) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia. Pela 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, e contra tal decisão a Companhia apresentou recurso

Notas Explicativas

perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o qual aguarda julgamento. No momento é aguardado o reconhecimento do término do cumprimento da parte da sentença que determina a identificação dos consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

(o) **Recolhimentos do FGTS – fundo de garantia por tempo de serviço**

Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas a suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998 no valor de R\$ 105.247 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 93.938 em 31 de dezembro de 2012). Após a apresentação dos competentes recursos, em março de 2007, houve decisão desfavorável no âmbito administrativo e a consequente inscrição deste débito em Dívida Ativa da União. Diante disso, por entender como infundada a cobrança pretendida, a Companhia ajuizou uma Ação Cautelar para, diante da apresentação de uma Carta de Fiança, suspender o débito até que o mérito da discussão seja julgado. Até o momento, aguardamos decisão de 1ª Instância.

(p) **PASEP – suspensão de exigibilidade**

Em novembro de 2006 a Companhia ajuizou Ação Cautelar a fim de suspender a exigibilidade dos débitos de PASEP no valor de R\$ 39.183 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 38.779 em 31 de dezembro de 2012) cobrado por meio do Processo Administrativo nº 10880.036851/90-51, o que foi concedido mediante a apresentação de Carta de Fiança. Tendo em vista a decisão desfavorável em 1ª Instância, a Companhia apresentou recurso, o qual ainda aguarda julgamento.

(q) **Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais**

Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos Previdenciários (NFLDs) – Tratam-se de três Execuções Fiscais promovidas pelo INSS contra a Companhia, que totalizam o montante de R\$ 38.224 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 35.366 em 31 de dezembro de 2012). Em suma, as discussões versam sobre a possível incidência da Contribuição Previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. Duas Execuções Fiscais tiveram decisão de 1ª instância desfavorável e no momento aguarda-se decisão de 2ª instância, a terceira aguarda-se decisão de 1ª instância.

(r) **CSLL – base negativa**

CSLL Base Negativa – Em novembro de 2007, a Companhia ajuizou Ação Declaratória visando afastar a aplicação da MP nº 2.158/01, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa

Notas Explicativas

cindida. A Companhia insurge-se contra a aplicação desta regra, pois quer que seja respeitada proporção definida no protocolo de cisão, que é anterior à publicação da mencionada MP. A diferença entre os percentuais de saldo credor perfaz o montante de R\$ 116.894 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 112.277 em 31 de dezembro de 2012). Atualmente, contamos com uma decisão favorável em 1ª Instância e aguardamos o julgamento do recurso apresentado pela União. Apesar desta decisão, que suspende a exigibilidade do débito, em setembro de 2010, a Receita Federal lavrou Auto de Infração e proferiu um Despacho Decisório em face da Companhia exigindo valores de CSSL compensados nos 3º e 4º trimestres de 2005 e nos anos de 2006 e 2007. Em julho de 2012, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a Companhia. Foi apresentado Recurso Voluntário, o qual teve decisão parcialmente favorável à Companhia. Diante do cenário, foi apresentado Embargos de Declaração, do qual aguarda-se decisão.

(s) Execuções fiscais municipais – diversas

A Companhia possui diversas Execuções Fiscais ajuizadas pelas Municipalidades de sua área de concessão, exigindo basicamente débitos de IPTU, Multas Posturais e ISS. O total dos débitos classificados como perda possível é de R\$ 53.460 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 8.490 em 31 de dezembro de 2012). A maior parte deste montante (R\$ 40.197) refere-se a 6 Execuções Fiscais dos municípios de Itapevi e Jandira, onde são exigidas multas pela não apresentação de laudos técnicos para cada ativo instalado no município.

(t) PIS – Decretos-Lei n^{os} 2.445/1988 e 2.449/1988

Em julho de 2000, a Companhia ajuizou Ação Judicial visando o reconhecimento dos créditos de PIS decorrentes do pagamento a maior efetuado durante a vigência dos mencionados Decretos, que haviam sido julgados inconstitucionais pelo STF. Em maio de 2012, obtivemos decisão definitiva favorável reconhecendo o direito ao mencionado crédito. Contudo, há em trâmite cinco Execuções Fiscais que visam a cobrança dos débitos compensados pela Companhia em 2002. Como tais débitos foram compensados com os créditos já reconhecidos pela decisão definitiva mencionada acima, eventual exposição da Companhia cinge-se à multa de mora de 20% aplicáveis aos débitos compensados, o que perfaz o montante de R\$ 49.394 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 38.969 em 31 de dezembro de 2012).

(u) PIS – Estatuto da decadência

Trata-se de Execução Fiscal visando a cobrança de supostos débitos de PIS no valor de R\$ 208.679 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 204.092 em 31 de dezembro de 2012) decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP 1.407/1996. Em oposição a esta cobrança, a Companhia apresentou defesa sustentando a decadência do direito de o Fisco exigir estes valores em função do tempo decorrido entre os fatos geradores e a devida constituição do débito tributário, que teria tardado mais de cinco anos. Decisão de 1ª instância desfavorável, no momento aguarda-se decisão de 2ª instância.

Notas Explicativas

(v) Ação Civil Pública – restabelecimento de energia elétrica

O Estado de São Paulo e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON ajuizaram ação civil pública em 22 de junho de 2011 contra a Companhia, perante a Justiça Estadual do Estado de São Paulo, com fundamento na interrupção no fornecimento de energia no período entre os dias 7 e 9 de junho de 2011, quando a cidade de São Paulo foi atingida por um ciclone extratropical agravado por intensas chuvas. Após ser citada dos termos da ação e da liminar concedida, a Companhia apresentou recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual determinou a suspensão da liminar concedida pelo TJSP. Contra a decisão do STJ, o PROCON apresentou recurso que restou rejeitado pelo próprio STJ em dezembro de 2011. Na ação civil pública, a Companhia apresentou sua contestação em 14 de outubro de 2011, tendo o caso sido enviado à Justiça Federal após ter sido admitido o ingresso da ANEEL no processo, onde aguarda julgamento. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, em razão da atual situação do processo, não são passíveis de quantificação.

(w) FINSOCIAL

Em julho de 2012 a Companhia foi intimada por dois Despachos Decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Vale ressaltar que tais créditos decorrem de uma decisão judicial definitiva que o reconheceram, permanecendo a discussão somente com relação ao seu montante. O valor da parcela ainda não homologada é de R\$ 160.737 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 129.471 em 31 de dezembro de 2012). Em Abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável para a Companhia, da qual foi apresentado Recurso Voluntário. No momento, aguarda-se decisão sobre o recurso apresentado.

Notas Explicativas**(x) COFINS – anistia**

Ação Judicial proposta pela Companhia em face da Fazenda Nacional visando o reconhecimento dos valores pagos a título de COFINS, considerando as reduções de multa e juros garantidas pela anistia prevista na Lei 9.779/1999. Em maio de 2012, houve decisão de 2ª Instância reconhecendo o direito às reduções trazidas pela anistia. Contudo, no teor desta mesma decisão, foi proferido o entendimento de que os encargos legais de 20% sobre o valor do débito não teriam sido afastados pela anistia, permanecendo, portanto, a exigência com relação a este montante, que perfaz o valor de R\$ 141.272 atualizado até 31 de dezembro de 2013 (R\$ 138.600 em 31 de dezembro de 2012).

(y) Ações Anulatórias – multas de trânsito

A Companhia é autora de 12 Ações Anulatórias de Multas de Trânsito, ajuizadas contra a Prefeitura do Município de São Paulo, visando liminarmente a suspensão e ao final da ação o cancelamento de multas relacionadas a: (i) Rodízio Municipal de Veículos; (ii) Zona Máxima de Restrição de Circulação de caminhões; e (iii) Não Indicação de Condutor correlatas. Duas ações onde se discutem débitos no valor de R\$ 20.102, atualizado até 31 de dezembro de 2013, tiveram decisões desfavoráveis em 2ª instância, contra as quais a Companhia apresentou os competentes recursos. Uma ação que discutia o valor de R\$ 4.824 (31 de dezembro de 2013) teve decisão final favorável à Companhia, anulando-se os débitos discutidos judicialmente. De acordo com os assessores legais, a chance de perda de todos os casos é classificada como possível. O valor total atualizado em discussão nas 11 ações anulatórias pendentes de decisão final, até 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 41.666.

Cartas de fiança e caução

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possui cartas de fiança para processos judiciais conforme relação abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	31	1.054.687	1,00% a 6,00%
Cível	13	73.711	1,20% a 6,33%
Trabalhista	31	53.890	1,30% a 2,00%

Notas Explicativas**21. Encargos tarifários e do consumidor a recolher**

	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	11.082	41.153
Quota para a CCC - sistemas isolados	-	28.757
Quota para a reserva global de reversão	-	11.610
Outras encargos	159	285
Total	11.241	81.805
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Quota para a reserva global de reversão	-	2.705
	-	2.705

De acordo com a Lei nº 12.783/2013, foram extintas as arrecadações dos encargos CCC (Conta de Consumo de Combustíveis) e RGR (Reserva Global de Reversão), e reduzidas às arrecadações da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

22. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e desenvolvimento	28.246	19.448
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	1.413	1.618
Ministério de Minas e Energia	706	809
Eficiência energética	12.268	26.404
Subtotal	42.633	48.279
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e Desenvolvimento	13.967	25.649
Eficiência Energética	37	
Subtotal	14.004	25.649
Total	56.637	73.928

Notas Explicativas

A movimentação de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética é como segue:

	Saldo inicial 31.12.2012	Provisões	Pagamentos	Aplicações	Atualização monetária	Saldo final 31.12.2013
Pesquisa e desenvolvimento	45.097	17.116	-	(23.441)	3.441	42.213
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	1.618	17.115	(17.320)	-	-	1.413
Ministério de Minas e Energia	809	8.557	(8.660)	-	-	706
Eficiência energética	26.404	42.419	-	(58.321)	1.803	12.305
Total	73.928	85.207	(25.980)	(81.762)	5.244	56.637

	Saldo inicial 31.12.2011	Provisões	Pagamentos	Aplicações	Atualização monetária	Saldo final 31.12.2012
Pesquisa e desenvolvimento	49.032	15.861	-	(23.366)	3.570	45.097
Fundo nacional de desenvolvimento tecnológico	1.354	15.861	(15.597)	-	-	1.618
Ministério de Minas e Energia	677	7.931	(7.799)	-	-	809
Eficiência energética	66.366	39.504	-	(82.836)	3.370	26.404
Total	117.429	79.157	(23.396)	(106.202)	6.940	73.928

23. Outras obrigações

	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão	38.746	38.323
Devolução - Diferença alíquota ICMS-Condomínios (*)	56.409	-
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	66.957	48.787
Empréstimo Compulsório Eletrobrás	58	568
Recebimento em duplicidade de clientes	14.952	18.417
Programa Baixa Renda	5.513	5.511
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.323	1.976
Adicional CCC - Lei 12.111	-	2.427
Credores diversos	8.768	28.706
Ajuste de Faturas - Consumidores	17.093	11.274
Bônus Itaipu	3.684	2.797
Outras	20.911	16.977
Total	234.414	175.763
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Adiantamento relacionado a venda de bens	57.245	20.000
Outras	6.069	6.949
Total	63.314	26.949

(*) A Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010 enquadrando o atendimento de áreas coletivas de conjuntos de prédios residenciais (condomínios) na classe tarifária comercial, cuja alíquota de ICMS é de 18%. Releva-se que, anteriormente à publicação do referido normativo, a regulamentação vigente permitia que tais áreas fossem enquadradas tanto na classe tarifária comercial como residencial (alíquota de ICMS de 25%). Desta forma, desde a publicação da nova regra regulatória pela ANEEL, a Companhia vem envidando esforços para a identificação e o reenquadramento dessas unidades consumidoras na classe comercial, com consequente alteração da cobrança da alíquota de ICMS de 25% para 18%. Em 2013 a Companhia efetuou novas revisões em sua base cadastral de consumidores (inclusive com a adoção de esforços das equipes *in loco*), visando identificar condomínios que ainda necessitam sofrer a alteração tarifária (de residencial para comercial).

Notas Explicativas

Cabe ressaltar que o valor do ICMS arrecadado a maior foi repassado ao Estado de São Paulo, o que gerou para a Companhia um saldo de ICMS a recuperar sobre a cobrança efetuada a maior (vide nota explicativa nº 6), em contra partida do valor a ser devolvido aos clientes na forma de crédito nas faturas de energia. O montante de R\$ 56.409 contempla além da diferença de alíquota de ICMS, devolução de tarifa de energia elétrica e PIS/COFINS.

24. Patrimônio

24.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.248.680, sendo R\$ 1.082.900 em ações ordinárias e R\$ 2.165.780 em ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, independente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações ordinárias e/ou preferenciais, sem guardar proporções entre as espécies. Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção de suas participações no capital da Companhia. O Conselho de Administração deve deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações ou bônus de subscrição, bem como fazer as chamadas de capital, nos limites do capital, nos limites do capital autorizado e suas alterações.

Em 27 de dezembro de 2013 foi aprovado, em Assembleia Extraordinária, o aumento de capital social da Companhia em R\$ 100.000 sem emissão de ações, mediante capitalização parcial da reserva estatutária, resultando em um capital social subscrito e integralizado no montante de R\$ 1.257.629 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.157.629 em 31 de dezembro de 2012). O capital social da Companhia está representado por 167.343.887 ações, sendo 66.604.817 ações ordinárias e 100.739.070 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais não são resgatáveis e têm direito a voto restrito exclusivamente nas matérias previstas em seu Estatuto Social, dentre as quais: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e seu acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral; (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nas hipóteses previstas em seu Estatuto Social etc.

Ainda, as ações preferenciais têm: (i) prioridade no reembolso do capital, com base no capital integralizado, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da sociedade; (ii) direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes de

Notas Explicativas

correção monetária e da capitalização de reservas e lucros, recebendo ações da mesma espécie; (iii) direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; e (iv) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência da alienação de controle da Companhia ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas as ações do acionista controlador.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 não houve emissão ou resgate de ações.

24.2 Composição acionária

	2013		2012	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<u>Acionistas</u>				
AES Elpa S.A.	51.825.798	77,81	51.825.798	77,81
BNDESPar	1	-	1	-
União Federal	13.342.384	20,03	13.342.384	20,03
Outros	1.436.634	2,16	1.436.634	2,16
Total das ações	66.604.817	100,00	66.604.817	100,00
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<u>Acionistas</u>				
BNDESPar	568.976	0,56	568.976	0,56
Companhia Brasileira de Energia	7.434.410	7,38	7.434.410	7,38
Outros	92.735.684	92,06	92.735.684	92,06
Total das ações	100.739.070	100,00	100.739.070	100,00

24.3 Reserva de lucros

(a) Reserva legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital social. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

(b) Reserva estatutária

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2011, foi aprovada a modificação do Estatuto Social da Companhia, para a criação de Reserva Especial para reforço do capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. A Administração pode propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação de até 75% do lucro líquido ajustado à essa reserva estatutária. O saldo da referida reserva em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção

Notas Explicativas

das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

24.4 Reserva de capital

É composta por outorga de ações e/ou opção de compra de ações preferenciais da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia.

24.5 Ajuste de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Em 31 de dezembro de 2013 os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes eram compostos pela mais valia dos ativos registrados em 1998 e 2007 e por perdas e ganhos atuariais do plano de pensão, respectivamente.

O saldo do ajuste de avaliação patrimonial (líquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado com a mais valia dos ativos é de R\$ 1.292.388 (R\$ 1.377.304 em 31 de dezembro de 2012).

Outros resultados abrangentes relacionado à perda atuarial do plano de pensão apresentam um saldo negativo de R\$ 884.569 (líquido de imposto de renda e contribuição social). O reconhecimento da perda atuarial do plano de pensão é decorrente da aplicação do pronunciamento técnico CPC 33 (R1). Este pronunciamento técnico foi aplicado de forma retrospectiva, e os saldos de abertura foram reapresentados conforme nota explicativa nº 3.

Notas Explicativas

25. Destinação do resultado

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os juros sobre o capital próprio são calculados em conformidade com os limites estabelecidos na legislação tributária brasileira e fazem parte da totalidade dos dividendos distribuídos no ano. O imposto de renda corresponde a 15% do valor dos juros sobre capital próprio.

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	198.182	55.014
Ajustes de reapresentação	-	52.932
Lucro distribuível	198.182	107.946
Realização da reserva de reavaliação - líquida	84.916	89.890
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	7.104	5.114
Constituição de reserva legal	(14.155)	(9.892)
Constituição de reserva estatutária	(207.035)	(138.202)
Subtotal	69.012	54.856
Juros sobre capital próprio propostos	-	(54.318)
Dividendo mínimo obrigatório	(69.012)	-
Dividendo mínimo obrigatório - complemento	-	(538)
Saldo de lucros acumulados	-	-

A Administração da Companhia registrou dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 69.012 em atendimento às disposições da Lei nº 6.404/1976. De acordo com orientação da CVM, essa proposta de dividendos foi registrada em conta específica no passivo circulante da Companhia.

	Ação	2013	2012
	Tipo	R\$ p/ Ação	R\$ p/ Ação
Juros sobre capital próprio propostos - bruto	ON	-	0,31
	PN	-	0,34
Dividendos mínimo obrigatório	ON	0,39	-
	PN	0,43	-
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	ON	-	0,01
	PN	-	0,01

Notas Explicativas**26. Resultado por ação**

Os dados de lucro por ação são apresentados por tipo e natureza de ação. Tal apresentação está de acordo com a prática no Brasil de negociação e cotação de ações em lotes de ações.

As ações preferenciais, conforme descrito na nota explicativa nº 24, têm direito a dividendos sobre o lucro 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias. Os valores de lucro por ação nas tabelas abaixo contemplam essa condição.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Numerador:		
Lucro líquido do exercício	198.182	55.014
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias (*)	66.605	66.605
Média ponderada do número de ações preferenciais (*)	100.739	100.739
Remuneração das ações preferenciais - 10%	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	110.813	110.813
Denominador ajustado		
Denominador para resultado básico e diluído por ação	167.344	167.344
Denominador para resultado básico e diluído por ação ajustado	177.418	177.418
Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	1,1170	0,3101
Lucro básico e diluído por ação preferencial	1,2287	0,3411

(*) Não houve movimentação das ações ordinárias e preferenciais durante os exercícios comparados.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**Lucro atribuível aos acionistas**

Exercício	Ordinárias	Preferenciais	Total
2013	74.400	123.782	198.182
2012	20.653	34.360	55.013

O plano de pagamento baseado em ações não tem efeito dilutivo na Companhia, uma vez que o plano é baseado nas ações de sua acionista controladora indireta The AES Corporation, além do valor ser considerado imaterial para fins de cálculo. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os exercícios apresentados.

27. Receita operacional líquida

	2013			2012		
	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas	MWh	R\$
Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	6.242.621	17.040.646	5.418.373	6.094.754	17.029.132	6.622.458
Industrial	27.242	5.588.118	1.535.282	27.972	5.803.454	1.910.996
Comercial	392.108	11.960.033	3.471.332	340.098	11.815.282	4.125.763
Rural	771	30.453	3.212	774	31.369	3.661
Poder público:						
Federal	1.348	176.867	57.978	1.281	179.159	61.600
Estadual	4.336	671.488	148.180	4.288	676.277	184.814
Municipal	9.860	442.576	132.293	9.722	456.835	171.861
Iluminação pública	1.835	866.956	152.759	1.902	886.737	181.580
Serviço público	1.346	697.089	158.749	1.319	691.671	189.605
Encargo de capacidade emergencial	-	-	5	-	-	9
Remuneração do ativo financeiro	-	-	110.613	-	-	156.661
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(4.009.022)	-	-	(6.533.372)
Subtotal - fornecimento	6.681.467	37.474.226	7.179.754	6.482.110	37.569.916	7.075.636
Outras						
PIS/Cofins diferença de alíquota	-	-	(5.583)	-	-	17.083
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda	-	-	(21.089)	-	-	(23.845)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos	-	-	(64.338)	-	-	(75.000)
Não faturado	-	-	(90.397)	-	-	(16.774)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	537	8.741.526	413.449	451	7.986.746	755.675
Transferência para atividades de distribuição	-	-	4.009.022	-	-	6.533.372
Transferência para obrigações especiais - ultrapassagem de demanda - TUSD	-	-	(1.553)	-	-	(10.474)
Transferência para obrigações especiais - excedente de reativos - TUSD	-	-	(8.934)	-	-	(11.935)
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	-	-	10.095	-	-	12.358
Energia no curto prazo	-	-	27.849	-	-	103.015
Receita de construção	-	-	809.069	-	-	831.115
Ressarcimento - leilões de energia	-	-	105.043	-	-	-
Subvenção de recursos da CDE (*)	-	-	127.354	-	-	-
Outras receitas	-	-	121.546	-	-	123.468
Receita operacional bruta	6.682.004	46.215.752	12.611.287	6.482.561	45.556.662	15.313.694
Quota para reserva global de reversão	-	-	8.213	-	-	(70.003)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(5)	-	-	(9)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(85.207)	-	-	(79.157)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(132.988)	-	-	(493.840)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(28.757)	-	-	(524.224)
Encargos do consumidor - Proinfa	-	-	(33.335)	-	-	(42.974)
Encargos do consumidor - Lei nº 12.111	-	-	(3)	-	-	(23.791)
ICMS	-	-	(2.233.311)	-	-	(2.782.729)
Cofins - corrente	-	-	(898.074)	-	-	(1.098.730)
Pis - corrente	-	-	(195.330)	-	-	(238.540)
ISS	-	-	(283)	-	-	(499)
Deduções da receita bruta	-	-	(3.599.080)	-	-	(5.354.496)
Receita operacional líquida	6.682.004	46.215.752	9.012.207	6.482.561	45.556.662	9.959.198

(*) Valor a ser repassado pela Eletrobrás, referente ao ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE, e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber foi contabilizado na rubrica Repasse CDE – descontos na tarifa – vide nota explicativa nº 9.

Notas Explicativas

28. Custo do serviço de energia elétrica

	MWh		R\$	
	2013	2012	2013	2012
Energia elétrica comprada para revenda:				
ITaipu	9.851.146	9.900.264	(1.199.895)	(1.038.715)
ANGRA 1 e 2 (*)	1.677.134	-	(227.532)	-
Contrato bilateral - AES Tietê - nota explicativa nº 31	11.107.680	11.138.112	(2.088.138)	(1.982.718)
Contrato bilateral - outros	44.933	43.685	(7.191)	(7.609)
Compra - CCEE	1.317.382	125.933	(400.274)	(32.460)
Compra - CCEAR	10.223.326	22.519.838	(2.019.736)	(2.590.599)
Cotas de garantia física (*)	8.345.461	-	(225.088)	-
Risco Hidrológico	-	-	(71.011)	-
(-) Repasse CDE - Custo energia	-	-	669.095	-
ICMS sobre perdas comerciais	-	-	(1.852)	(2.900)
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	526.067	489.508
Subtotal	42.567.062	43.727.832	(5.045.555)	(5.165.493)
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	971.534	1.003.809	(251.096)	(210.785)
Total	43.538.596	44.731.641	(5.296.651)	(5.376.278)

	R\$	
	2013	2012
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:		
Uso da rede básica	(425.727)	(1.043.505)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS	(480.506)	(349.451)
(-) Repasse CDE - ESS	420.313	-
Transporte de energia - Furnas/Itaipu	(31.946)	(88.761)
ONS - Operador Nacional do Sistema	(25.611)	(29.954)
CUSD - Custo do Uso do Sistema de Distribuição	(9.474)	(11.998)
Conexão a Rede Básica - CTEEP	(27.018)	(85.542)
(-) Créditos PIS/Cofins	62.943	127.021
Total	(517.026)	(1.482.190)

(*) A partir de janeiro de 2013, as distribuidoras passaram a comprar energia proveniente das (i) centrais de geração Angra 1 e 2, pertencentes à Eletrobrás Eletronuclear comercializada por meio de cotas, (ii) contrato de cotas de garantia física (CCGF) proveniente dos contratos disponíveis das usinas que renovaram os contratos de concessão.

Notas Explicativas

Decreto nº 7.945 de 7 de março de 2013

Devido aos altos custos financeiros ocasionados pelas condições hidroenergéticas desfavoráveis desde o final de 2012, relacionado principalmente aos baixos índices dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o governo brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945 com o intuito de neutralizar parte do problema de caixa enfrentado pelas distribuidoras.

O referido decreto prevê o repasse de recursos da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético, para cobrir custos decorrentes da (i) exposição no mercado de curto prazo limitado ao montante não atendido pela alocação de quotas, (ii) risco hidrológico das cotas e (iii) ESS – Encargo de Serviços do Sistema (despachos de usinas térmicas).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu como compensação de custos de energia, referente aos valores aportados pela CDE um total de R\$ 1.089.408, dos quais (i) R\$ 529.906 já foram compensados nas liquidações financeiras ocorridas na CCEE, (ii) R\$ 505.945 foram repassados em 18 de julho de 2013, de acordo com o Reajuste Tarifário de 2013 – vide nota explicativa nº 34.4, e (iii) R\$ 53.557 baseado em estimativas para os meses de novembro e dezembro de 2013.

O saldo a ser repassado através dos recursos da CDE está demonstrado na nota explicativa nº 9.

Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu diretrizes para a internalização de mecanismos de aversão a risco nos programas computacionais para estudos energéticos e formação de preço bem como instituiu novo critério para rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas, durante a fase de transição e anterior à implementação do novo cálculo do PLD (de abril a agosto de 2013). Pelo novo critério, o custo do ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente pela categoria consumo, consumidores livres e distribuidoras, passa a ser rateado por todos os agentes do SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, diversas associações - Abraceel, Apine, Abragel, Abraget, Única e Abeeólica - conseguiram liminares excluindo seus associados do rateio deste custo, isentando-os do pagamento. Em decorrência da disputa judicial, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica vem efetuando as liquidações financeiras, atribuindo o referido custo para a categoria consumo, dentre eles, as distribuidoras.

Desta forma, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o ESS energético para os meses de abril a agosto de 2013. Ressalta-se que para o ano de 2013 a Companhia recebeu recursos da CDE para cobertura do

Notas Explicativas

custo integral do ESS energético, mesmo para os valores atribuídos em decorrência das referidas liminares.

Em 1º de setembro de 2013 foi incorporado o mecanismo de aversão a risco nos modelos computacionais de formação de preço, reduzindo, a partir desta data, o custo de ESS.

29. Outros custos

	2013	2012
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos	8.914	1.789
Arrendamentos e aluguéis	(25.513)	(21.862)
Seguros	(3.365)	(3.391)
Tributos	(28.186)	(28.869)
Doações, contribuições e subvenções	(2.741)	(2.509)
Tarifa bancária	(43.205)	(44.808)
Publicidade	(11.137)	(17.336)
Responsabilidade social	(4.064)	(2.290)
Perdas na desativação de bens e direitos	(41.279)	(56.919)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID	(19.334)	(12.650)
Baixa do ativo financeiro de concessão	(8.533)	(8.326)
Taxa de administração do plano - Fundação CESP	(9.231)	(10.179)
Créditos de PIS e Cofins	1.223	228
Recuperação de despesas	19.992	15.621
Outros	(5.383)	(15.698)
Total	(171.842)	(207.199)

Notas Explicativas**30. Resultado financeiro**

	2013	2012
<u>Receitas financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	78.824	111.199
Acréscimo moratório - consumidores	74.623	84.183
Multas	5.159	5.661
Subvenções governamentais	1.047	329
Atualização de créditos tributários	6.351	18.478
Outras	30.574	18.856
Total	196.578	238.706
<u>Despesas financeiras</u>		
Encargo de dívidas - empréstimos moeda nacional	(276.603)	(307.027)
Subvenções governamentais	(1.047)	215
Juros capitalizados transferidos para o intangível em curso (**)	9.690	8.579
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(6.988)	(1.533)
Processos regulatórios - nota explicativa nº 20	(13.505)	(43.507)
DIC/FIC/DMIC/DICRI (*)	(18.609)	(24.871)
Outras	(41.789)	(31.491)
Total	(348.851)	(399.635)
<u>Variações monetárias e cambiais líquidas</u>		
Variações monetárias - moeda nacional	43.685	56.342
Variações monetárias - Golf Village	-	42.477
Variações monetárias - ativo financeiro da concessão - nota explicativa nº 11	116.240	(15.119)
Variações monetárias sobre P&D e eficiência energética	(5.244)	(6.940)
Variações monetárias sobre depósitos judiciais	30.807	45.122
Variações cambiais - Itaipu	(17.365)	(12.357)
Variações monetárias e cambiais - outros	149	(207)
Total	168.272	109.318
Total líquido	15.999	(51.611)

(*) DIC, FIC, DMIC e DICRI são indicadores que refletem a qualidade do fornecimento de energia elétrica prestada aos clientes. Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando estes indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

(**) Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 10% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, sobre os ativos intangíveis qualificáveis, de acordo com o CPC20.

Notas Explicativas

31. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (vide nota explicativa nº 7). A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(67.070)	(25.641)	(1.078)	417
Diferidos	(13.769)	(4.956)	(12.642)	(4.551)
Total	(80.839)	(30.597)	(13.720)	(4.134)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	309.618	309.618	72.868	72.868
Adições (exclusões):				
Juros sobre capital próprio	-	-	(54.318)	(54.318)
Doações	4.815	4.815	2.738	2.738
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	3.241	3.241	2.671	2.671
Benefício fiscal P&D - pesquisa e desenvolvimento	(9.761)	(9.761)	(9.814)	(9.814)
Perdas indedutíveis no contas a receber	286	286	4.281	4.281
Perdas de capital - baixa de imobilizado	11.899	11.899	9.184	9.184
Multas indedutíveis	8.000	8.000	1.805	1.805
Despesas indedutíveis	143	143	4.675	4.675
Outros	1.263	1.263	845	845
Total das adições (exclusões)	19.886	19.886	(37.933)	(37.933)
Base de cálculo	329.504	329.504	34.935	34.935
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(82.376)	(29.654)	(8.734)	(3.145)
Incentivos	4.130	-	-	-
Compensação de base de cálculo	24	-	-	-
Baixa IR/CS sobre PSAP	-	-	-	479
Ajuste IRPJ/CSLL - exercícios anteriores	-	-	(1.078)	(61)
Ajuste IRPJ/CSLL - Exclusão P&D	(2.617)	(943)	-	-
Outros	-	-	(3.908)	(1.407)
Total da despesa com tributos	(80.839)	(30.597)	(13.720)	(4.134)
Alíquota efetiva	26,1%	9,9%	18,8%	5,7%

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição (“RTT”), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídos pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC’s), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis.

Notas Explicativas

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Instrução Normativa RFB nº 1.397 de 16 de setembro de 2013. Adicionalmente foi publicada a Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013.

Esses dois normativos legais tratam de forma geral, da distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio e definem que para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) da pessoa jurídica sujeita ao RTT – Regime Tributário de Transição, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, dentre outras disposições.

Apesar da validade das referidas normas legais estarem sendo amplamente discutida no mercado, a Companhia amparada também pela posição de seus assessores externos, avaliou os possíveis impactos de sua aplicabilidade até o ano base de 2013 e não identificou efeitos relevantes sobre suas demonstrações contábeis. A Companhia não optou pela aplicação dos efeitos da MP 627/13 para o ano-calendário de 2014, conforme prevê o artigo 71, desta forma os impactos dessa Medida Provisória deverão ocorrer somente a partir de 1º de janeiro de 2015.

Notas Explicativas

32. Partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente da AES Elpa S.A., e indiretamente pela Brasileira, a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da The AES Corporation. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto e tem por objetivo exercer o controle, além do controle indireto da Companhia, das seguintes empresas operacionais: AES Tietê S.A. (Tietê), e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (Uruguaiana S.A.), mediante participação direta no capital dessas sociedades.

Adicionalmente, a Brasileira detém o controle de uma comercializadora de energia elétrica e prestadora de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica (AES Serviços TC Ltda.).

32.1 Partes relacionadas:

Ativo	2013	2012
Companhia Brasileira de Energia (iii)	193	15.112
AES Sul - outros créditos	2.759	2.759
AES Sul - sublocação (v)	9	6
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (v)	4	-
AES Tietê - sublocação (v)	71	-
	3.036	17.877
Passivo	2013	2012
Companhia Brasileira de Energia - juros sobre o capital próprio	-	2.128
Companhia Brasileira de Energia - dividendos	-	25
AES Elpa S.A. - juros sobre o capital próprio	-	13.487
AES Elpa S.A. - dividendos	20.159	167
AES Tietê - nota explicativa nº 14 (i)	228.354	204.847
AES Serviços TC Ltda. - corte/religa (iv)	1.181	255
AES Big Sky (ii)	912	460
	250.606	221.369
Resultado	2013	2012
AES Tietê - nota explicativa nº 27 (i)	(2.088.138)	(1.982.718)
AES Big Sky (ii)	(1.840)	(2.260)
Companhia Brasileira de Energia (iii)	325	928
AES Serviços TC Ltda. - corte/religa (iv)	(10.642)	(1.820)
AES Tietê - sublocação (v)	992	457
Companhia Brasileira de Energia - sublocação (v)	4	1
AES Serviços TC Ltda. - sublocação (v)	116	127
AES Sul - sublocação (v)	108	25
AES Rio PCH - sublocação (v)	3	1
AES Holdings Brasil - sublocação (v)	4	1
AES Elpa S.A. - sublocação (v)	3	1
	(2.099.065)	(1.985.257)

- (i) Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Tietê, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a comprar a partir de 2003 da Tietê a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. Prazo de vigência deste contrato é 31 de dezembro de 2015.

Notas Explicativas

Esse contrato foi homologado pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. O preço médio no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 187,99 por MWh (R\$ 178,01 por MWh para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012). Este contrato é atualizado anualmente pelo IGP-M.

- (ii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de processamento e operacionalização da gestão de sistemas informatizados e integrados com a empresa coligada AES Big Sky.
- (iii) Conforme contrato de venda da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. para a TIM Celular S.A., a Companhia Brasileira deveria manter em conta específica recursos como garantia de obrigações de ajuste de preço de venda. Em maio de 2013, a Companhia Brasileira de Energia resgatou parcialmente o depósito que mantinha em conta garantida o qual foi repassado para a Companhia de acordo com o termo de cessão de crédito firmado.
- (iv) Refere-se ao Contrato de Prestação de Serviços entre a Companhia e a AES Serviços TC, tendo por objeto a prestação de serviços técnicos comerciais de corte, religação, modificação, aferição, verificação e ligação de energia elétrica.
- (v) Corresponde ao contrato de Sublocação de parte de imóvel comercial celebrado entre a Companhia (Sublocadora) e as demais empresas (Sublocatárias), pelo prazo de 10 anos. A ANEEL aprovou a operação por meio do Despacho nº 2.804/2012 e Despacho nº 3.893/2012.

Notas Explicativas

32.2 Remuneração da Alta Administração

De acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia está divulgando a remuneração de sua Alta Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a remuneração é conforme segue:

Descrição	2013	2012
Benefícios de curto prazo (a)	10.620	10.367
Benefícios pós-emprego (b)	201	205
Outros benefícios de longo prazo (c)	216	260
Benefícios de rescisão contrato de trabalho	307	35
Remuneração baseada em ações (d)	913	845
Total	12.257	11.712

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;
- d) Compostos por opções de ações a alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais, concedidos pela The AES Corporation.

A remuneração dos administradores da Companhia foi aprovada pelos seus acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 4 de abril de 2013.

Notas Explicativas

33. Seguros

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	1-abr-2013	1-abr-2014	R\$ 2.000.000
Vida em grupo	1-jan-2013	1-jan-2015	25 X salário, limitado a R\$ 1.300
Responsabilidade Civil Geral	1-jun-2013	1-jun-2014	R\$ 30.000
Frota veículos - RCF	31-ago-2013	1-abr-2014	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

Em linha com a política de contratação de seguros da Companhia, contratou-se apólice de seguro de Responsabilidade Civil de Administradores (D&O) visando garantir aos administradores o reembolso dos valores pagos a título de indenização decorrentes de reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, durante o exercício de suas atividades. A apólice está vigente até 1º de abril de 2014 e tem limite máximo de indenização de R\$ 50.000. O seguro foi contratado em nome da Brasiliana, sendo que a mesma também abrange os executivos da Companhia. Desta forma, cada sociedade controlada pela Brasiliana é responsável pelo pagamento de parte do prêmio da apólice.

Notas Explicativas

34. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

34.1 Considerações gerais

Os principais instrumentos financeiros, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, estão reconhecidos nas seguintes rubricas:

- a) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4);
- b) Investimentos de curto prazo (nota explicativa nº 4);
- c) Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota explicativa nº 5);
- d) Contas a receber - Acordos (nota explicativa nº 8);
- e) Cauções e depósitos vinculados (nota explicativa nº 20);
- f) Ativo financeiro da concessão (nota explicativa nº 11);
- g) Fornecedores (nota explicativa nº 14);
- h) Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (nota explicativa nº 16);
- i) Subvenções governamentais (nota explicativa nº 17);
- j) Encargos tarifários e do consumidor a recolher (nota explicativa nº 21); e
- k) Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

Notas Explicativas

34.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

2013			
	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	154.210	154.210	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	819.951	819.951	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.212.012	1.212.012	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	115.398	115.398	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	475.337	475.337	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	1.386.931	1.386.931	Ativos financeiros disponíveis para venda
Total	4.163.839	4.163.839	
PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	1.154.993	1.154.993	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	2.747.815	2.781.750	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	5.077	5.077	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	11.241	11.241	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	78.730	78.730	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	3.997.856	4.031.791	

2012			
	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)			
Caixa e equivalentes de caixa	114.142	114.142	Ativo financeiro pelo valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	699.899	699.899	Ativos financeiros disponíveis para venda
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.502.243	1.502.243	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber - acordos	55.077	55.077	Empréstimos e recebíveis
Cauções e depósitos vinculados	461.485	461.485	Empréstimos e recebíveis
Ativo financeiro de concessão	1.181.937	1.181.937	Ativos financeiros disponíveis para venda
Total	4.014.783	4.014.783	
PASSIVO (Circulante e não circulante)			
Fornecedores	1.382.369	1.382.369	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro	2.802.219	2.829.455	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Subvenções governamentais	3.498	3.498	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	84.510	84.510	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	64.920	64.920	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total	4.337.516	4.364.752	

As rubricas caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são compostas basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs), operações compromissadas e títulos públicos. CDBs e operações compromissadas são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação. Para títulos públicos, a marcação a mercado é realizada com base nas taxas atuais obtidas da ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais).

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para a rubrica ativo financeiro da concessão, a Companhia mensura o valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso ocorra uma mudança no WACC Regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. Em 31

Notas Explicativas

de dezembro de 2013 a Companhia concluiu que não há diferenças entre essas taxas.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

34.3 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	2013			
	Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>ATIVO (Circulante e não circulante)</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	154.210	63.029	91.181	-
Investimentos de curto prazo	819.951	-	819.951	-
Ativo financeiro de concessão	1.386.931	-	1.386.931	-
Total - Ativo	2.361.092	63.029	2.298.063	-

	2012			
	Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
<u>ATIVO (Circulante e não circulante)</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	114.142	114.142	-	-
Investimentos de curto prazo	699.899	-	699.899	-
Ativo financeiro de concessão	1.181.937	-	1.181.937	-
Total - Ativo	1.995.978	114.142	1.881.836	-

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

Notas Explicativas

34.4 Gerenciamento de riscos

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

Em sua estrutura, a Companhia conta com a Gerência de Análises Contábeis e Riscos que tem como principais atribuições, garantir a adequada operacionalização dos controles voltados às demonstrações contábeis, bem como auxiliar na revisão de processos de maneira a assegurar que as políticas, procedimentos e normas internas em geral estabeleçam controles e níveis de aprovação de desembolsos adequados.

A Companhia conta também com uma Diretoria de Auditoria Interna, que atua em quatro segmentos: operacional, financeiro, tecnologia da informação e forense. A primeira avalia todos os processos e procedimentos ligados à operação da Companhia, a segunda avalia as demonstrações contábeis, a terceira os controles de segurança da informação e a quarta atua na investigação de possíveis fraudes e irregularidades, todas em conformidade com a Lei Sarbanes-Oxley, exigências da legislação brasileira, normas regulatórias do setor elétrico e normas e procedimentos internos.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar as demonstrações contábeis e processos da Companhia. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas através de ação estabelecida pelos responsáveis de processos e sua implementação devidamente acompanhada pela área de auditoria interna.

Os principais controles que impactam as demonstrações contábeis da Companhia são revistos a cada seis meses com base em testes de eficácia. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação com o intuito de implementá-los, com definição de prazos e alocação de responsabilidades para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva.

Outro aspecto relevante de controle interno, diz respeito à segregação de funções, que é objeto de constante monitoramento através de sistema especializado.

O plano de auditoria é aprovado pela Reunião de Diretoria, bem como os planos de ação para regularização de potenciais melhorias em base trimestral. O plano de auditoria também é apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal. Além disso, os resultados das auditorias são periodicamente informados ao Conselho Fiscal para acompanhamento.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Notas Explicativas

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Contas a receber

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e sem estabelecimentos de limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2013 é:

	2013
Caixa e equivalentes de caixa	154.210
Investimentos de curto prazo	819.951
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.212.012
Contas a receber - acordos	115.398
Total da exposição	2.301.571

(b.2) Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 16. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	1.154.993	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	2.347	128.057	122.660	488.429	66.719
Debêntures	13.167	245.340	350.966	1.908.548	791.784
Arrendamento mercantil financeiro	1.212	2.855	2.774	4.627	3.839
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	11.241	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	9.718	69.012	-	-	-
Total	1.192.678	445.264	476.400	2.401.604	862.342

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o CDI utilizado nas projeções corresponde ao índice verificado na data de 31 de dezembro de 2013.

(b.3) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b.4) Riscos de mercado

Riscos de taxas de juros

A Companhia possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do DI, acrescidos de juros contratuais entre 1,12% a 1,75% ao ano. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2013.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2013 é:

	2013
Equivalentes de caixa	91.181
Investimentos de curto prazo	819.951
Empréstimos e financiamentos	(545.562)
Debêntures	(2.220.188)
Total da exposição líquida	(1.854.618)

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 27 de dezembro de 2013, foi extraída a projeção do indexador CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2013, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Aplicações financeiras			Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Taxa de juros	Posição em 2013	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável
CDI			5,24%	7,85%	10,47%	13,09%	15,71%
Equivalentes de caixa	CDI	91.181	4.773	7.160	9.547	11.933	14.320
Investimentos de curto prazo	CDI	819.951	42.924	64.387	85.849	107.311	128.773
Subtotal		911.132	47.697	71.547	95.396	119.244	143.093

Dívidas			Projeção despesas financeiras - 01 ano				
			Taxa de juros	Posição em 2013	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável
CDI			5,24%	7,85%	10,47%	13,09%	15,71%
Debêntures - 9ª Emissão	CDI+1,12% a.a.	(259.166)	(16.635)	(23.475)	(30.341)	(37.207)	(44.074)
Debêntures - 11ª Emissão	CDI+1,75% a.a.	(203.388)	(14.403)	(19.805)	(25.227)	(30.649)	(36.071)
Debêntures - 13ª Emissão	CDI+1,50% a.a.	(384.863)	(26.242)	(36.438)	(46.673)	(56.907)	(67.142)
Debêntures - 14ª Emissão	CDI+1,50% a.a.	(605.433)	(41.282)	(57.321)	(73.421)	(89.521)	(105.622)
Debêntures - 15ª Emissão	CDI+1,24% a.a.	(767.338)	(50.222)	(70.498)	(90.851)	(111.205)	(131.559)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	CDI+1,50% a.a.	(545.562)	(37.200)	(51.652)	(66.161)	(80.669)	(95.177)
Subtotal		(2.765.750)	(185.984)	(259.189)	(332.674)	(406.158)	(479.645)
Total da exposição líquida		(1.854.618)	(138.287)	(187.642)	(237.278)	(286.914)	(336.552)

Risco de moeda

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA.

Risco de preço

Revisão Tarifária Periódica 2011

De acordo com o contrato de concessão, a revisão tarifária da Companhia deveria ter ocorrido em 4 de julho de 2011. Porém, devido ao atraso na definição da metodologia a ser aplicada no 3º Ciclo de Revisão Tarifária, a ANEEL decidiu postergar a aplicação da revisão tarifária para 4 de julho de 2012, em conjunto com o reajuste tarifário.

Notas Explicativas

Conforme estabelecido pela ANEEL, o montante relativo ao passivo regulatório referente à postergação da aplicação da metodologia do 3º ciclo de revisão tarifária periódica, calculado pela ANEEL em R\$ 1.053.058, não foi considerado no reajuste tarifário de 2012. A devolução foi considerada no reajuste tarifário de 2013, que contemplou a amortização de 67,55% a partir de 4 de julho de 2013, representando uma redução de 8,72% no índice de reajuste final da Companhia. O saldo atualizado em dezembro de 2013 é de R\$ 765.100. O saldo remanescente de 32,45% será considerado no próximo reajuste.

Em 21 de novembro de 2012, foi aberto processo para que fossem examinados determinados ativos pertencentes à base blindada da Base de Remuneração Regulatória da Companhia e eventual sobreavaliação de ativos e possível devolução de valores cobrados em excesso de consumidores. Em 18 de fevereiro de 2013 foi nomeado o Diretor Relator para o referido processo. Em novembro de 2013, ANEEL notificou a Companhia para apresentação de manifestação referente ao referido processo específico para questão de saber se é devido o recálculo das tarifas praticadas pela Companhia antes da data da sua terceira revisão tarifária periódica, para eventual desconto e restituição de parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (246.474,87 metros de Cabo AL Nu CAA 1272 MCM). A Companhia apresentou manifestação e em 17 de dezembro de 2013 a Diretoria da ANEEL, em julgamento do referido processo, decidiu pelo recálculo das tarifas praticadas pela Companhia no período de julho de 2007 a julho de 2011, representando o valor de R\$ 626.052, devendo o mesmo ser corrigido por IGP-M a partir de 1º de dezembro de 2013 até a data de início da devolução, a qual será feita por meio de componente financeiro negativo, diferido em até 4 eventos tarifários, a partir de julho de 2014 (“Decisão”). O valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 629.798.

Após a publicação da Decisão, que ocorreu no dia 27 de dezembro de 2013, a Companhia apresentou pedido de reconsideração administrativo à ANEEL, requerendo ainda a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração apresentado fosse analisado pela ANEEL.

Em 28 de janeiro de 2014, por meio de despacho, o Diretor Geral da ANEEL negou o pedido da Companhia para que fossem suspensos os efeitos da Decisão. Contra este ato, a Companhia interpôs, também em 28 de janeiro de 2014, perante a Justiça Federal de Brasília, um mandado de segurança com pedido de liminar, para que a Justiça determinasse a suspensão dos efeitos da Decisão até que o pedido de reconsideração seja julgado pela ANEEL. Em 29 de janeiro de 2014 foi deferida liminar em favor da Companhia suspendendo os efeitos da Decisão até que a ANEEL julgue o pedido de reconsideração. Nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não há previsão de contabilização do passivo regulatório. Nos livros regulatórios (vide nota explicativa nº 36), baseada na análise jurídica do assunto e liminar vigente, conforme abaixo descrito, um passivo também não foi constituído.

Notas Explicativas

A Companhia, com base na liminar vigente e fundamentada em avaliação jurídica preparada por seus assessores legais externos, classifica o risco de perda como possível nesta discussão e entende que tem bons argumentos para sustentar as suas posições na esfera judicial, sendo certo que buscará ver o seu direito garantido ativamente.

Revisão Tarifária Extraordinária de 2013 e Reajuste Tarifário de 2013

Em 24 de janeiro de 2013, a ANEEL aprovou a Revisão Tarifária Extraordinária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, que reduziu as tarifas. Esta redução é resultado da Lei nº 12.783/2013 (conversão da MP 579), que promoveu a renovação das concessões de transmissão e geração de energia elétrica que venciam até 2017, e das medidas provisórias 591/2012 e 605/2013.

Adicionalmente, as distribuidoras assumiram o risco hidrológico, bem como o pagamento do encargo setorial CFURH (Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos), das concessionárias de geração que tiverem suas concessões renovadas, além da retirada de subsídios da estrutura tarifária que agora são integralmente custeados com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

É importante ressaltar que as modificações da Lei nº 12.783/2013 trouxeram impactos reduzidos para a Companhia, tendo em vista que as alterações afetaram o custo de compra de energia, transmissão e encargos setoriais que possuem mecanismos de repasse tarifário ao consumidor.

Em 2 de julho de 2013, a ANEEL autorizou um reajuste tarifário médio de +1,10%, a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2013 sobre a tarifa homologada em 24 de janeiro de 2013. O índice de 1,10%, somado a outros dados financeiros do último processo tarifário que são retirados no reajuste atual, resultou em um efeito médio de 0,00% a ser percebido pelos consumidores.

Esse reajuste é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário 2013		
Parcela A	Encargos setoriais	-0,02%
	Energia comprada	7,53%
	Encargos de transmissão	0,64%
	Parcela A	8,16%
Parcela B		1,57%
Reajuste econômico		9,73%
CVA total		-0,13%
Outros itens financeiros da Parcela A		0,23%
Ajuste financeiro da Revisão Tarifária de 2011		-8,72%
Reajuste total		1,10%

Notas Explicativas

A Companhia recebeu, por meio de aporte advindo de recursos da CDE, R\$ 505.945 (conforme previsto no Decreto nº 7945/2013), referentes ao aumento dos custos de compra de energia e do Encargo do Serviço do Sistema (“ESS”) – vide nota explicativa nº 28.

Esse aporte foi efetuado diretamente à Companhia, em 18 de julho de 2013, e estava previsto na Resolução ANEEL nº 1.563, que homologou o reajuste tarifário de 2013. Como este recurso não foi considerado no cálculo do Índice de Reajuste Tarifário de 2013, esses custos não foram repassados à tarifa do consumidor.

Desta forma as Parcelas A e B da Companhia, após o Reajuste Tarifário de 2013, tiveram os seguintes impactos:

Parcela A

A Parcela A foi reajustada em 11,00%, representando 8,16% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

Encargos Setoriais – Praticamente estável em relação ao ano anterior, com redução de 0,22%, representando -0,02% no reajuste econômico;

Energia Comprada – O aumento de 12,58% decorre principalmente do aumento do PLD que afeta o custo dos contratos de compra de energia por disponibilidade (térmicas), bem como pela maior participação deste tipo de contrato no portfólio da Companhia. O custo com Itaipu também contribuiu para este aumento, tanto pela elevação da tarifa em dólar de Itaipu em 4,82%, como pela cotação do dólar considerado no reajuste. O aumento da compra de energia representou 7,53% no reajuste econômico; e

Encargos de Transmissão – O aumento de 11,76% decorre das novas tarifas de transmissão publicadas pela ANEEL, representando 0,64% no reajuste econômico.

Parcela B

O índice de reajuste da Parcela B foi de 6,07%, que representa uma participação de 1,57% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IGP-M de 6,31%, no período de 12 meses findos em 30 de junho de 2013, e
- Fator X de 0,24%, composto por:
 - X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de 1,03%, previamente definido na 3RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo;
 - X-Q (qualidade do serviço) de -0,79%, decorrente da evolução da qualidade do serviço prestado em 2012; e
 - X-T (trajetória de custos operacionais) de 0,00%, previamente definido na 3RTP para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo.

Notas Explicativas

(c) Outros riscos

(c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

(c.2) Risco de volatilidade dos custos da “Parcela A”

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis denominados de “Parcela A” ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual. As Normas Internacionais de Contabilidade não permitem o registro destes ativos e passivos. Dessa forma, com a adoção das referidas normas, o resultado da Companhia está sujeito a volatilidade decorrente das variações do aumento destes custos entre o período do reajuste tarifário.

(c.3) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia têm contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não estava em descumprimento dos termos dos covenants (vide nota explicativa nº 16.7).

(c.4) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2013 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais da Companhia com a AES Tietê e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEARs) serão estabelecidas pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia com antecedência de 5 e 3 anos

Notas Explicativas

em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação, além de não repasse dos custos integrais de compra de energia no Mercado de Curto Prazo repassados às tarifas. Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a cento e cinco por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação, há instrumentos previstos na regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia para contratação de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração –de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL Nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

O nível de contratação da Companhia é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos. A Companhia encerrou o ano de 2013 com um nível de contratação de 96,9%, implicando em exposição ao mercado de curto prazo.

A subcontratação de 2013 ocorreu devido ao cancelamento de contratos oriundos de leilões de energia nova (CCEARs), à insuficiência de cotas decorrente da Lei 12.783/2013 e ao cancelamento do Leilão A-1 de 2012 e posterior frustração do Leilão A-1 de 2013. Sendo esta exposição contratual integralmente reconhecida pelo órgão regulador como involuntária, o que não gera prejuízo à Companhia.

Notas Explicativas

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões.

O aumento do despacho de usinas térmicas e dos preços do mercado de curto prazo decorrentes do cenário hidrológico desfavorável poderão impor à Companhia maiores custos com compra de energia, em 2014, associados aos contratos por disponibilidade (CCEAR) e compra de energia no mercado de curto prazo (exposição involuntária pela frustração do Leilão A-1 de 2013), os quais serão repassados nos eventos tarifários da distribuidora. Em 2013 foram adotadas medidas compensatórias através da publicação do Decreto 7.945/2013, visando reduzir o impacto financeiro nas distribuidoras no referido ano ocasionadas pelo aumento dos custos de energia, através de repasses de recursos oriundos da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético). Estão sendo discutidas com MME e ANEEL alternativas para mitigar o impacto financeiro relativos ao ano de 2014 os quais estão associados aos fatores aqui mencionados.

35. Informações por segmento

A Administração da Companhia é o órgão responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia. A Companhia é administrada como uma única operação, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente do fornecimento de energia elétrica para consumidores finais da região metropolitana de São Paulo. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar o desempenho da Companhia.

Notas Explicativas**36. Ativos e passivos regulatórios**

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade e as Normas Contábeis adotadas no Brasil, a Companhia reverteu integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios. Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a Companhia teria registrado em suas demonstrações contábeis os seguintes saldos de ativos e passivos regulatórios:

ATIVO	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	161.646	427.138
Outros componentes financeiros da tarifa	3.559	45.573
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	60.958	-
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	226.163	472.711
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	127.194	286.341
Outros componentes financeiros da tarifa	-	9.761
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	60.958	-
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	188.152	296.102
TOTAL DO ATIVO	414.315	768.813
<u>PASSIVO</u>	2013	2012
<u>CIRCULANTE</u>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	73.279	174.112
Outros componentes financeiros da tarifa	25.324	49.420
Revisão tarifária - fator Xe	72.207	36.186
Impacto de postergação da revisão tarifária - nota explicativa nº 34.4	573.396	181.961
Revisão tarifária - Universalização	7.311	-
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	751.517	441.679
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	40.503	65.322
Outros componentes financeiros da tarifa	14.575	18.528
Revisão Tarifária - Fator Xe	54.114	54.279
Impacto de postergação da revisão tarifária - nota explicativa nº 34.4	191.704	909.807
Revisão tarifária - Universalização	7.311	-
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	308.207	1.047.936
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
Prejuízos acumulados	(720.802)	(491.451)
Resultado do exercício	75.393	(229.351)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(645.409)	(720.802)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	414.315	768.813
<u>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</u>	2013	2012
<u>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</u>	352.665	(775.769)
<u>Custo com energia elétrica</u>		
Energia elétrica comprada para revenda	(106.594)	390.290
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(126.108)	206.054
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	(232.702)	596.344
<u>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</u>		
Receitas financeiras	60.962	23.622
Despesas financeiras	(105.532)	(73.548)
TOTAL RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	(44.570)	(49.926)
RESULTADO	75.393	(229.351)

Notas Explicativas

A Companhia apresenta a seguir a composição dos ativos e passivos regulatórios por ciclo tarifário:

	2013		
	CVA		
	Período após 4.7.2012 até 3.7.2013	Período após 4.7.2013 até 3.7.2014	TOTAL
ATIVO			
<u>CIRCULANTE</u>			
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.011	-	2.011
Conta de Consumo de Combustível - CCC	16.627	-	16.627
Energia Itaipu - custo/variação cambial	954	10.194	11.148
Transporte de energia - Itaipu	-	3	3
Transporte de energia pela rede básica	342	6.502	6.844
Compra de energia elétrica	6.103	110.366	116.469
PROINFA	8.414	130	8.544
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	-	60.958	60.958
Outros componentes financeiros	3.559	-	3.559
Subtotal	38.010	188.153	226.163
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Transporte de energia pela rede básica	-	6.502	6.502
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	10.193	10.193
Proinfa	-	130	130
Compra de energia elétrica	-	110.366	110.366
Transporte de energia - Itaipu	-	3	3
Revisão Tarifária 3º ciclo - Ajuste da base de remuneração	-	60.958	60.958
Subtotal	-	188.152	188.152
Total	38.010	376.305	414.315
<u>PASSIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>			
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(1.983)	-	(1.983)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(6.785)	-	(6.785)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	(143)	(12.136)	(12.279)
Encargos do serviço do sistema - ESS	(77)	(28.367)	(28.444)
Transporte de energia pela rede básica	(20.148)	-	(20.148)
Transporte de energia - Itaipu	(1.909)	-	(1.909)
Compra de energia elétrica	(1.731)	-	(1.731)
Efeito Neutralidade	(3.934)	(1.177)	(5.111)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	(4.513)	(5.140)	(9.653)
Reserva Global de Reversão - RGR	(2.303)	-	(2.303)
Revisão Tarifária - Fator Xe	(36.186)	(36.021)	(72.207)
Postergação Revisão Tarifária 2011	(573.396)	-	(573.396)
Revisão Tarifária - Universalização	-	(7.311)	(7.311)
Outros componentes financeiros	-	(8.257)	(8.257)
Subtotal	(653.108)	(98.409)	(751.517)
<u>NÃO CIRCULANTE</u>			
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(28.367)	(28.367)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	(12.136)	(12.136)
Sobrecontratação Energia - RN ANEEL 305/2008	-	(5.140)	(5.140)
Efeito Neutralidade	-	(1.177)	(1.177)
Revisão Tarifária - Fator Xe	(18.093)	(36.021)	(54.114)
Postergação Revisão Tarifária 2011	(191.704)	-	(191.704)
Revisão Tarifária - Universalização	-	(7.311)	(7.311)
Outros componentes financeiros	-	(8.258)	(8.258)
Subtotal	(209.797)	(98.410)	(308.207)
Total	(862.905)	(196.819)	(1.059.724)
Total geral - líquido	(824.895)	179.486	(645.409)

Notas Explicativas

37. Plano de remuneração baseado em ações

A Companhia não possui um plano próprio de remuneração baseado em ações, sendo que este plano é estabelecido, administrado e custeado por sua controladora indireta The AES Corporation, sem ônus à Companhia.

Este plano abrange os diretores estatutários e não estatutários, tendo como objetivo reforçar a retenção dos executivos e criar valor para o negócio de forma sustentável e de longo prazo. Seus desembolsos estão condicionados ao alcance das metas corporativas globais e individuais, refletidos também na variação positiva do preço da ação da The AES Corporation.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.16, o custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do exercício em contrapartida a conta específica de reserva de capital, a qual indica o compromisso futuro do controlador da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações adquiridas pelos diretores da Companhia. Após o aporte dos recursos, a reserva de capital poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da The AES Corporation, sendo garantida aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária. O efeito na demonstração do resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 913 (R\$ 845 em 31 de dezembro de 2012). O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2013 na conta de reserva de capital de ações e opções de ações outorgadas é de R\$ 18.210 (R\$ 17.297 em 31 de dezembro de 2012).

A The AES Corporation possui dois tipos de remuneração com base em ações:

- (a) *Stock Options*: o diretor estatutário recebe o direito de comprar ações da The AES Corporation por um valor determinado após um período de 3 anos, ou seja, 1/3 das opções outorgadas tornam-se exercíveis a cada ano que permanece na Companhia. As opções de ações têm um prazo contratual de dez anos e em nenhuma circunstância as opções concedidas dão direito a seu detentor de liquidar a opção em dinheiro ou em outros ativos da The AES Corporation.

A média ponderada do valor justo de cada concessão de opções foi estimada, na data da concessão, utilizando o modelo de precificação de opções "Black-Scholes", utilizando a média ponderada das seguintes premissas:

	2013	2012
Volatilidade esperada (%)	23	26
Rendimento esperado do dividendo anual (%)	1	1
Prazo de vida esperado das opções (anos)	6	6
Taxa de retorno livre de risco (%)	1,13	1,08

Considerando as premissas acima, os valores de mercado destas opções emitidas em 31 de dezembro de 2013 e 2012, eram de US\$ 2,21 e US\$ 3,26, respectivamente.

Notas Explicativas

O quadro a seguir apresenta a quantidade, as médias ponderadas do preço de exercício e do prazo contratual remanescente e as movimentações das *Stock Options* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Quantidade de Opções	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em circulação em 31 de dezembro de 2012	143.542	14,96	
Exercidas durante o exercício	(32.847)	5,84	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(19.686)	19,22	
Outorgadas durante o exercício	11.087	11,17	
Em circulação em 31 de dezembro de 2013	102.096	16,67	4,7
Opções de ações exercíveis em 31 de dezembro de 2013	83.002	17,72	3,8

	Quantidade de Opções	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em circulação em 31 de dezembro de 2011	196.836	14,80	
Exercidas durante o exercício	(5.881)	4,44	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(54.205)	15,36	
Outorgadas durante o exercício	6.792	13,7	
Em circulação em 31 de dezembro de 2012	143.542	14,96	4,2
Opções de ações exercíveis em 31 de dezembro de 2012	127.952	15,18	3,7

- (b) *Restricted Stock Units*: o diretor recebe as ações da The AES Corporation, mas só adquire de fato as ações na proporção de 1/3 a cada ano que permanece na Companhia. Em nenhuma circunstância estas outorgas dão direito a seu detentor (ou obrigam a The AES Corporation) a liquidar as ações restritas em dinheiro ou em outros ativos da The AES Corporation.

Os valores justos destas ações em 31 de dezembro de 2013 e 2012 correspondem aos valores de fechamento das ações da The AES Corporation na data da outorga das ações.

O quadro a seguir apresenta a quantidade, as médias ponderadas do preço de exercício e do prazo contratual remanescente e as movimentações das *Restricted Stock Units* durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	Quantidade	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2012	72.030	13,64	
Ações que se tornaram elegíveis durante o exercício	(24.175)	13,1	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(18.383)	12,35	
Outorgadas durante o exercício	43.686	11,29	
Transferidas	(1.996)	12,04	
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2013	71.162	12,76	1,0

	Quantidade	Média ponderada do preço de exercício (US\$)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2011	81.045	11,24	
Ações que se tornaram elegíveis durante o exercício	(35.445)	9,89	
Canceladas e expiradas durante o exercício	(14.783)	11,87	
Outorgadas durante o exercício	41.546	14,01	
Transferidas	(333)	8,13	
Ações ainda não elegíveis em 31 de dezembro de 2012	72.030	13,64	1,6

Notas Explicativas

38. Investimentos em meio ambiente

Gastos Meio Ambiente	2013	2012
Custos diretos	7.279	3.068
SGA - sistema de gestão ambiental e outros	1.494	1.463
Licenciamentos e compensações ambientais	1.760	1.313
Recuperação da qualidade do solo e águas subterrâneas	13.776	11.256
Prevenção à poluição (construção de bacias coletoras de óleo - ETD's)	4.056	2.078
Treinamentos operacionais (brigada - emergência química)	26	1
Comunicação (semana do meio ambiente, divulgação, impressos, etc.)	19	-
Subtotal	28.410	19.179
Projetos de P&D (*)	20	655
Projetos de eficiência energética (*)	57.260	35.008
Total	85.690	54.842

(*) Em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e disposições posteriores correlatas, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de 0,5% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Eficiência Energética, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Do total de gastos com meio ambiente efetuado pela Companhia em 2013, R\$ 81.634 (R\$ 52.305 em 2012) foram registrados no resultado do exercício e R\$ 4.056 (R\$ 2.538 em 2012) foram destinados a investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do MCSPEE - Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

A Companhia em busca da excelência ambiental manteve em 2013 seu escopo de certificação ambiental ISO 14001:04 para todas as suas atividades, reafirmando seu compromisso no atendimento à legislação ambiental, aos seus padrões ambientais e manutenção de seu Sistema de Gestão Ambiental. Para sua manutenção estão previstos vários projetos relacionados à prevenção à poluição, dentre eles está a construção de caixas de contenção e separadoras de água e óleo em subestações, com previsão de investimentos até 2017. Ainda foram realizadas e estão previstas melhorias da gestão da arborização urbana, fiscalização de contratados, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos, comunicação e projetos em parceria com prefeituras.

39. Demonstrações Contábeis Regulatórias - DCR

Em consonância com a Resolução Normativa nº 396 da ANEEL publicada em 23 de fevereiro de 2010, a Companhia divulgará as suas Demonstrações Contábeis Regulatórias - “DCR”, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 até 30 de abril de 2014 no seguinte sítio www.aesetropaulo.com.br/ri.

Notas Explicativas

40. Compromissos

O principal insumo da Companhia é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica, a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía cinco tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA; (iii) Cotas de Garantia Física – CCGF; (iv) acordos bilaterais (curto e longo prazo) com geradoras particulares, inclusive a coligada Tietê; e (v) compras através de Leilão (vide nota explicativa nº 28).

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 28).

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE, cujas tarifas também são homologadas pela ANEEL (vide nota explicativa nº 27).

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Imposto de Renda e Contribuição Social**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia efetuou o pagamento de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 10.664 (R\$ 119.751 em 2012) e R\$ 7.829 (R\$ 54.922 em 2012).

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
Barueri – São Paulo

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, em 1º de janeiro de 2012 (derivado das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2011) preparado originalmente antes dos ajustes decorrentes da aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) implementado em 1º de janeiro de 2013, descritos na nota nº 3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 24 de fevereiro de 2012. Como parte do nosso exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 examinamos os ajustes nos valores correspondentes dos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2012 e em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuados, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre eles tomados em conjunto.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NIRE 35300050274

CNPJ/MF n.o 61.695.227/0001-93

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, com base nas informações e esclarecimentos da auditoria externa e com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o Relatório da KPMG Auditores Independentes, opina que as Demonstrações Contábeis e correspondentes Notas Explicativas, o Relatório Anual da Administração e a Proposta da Administração da Companhia para a destinação do resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, em todos os seus aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciados pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária prevista para ocorrer em 04 de abril de 2014.

Barueri, 25 de fevereiro de 2014.

Conselheiros Fiscais:

Sebastião Bergamini Junior

Maria Carmen Westerlund Montera

Marcus Pereira Aucélio

Joaquim Dias de Castro

Mário Daud Filho

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº. 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que (1) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes; e (2) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Barueri, 12 de fevereiro de 2014.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Gustavo Duarte Pimenta
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Sidney Simonaggio
Diretor Vice-Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor Vice-Presidente

Sheilly Caden Contente
Diretora Vice-Presidente

Teresa Cristina Querino Vernaglia
Diretora Vice-Presidente

Paulo Camillo Vargas Penna
Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os Diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº. 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que (1) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes; e (2) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Barueri, 12 de fevereiro de 2014.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares
Diretor Presidente

Gustavo Duarte Pimenta
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Sidney Simonaggio
Diretor Vice-Presidente

Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira
Diretor Vice-Presidente

Sheilly Caden Contente
Diretora Vice-Presidente

Teresa Cristina Querino Vernaglia
Diretora Vice-Presidente

Paulo Camillo Vargas Penna
Diretor Vice-Presidente